

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**A agricultura urbana e suas múltiplas funções: a
experiência do Programa Lavoura da prefeitura de
Curitiba-PR**

**Luciane Cristina Ferrareto
2015**



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**A AGRICULTURA URBANA E SUAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES: A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA LAVOURA DA PREFEITURA
DE CURITIBA-PR**

LUCIANE CRISTINA FERRARETO

Sob a Orientação do Professor
Renato Sergio Jamil Maluf

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade –
Área de Concentração: Políticas públicas, Estado
e atores sociais.

RIO DE JANEIRO
2015

338.1098162	Ferrareto, Luciane Cristina.
F374a	A agricultura urbana e suas múltiplas funções: a experiência do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba-PR / Luciane Cristina Ferrareto, 2015.
T	116 f.
	Orientador: Renato Sergio Jamil Maluf Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Bibliografia: f. 102-107.
	1. Cidade – Teses. 2. Campo – Teses. 3. Planejamento urbano – Teses. 4. Saúde – Teses. 5. Segurança alimentar – Teses. I. Maluf, Renato Sergio Jamil. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Neusa e Nadir, aos meus irmãos, Wagner e Luisa, e à minha sobrinha, Bia, por compreenderem e respeitarem minhas escolhas e pela alegria a cada retorno à Indaiatuba. Ao Fran, pelo amor, apoio e companheirismo que muito me fortalece todos os dias, e a Chris por seu afeto.

Ao amigo Crispim, por ter me dado a oportunidade de fazer parte da equipe da SESAN/MDS, onde me aproximei da pauta da Agricultura Urbana, interessando-me a aprofundar meus estudos sobre ela.

Ao meu orientador, Renato Maluf, pelo apoio constante e pelo comprometimento com a docência e com a política de SAN que muito me inspira; à banca examinadora da qualificação e defesa pelas valiosas contribuições, correções e sugestões.

Aos demais professores e funcionários do CPDA pelo ensino e apoio sempre presente. À CAPES, pelo apoio financeiro, importante para a concretização desta dissertação.

A todos os amigos da turma de mestrado 2013 com quem dividi, entre intervalos de aulas, almoços no Bar da Sardinha e cervejas na Praça Tiradentes, reflexões sobre os conteúdos das disciplinas, sobre o mundo e sobre a vida. “Em especial a Renata e a Helena” por serem pessoas tão lindas e presentes nessa etapa da minha vida.

A todos os amigos do grupo “Farofa Carioca” que muito me ajudaram com apoio e esclarecendo minhas dúvidas. “Em especial a Didi e o Filipe” que sempre me incentivaram a fazer mestrado e me ajudaram desde a elaboração da proposta de pesquisa.

À “turminha da biblioteca” por dividirem comigo seus finais de semana do verão carioca estudando na Biblioteca Parque.

A todos que contribuíram direta e indiretamente durante várias etapas desse processo, seja com esclarecimentos, apoio, me ouvindo e com revisão na reta final: à Mari, à Laura, à Isis, à Ana Maria, à Milena e demais pessoas que por ventura não estejam citadas aqui.

Aos funcionários da SMAB que me concederem entrevistas e por me levarem para conhecer as hortas durante minha primeira pesquisa de campo, em especial ao Edson Rivelino, que tanto se dedicou e se dedica a AU dentro da Prefeitura de Curitiba. À Virginia, à Eletrosul e ao Fernando da Casa da Videira pelas entrevistas concedidas.

A todos os cultivadores que compartilharam comigo suas vivências e responderam pacientemente as entrevistas, especialmente à Lenita, à Denice, à Gertrudes e a Sandra por caminharem comigo pelas hortas, contando um pouco do histórico de cada uma delas.

À Lenita, à Peba e à Ivanete por abrirem as portas de suas casas, por me alimentarem com suas deliciosas comidas e por dividirem comigo suas histórias de vida.

Ao Julian, à Bia, à Ana Paula e ao Rodrigo por me receberem em suas casas, pela amizade, por me apresentarem e me fazerem gostar de Curitiba e pelos momentos de alegria compartilhados.

RESUMO:

FERRARETO, Luciane Cristina. *Agricultura Urbana e suas múltiplas funções: a experiência do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba-PR.* 143p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2015.

Este trabalho procura analisar como a agricultura urbana dialoga com outros conceitos e ações políticas: segurança alimentar e nutricional; abastecimento alimentar; saúde e nutrição; planejamento urbano, relação campo-cidade. Tais conceitos e ações se mostram conectados através da prática da produção agrícola realizada e examinada a partir do Programa Lavoura da prefeitura de Curitiba-PR. Para concretização da pesquisa, além da consulta a diversas fontes bibliográficas, foram realizadas duas pesquisas de campo que utilizaram como metodologia a observação participante e a realização de entrevistas com diversos atores envolvidos com esta prática. As considerações finais mostram que esta atividade, além de importante para as pessoas que a praticam, tem potencial de ser um instrumento de política pública de caráter intersetorial, que traz consigo diversos benefícios e por isso, interessante para ser desenvolvido em qualquer município.

Palavras-chave: agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, planejamento urbano, saúde, campo e cidade.

ABSTRACT

Ferrareto, Luciane Cristina. **Urban Agriculture and its multiple functions: the experience of Agriculture Program Curitiba – PR City.** 143p. Dissertation ((Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2015.

The research aims to analyse how urban agriculture dialogues with other concepts and political action: food and nutrition security; food supply, health and nutrition; urban planning and the relation between country and city. These concepts and actions are shown connected through the urban agriculture production practice performed and analyzed from the Agriculture Program of Curitiba, PR. The research was based in bibliographical survey and two field researches, which consisted in participant observation and interviews with various actors who are involved in this practice. The conclusion shows that such activity is not only important for those who are involved with it, but also as a public policy tool for intersectoral character, which brings with it many benefits, and so interesting for being developed in any municipality.

Keywords: urban agriculture, food and nutrition security, urban planning, health, town and country

ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOVIR	Associação dos Moradores do Vitória Régia
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Central de Abastecimento
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
COAG	Comitê de Agricultura
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentação
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPEL	Companhia Paranaense de Eletricidade
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAAC	Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
LOA	Lei de Orçamento Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
PRÓLOGO	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O HISTÓRICO DA CIDADE DE CURITIBA E DOS BAIRROS DE ESTUDO.	15
1.1 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SOLO NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	15
1.2 – A CONFIGURAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA E AS ÁREAS DE ESTUDO	20
1.2.1 - <i>Histórico e dados do bairro CIC</i>	21
1.2.2 - <i>Histórico e dados do bairro Tatuquara.....</i>	25
1.2.3 - <i>Histórico e dados do bairro Campo de Santana</i>	29
1.3 – ANÁLISE DOS DADOS.....	32
CONCLUINDO.....	34
CAPÍTULO 2 - CONCEITUANDO AGRICULTURA URBANA.....	36
2.1 –A AGRICULTURA URBANA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NO BRASIL	36
2.2 – A QUESTÃO DA DELIMITAÇÃO ESPACIAL.....	38
2.3 – DEFININDO AGRICULTURA URBANA.....	41
2.4 – A IDENTIDADE DO CULTIVADOR	42
CONCLUINDO.....	42
CAPÍTULO 3 – UMA ABORDAGEM INTERSETORIAL DA AGRICULTURA URBANA. ..	44
3.1 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	44
3.1.1 – <i>Pobreza e a questão do acesso aos alimentos</i>	44
3.1.2 - <i>Os caminhos da Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Urbana como parte de suas ações.....</i>	45
3.2 -ABASTECIMENTO ALIMENTAR	49
3.2.1– <i>Breve resgate histórico.....</i>	49
3.2.2 – <i>O que se entende por abastecimento alimentar e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Urbana.....</i>	50
3.2.3 - <i>Círculo curto de produção, circulação e consumo.....</i>	51
3.3 –NUTRIÇÃO E SAÚDE.	53
3.3.1 - <i>Segurança alimentar e a inclusão da dimensão nutricional.....</i>	53
3.3.2 - <i>Saúde e sua inserção no modelo de produção-distribuição e consumo.....</i>	53
3.3.3 – <i>A sociabilidade do ato de se alimentar e a produção para o autoconsumo.....</i>	54
3.3.4– <i>Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana</i>	57
3.4 – PLANEJAMENTO URBANO	58
3.4.1 - <i>Transformações Sócio-espaciais</i>	58
3.4.2 - <i>Lutas Sociais pela Reforma Urbana.....</i>	59
3.4.3– <i>Dialogando com Agricultura Urbana.....</i>	61

3.5 – A AGRICULTURA URBANA COMO PROMOTORA DA APROXIMAÇÃO CAMPO-CIDADE.....	63
3.5.1 - <i>A separação entre campo e cidade e a discussão sobre território</i>	64
3.5.2 - <i>Agricultura como atividade urbana.....</i>	66
CONCLUINDO.....	67
CAPÍTULO 4 – A AGRICULTURA URBANA PELA PERSPECTIVADOS ATORES.	70
4.1 - O PROGRAMA LAVOURADA PREFEITURA DE CURITIBA-PR.	70
4.2 – A AU PELO OLHAR DOS SEUS PRATICANTES E VIZINHOS	78
4.2.1 - <i>O funcionamento das hortas</i>	78
4.2.2 – <i>Os coordenadores.....</i>	85
4.2.3 – <i>Os vizinhos</i>	88
4.2.4 – <i>As associações de bairro.....</i>	89
4.2.5 – <i>Os cultivadores.....</i>	89
CONCLUINDO.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
BIBLIOGRAFIA.....	102
ANEXO 1.....	108
ANEXO 2.....	110

PRÓLOGO

“Eu adoro, não sei como seria minha vida sem a horta ... As amizades.....Aqui me sinto no meu sitio...Fora a alimentação, que é excelente” (Laércio dos Santos, cultivador).

“Ah... Você vem aqui e não quer mais ir embora, isso aqui acalma a gente... Mexer com a terra, conversar com as pessoas que às vezes você nem sabe o nome e já está amigo...A gente dá e troca muito entre a gente, é uma beleza” (Maria Joaquina, cultivadora).

“Eu tinha depressão, tomava três remédios diferentes... Em cinco anos de horta tirei toda medicação... Acredito que minha dedicação a horta foi minha principal cura” (Eudenice, cultivadora e coordenadora de horta).

“Isso aqui é terapia, saúde... O produto é bom e plantar, cuidar e colher seu alimento é tudo de bom... Comemos aquilo que colocamos carinho... Além das amizades que a gente faz aqui” (Ivanete, cultivadora).

Os quatro relatos precedentes conseguem elucidar os vários sentidos que a Agricultura Urbana—(AU) pode dispor para aqueles a praticam: convívio social, lazer, resgate das origens, acesso e melhora na alimentação e na saúde física e mental. Além destes aspectos, alguns outros serão tratados e discutidos ao longo desta dissertação.

INTRODUÇÃO

Formada em Ciências Sociais em 2000, abandonei meu emprego em uma empresa multinacional em Campinas-SP para morar no Rio de Janeiro, onde trabalhei durante um ano em um projeto sobre cooperativismo social. Neste trabalho, tive contato com diversas formas de organização popular e iniciativas de políticas públicas.

Ao finalizar este trabalho, voltei para Campinas, onde realizei uma pós-graduação no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas-(Unicamp)e trabalhei na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-(ITCP) dessa mesma universidade, ainda com cooperativismo social. Durante minhas atividades na ITCP, me aproximei de diversos grupos populares que estavam tentando se organizar em cooperativas. Estes grupos trabalhavam com diversos segmentos: artesanato, resíduos sólidos, alimentação e agricultura familiar.

Uma vez debruçada no trabalho, não conseguia produzir material sobre as reflexões produzidas na ITCP, ou seja, sobre como essas pessoas se organizam, porque insistiam nessas atividades, porque acreditam nelas e porque era tão difícil o trato com o poder público e com as políticas públicas.

Passados cinco anos, em 2006, por ocasião de um Encontro Nacional das ITCPs onde participaram membros de alguns ministérios financiadores, fui convidada por um diretor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-(MDS) a realizar uma pesquisa sobre o trabalho que as ITCPs estavam desenvolvendo com Agricultura Urbana e Periurbana-(AUP).

Dessa maneira, viajei para diferentes Estados e tive contato com diversas experiências, de AUP, algumas mais urbanas, outras mais periurbanas e algumas, (digamos), rurais. Este cenário múltiplo já sinalizava a dificuldade de definição do que era considerada agricultura urbana-(AU) ou agricultura urbana e periurbana-(AUP). A questão era: Qual o critério para ser considerada AU ou AUP?

Durante as visitas realizadas, desfrutei do contato com pessoas que estavam promovendo esta agricultura para além das ITCPs, ou seja, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os governos municipais e o Governo Federal, e mais uma vez pude relacionar-me com as pessoas que a promoviam na prática, no seu dia a dia.

Passados quatro meses da pesquisa, em janeiro de 2007, fui convidada a integrar a coordenação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana do MDS, assumindo o cargo de coordenadora, cinco meses depois.

Durante os anos em que estive trabalhando na coordenação do programa (de 2007 a 2011) participei ativamente de encontros com consultores especializados em AU e realizei diversas visitas aos projetos desenvolvidos com fomento do MDS. Naquele período, alguns questionamentos foram aparecendo: É possível pensar a AU como uma ferramenta de abastecimento alimentar para as cidades? A produção para o autoconsumo pode ser considerada parte válida de uma estratégia de abastecimento alimentar? Como se dá o vínculo entre AU e planejamento urbano? Por que de fato as pessoas se dedicam a AU e qual o significado dela em suas vidas? Por que em alguns lugares ela funciona e em outros não? Quais os principais limites que a AU encontra em sua dimensão prática? Quando considerá-la urbana ou periurbana?

Mais uma vez, o trabalho diário no MDS não permitia tempo para refletir sobre essas questões de forma mais abrangente a produzir material sobre isso. Dessa maneira, resolvi deixar o MDS no final de 2011 com o objetivo de realizar um mestrado com o propósito de estudar essa prática que por tanto tempo havia me dedicado profissionalmente. A escolha do CPDA se deu por seu caráter multidisciplinar e também porque o programa possui um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional.

Longe de querer achar respostas para todas as questões nessa dissertação, continuar trabalhando com o tema, agora como pesquisadora, me possibilita dar continuidade à minha dedicação a essa temática, a fim de fortalecê-la. Pareceu-me ainda, uma forma oportuna e fundamental para concretizar a aproximação entre a formação acadêmica e a prática profissional.

Com o tema já definido, ou seja, pesquisar a AU, restava-me pensar o que eu queria saber sobre ela, com o que articulá-la e onde pesquisá-la. Assim, o projeto apresentado ao CPDA tinha como proposta estudar a AU e sua interface com o planejamento urbano, ou seja, o objetivo era entender como as práticas de AU se mostram nas cidades, se elas são pensadas pelos planejadores urbanos e como as pessoas fazem uso da cidade. O município escolhido para a pesquisa de campo foi Curitiba-PR, cuja experiência exitosa de AU, com apoio do poder público municipal, permitia que eu pudesse também me aproximar das políticas públicas.

Após o início das aulas e já nas primeiras orientações, constatei que embora o CPDA tenha um perfil multidisciplinar, eu teria dificuldade em cursar disciplinas e obter material bibliográfico voltados para estudos urbanos e por isso aproximei-me da temática do abastecimento alimentar. Mas, ainda assim, não quis abandonar integralmente a questão do planejamento urbano por entender que esse é um ponto de debate importante para o fortalecimento da AU.

No esforço de compreender na prática o que é a AU em Curitiba, foram realizadas duas visitas de campo com o intuito de me aproximar e observar como as práticas são realizadas. Nessas ocasiões foram realizadas entrevistas com as pessoas envolvidas nas experiências de AU: gestores públicos, funcionários da Eletrosul, moradores dos bairros onde estão às hortas e os cultivadores. Também pesquisei sobre a história de Curitiba.

O primeiro trabalho de campo foi realizado entre os dias 27 de janeiro e 14 de fevereiro de 2014, centrando as entrevistas e análises no poder público. Nessa ocasião, também pude acompanhar as atividades que a prefeitura desenvolve junto às áreas onde estão localizadas as hortas e mesmo em menor escala, realizar as primeiras entrevistas com os cultivadores. Visitei ainda, uma organização não governamental de Curitiba que desenvolve trabalho com AU chamada Casa da Videira; o programa de AU do município de Pinhais localizado a 20 km de Curitiba e conversei com alguns moradores que plantam em suas casas. Realizei, também, uma pesquisa nos arquivos da Casa de Memória de Curitiba, com intuito de levantar o máximo de informações possíveis sobre a fundação dessa cidade e dos bairros onde estão localizadas as hortas, quais sejam: Tatuquara, Cidade Industrial de Curitiba-(CIC) e Campo de Santana. Nessa ocasião foi estabelecido um primeiro diálogo com o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba-(IPPUC) sobre o novo plano diretor a ser finalizado neste ano de 2015.

Nesse primeiro trabalho de campo foi possível vislumbrar as potencialidades da AU, tendo seus atores percepções variadas de sua prática, já que a AU cria condições para que diversos atores possam envolver-se com ela por diferentes razões, desde o cidadão que já realiza essa prática, mas ainda em condição despercebida, até mesmo o gestor público que visualiza possibilidades de encontrar soluções para alguns problemas.

Após essas conversas e entrevistas, foi possível perceber que o processo de constituição da cidade de Curitiba, bem como sua inserção no cenário internacional, no que diz respeito às causas ambientais, contribui para que múltiplas representações da AU sejam possíveis e diferentes iniciativas sejam trabalhadas. As discussões sobre o impacto da agricultura no meio ambiente, consumindo altos volumes de água e combustíveis fósseis, degradando o solo, reduzindo a diversidade biológica dos alimentos e prejudicando a agricultura familiar levaram alguns moradores de Curitiba a produzirem mesmo que com baixa escala e pouca diversidade alguns dos seus alimentos. Diversas escolas têm adotado a AU como processo de formação dos alunos e ainda como forma de obter alimentos mais

saudáveis para sua merenda. O mesmo processo vem acontecendo em hospitais e centros de saúde.

Outro grupo de praticantes da AU são os imigrantes que ocuparam o território curitibano ao longo do tempo e adaptaram seus conhecimentos agrários à realidade urbana, fazendo dos seus quintais espaços de produção. Geralmente, neste grupo, não há uma relação direta entre produção e necessidade de acesso, uma vez que as famílias dispõem, em sua maioria, de condições financeiras estabelecidas. Observar-se, também, que o hábito é anterior às discussões ambientais, não sendo esta a razão principal para aderirem à prática da AU. Entre eles, reside um apego a terra e um entendimento que o espaço domiciliar deve ser também um espaço de produção.

Pode-se dizer, portanto, com base nas entrevistas e conversas informais, que em Curitiba, as pessoas plantam porque querem ter acesso aos alimentos, porque querem produtos mais saudáveis, porque querem contribuir com o meio ambiente, porque querem ter uma atividade, porque querem fazer uso correto dos espaços na cidade e porque possuem fortes laços com seu histórico no campo.

Muito embora tenha conversado e visitado diversas frentes que atuam de alguma maneira com a AU em Curitiba e identificado várias razões que os levam a isso, o foco desta dissertação será a AU promovida através do Programa Lavoura da Secretaria Municipal de Abastecimento - (SMAB) da Prefeitura de Curitiba, em uma proposta de debatê-la tanto pela perspectiva do poder público como pela perspectiva dos cultivadores e moradores dos bairros.

Com o primeiro campo finalizado, ficou claro que o motivo que leva a prefeitura a ter um programa de AU não era o abastecimento alimentar (isso será discutido no capítulo quatro), assim como, em conversa com as pessoas que estavam cultivando, percebi que elas também não cultivavam a horta com o propósito principal de abastecer suas famílias.

No entanto, por entender a importância do abastecimento alimentar naquele contexto, prossegui com a temática, assim como a do planejamento urbano, mas abrindo novos horizontes para uma reflexão sobre campo e cidade, rural e urbano, a partir da prática agrícola, muito motivada pela disciplina realizada no CPDA, intitulada ``Rural e Ruralidades na Sociedade Contemporânea``.

Assim como eu, a banca de professoras que compuseram minha qualificação identificou que meu campo era bastante abrangente e que seria interessante tratar a AU através de suas múltiplas funções, assim como ter um olhar mais direcionado para o micro, ou seja, para as pessoas que estavam ali no dia a dia promovendo essa atividade.

Entendendo que a discussão sobre as múltiplas funções da AU poderia promovê-la ainda mais, fomentando inclusive um novo olhar sobre a cidade, sobre as formas de enxergar e entender suas potencialidades, retornei a Curitiba para a segunda etapa de campo em novembro de 2014 com a seguinte hipótese: A AU a partir de suas múltiplas funções pode ser considerada uma ferramenta de produção do acesso aos alimentos e, portanto, de abastecimento alimentar nas cidades; uma prática promotora de saúde física e mental, assim como uma ação de Segurança Alimentar e Nutricional – (SAN). Como uma ação que reconfigura o uso do território, ela pode repercutir nas práticas de planejamento urbano e nos estimular a refletir sobre a real dicotomia entre campo e cidade.

Compreendendo as várias potencialidades da AU e a necessidade de mobilizar e articular diversos conceitos, ações políticas e práticas populares é que o objetivo da dissertação passou a ser: analisar a conexão da AU com outras temáticas que a perpassam, tais como: SAN; abastecimento alimentar; nutrição e saúde; planejamento urbano e a conexão campo-cidade, para então entender como essa prática se mostra na vida de quem a pratica ou convive com ela.

Assim, no segundo trabalho de campo, além de realizar mais entrevistas com gestores da prefeitura e da Eletrosul¹, direcionei meu trabalho para os cultivadores, entrevistando cerca de noventa pessoas e acompanhando seus trabalhos nas hortas durante aproximadamente três semanas. Também foi realizada uma entrevista com a Associação dos Moradores do Vitória Régia – (AMOVIR), com a Associação dos Moradores do loteamento Moradias Paraná e com alguns comerciantes locais.

Diante dos argumentos aqui apresentados, pretendo que essa dissertação seja apenas um dos diferentes olhares possíveis sobre a realidade da AU e que as interpretações a serem desenvolvidas aqui possam contribuir para os debates e desafios que envolvem essa prática.

Este trabalho se justifica por levar à discussão acadêmica uma das práticas populares que são mantidas no anonimato das cidades. Debater sobre as práticas de AU pode ser uma forma de fortalecer a e de atrair o interesse de diversos profissionais que pensam e agem sobre a cidade, pois, apesar de amplamente praticada e de inúmeros exemplos de sucesso, a AU precisa ainda vencer o importante desafio de ser reconhecida como um contribuinte significativo para as cidades.

Cabe ainda esclarecer que uso o termo *cultivadores* para me referir às pessoas que estão plantando nas cidades, visto que o termo agricultor carrega consigo inúmeras representações. Faço isso para que outros pesquisadores tenham cuidado com um suposto falseamento em relação à identidade criada e atribuída ao chamado agricultor urbano. Aqueles que cultivam na cidade não se nomeiam agricultores como foi constatado durante minha pesquisa de campo e também em outras pesquisas sobre essa temática, como, por exemplo, a dissertação de mestrado de Coutinho (2007).

Quero esclarecer ainda que as transcrições de algumas falas tiveram adequações à língua portuguesa normativa, com o cuidado de não mudar o sentido do que foi dito. As fotografias utilizadas foram tiradas por mim durante as pesquisas de campo.

Por fim, a dissertação está composta de quatro capítulos, além da introdução, considerações finais, bibliografia e anexos.

No primeiro capítulo, faço um breve histórico da cidade de Curitiba e dos bairros onde a pesquisa de deu. Para tanto utilizei documentos do arquivo do Centro de Memória de Curitiba, relatos dos moradores e mapas disponibilizados pelo IPPUC.

O capítulo dois aborda o tema AU, sua inserção no cenário internacional e brasileiro, as questões acerca da delimitação espacial e a identidade das pessoas que se dedicam a essa atividade. Aqui esclareço qual o conceito de AU que se aplica a essa pesquisa.

No terceiro capítulo busco estabelecer as relações da AU com diversos outros temas, como: SAN, abastecimento alimentar, nutrição e saúde, planejamento urbano e relação campo-cidade, a fim de mostrá-la de fato como uma ação múltipla.

O último capítulo apresenta a AU pela perspectiva dos atores, iniciando com aqueles que integram o poder público, trabalhando o conteúdo das entrevistas realizadas com diversos gestores e órgãos da prefeitura de Curitiba e da Eletrosul. Em seguida, a AU é abordada pelo olhar dos moradores dos bairros onde se localizam as hortas, ou seja, os cultivadores, os donos de mercados locais, as associações de bairro, os vizinhos das hortas, apresentando o que a AU significa em suas vidas. Além das entrevistas realizadas, utilizarei também de algumas reflexões sobre as observações feitas no dia a dia no campo, tentando interligar os resultados das entrevistas e observações aos conceitos chaves trabalhados no capítulo três.

¹A Companhia Paranaense de Eletricidade- Copel não respondeu a entrevista, muito embora tenha sido solicitado por email diversas vezes.

CAPÍTULO 1

O HISTÓRICO DA CIDADE DE CURITIBA E DOS BAIRROS DE ESTUDO.

Nesse capítulo será apresentado o contexto histórico em que se deu o processo de ocupação do solo no Estado do Paraná e no município de Curitiba e como a agricultura se mostrava neste cenário. Também serão apresentados alguns dados dos bairros onde a pesquisa foi realizada.

1.1 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SOLO NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Em um contexto no qual o sistema de Sesmarias havia sido excluído com a instituição da recente Lei de Terras, é criada em 1853 a Província do Paraná, cujo processo de integração econômica e social, até então havia se definido nos quadros de um sistema voltado exclusivamente para a exportação: a economia da pecuária, predominando nos Campos Gerais e a economia do mate, prevalecente nas regiões urbanas, que mobilizava escravos e homens livres e onde se investia a maior parte dos capitais.

Com a expansão do comércio externo, o setor de subsistência da nova província teria que responder pela produção de excedente, desafio este imposto pelo novo mercado interno em constituição. Foi diante desta situação que se procurou estabelecer políticas econômicas e sociais para a província que evidenciasse a conciliação dos interesses da economia de exportação, seguindo a orientação da política do Império, com aqueles voltados para a produção de gêneros alimentícios, indispensáveis à população.

A crise internacional de 1857-1858 repercutiu sobre a exportação brasileira, inclusive na paranaense, resultando em uma queda geral nos períodos seguintes. A crise do setor agrícola, fornecedor de alimentos, constituía um foco permanente de carestia, que acabava por influenciar todo o sistema de preços. Entretanto, o impacto do crescimento do setor de exportação no âmbito da economia interna proporcionou maior dinamismo ao comércio local, até então abastecido pelas limitadas produções dos sítios e fazendas, com base na mão de obra familiar, e pela importação de alimentos.

A necessidade de oferecer mais dinamismo ao comércio interno se acelerou frente ao aumento da massa de consumidores de alimentos básicos. A crise de subsistência do Paraná provocou o aumento da importação do açúcar, do trigo, da carne, do sal, do feijão, do arroz, das bebidas e dos tecidos. As atividades de subsistência passam, portanto, a ser ocupação e responsabilidade de uma pequena parte da população.

O processo de construção de um projeto para o futuro da província se dá a partir da segunda metade do século XIX, à luz da constatação de um quadro real de problemas colocados pela conjuntura: a desagregação da economia da pecuária, as crises cíclicas internacionais que atingiam a economia do mate provocando a queda de preços e a situação precária da produção agroalimentar e do abastecimento. Diante desse quadro, o setor de subsistência e principalmente o de abastecimento ganharam força.

Neste cenário, o Paraná se mostra a favor dos trabalhadores imigrantes, considerando-os laboriosos e destinando terras para serem produzidos alimentos, como uma estratégia de abastecimento. Tal ação estava integrada a certa tutela do Governo Central, ciente de enfrentar as transformações sociais que estavam ocorrendo e da necessidade de reconstruir a lavoura de subsistência com base no trabalho livre.

O sistema de colonização com imigrantes inaugurava uma nova forma de propriedade (a pequena produção), uma nova unidade econômica (a família), um novo tipo de relação de produção (o campesinato) e um novo padrão de produção trazido pelos imigrantes. O objetivo da colonização era, portanto, suprir os centros urbanos através da agricultura de subsistência e com isso garantir o abastecimento; essa produção era realizada nos arredores da cidade, próximo ao centro.

A incorporação dos núcleos agrícolas ao mercado visava estabelecer novas relações sociais de produção, sob a égide da administração provincial que buscava transformar a pequena produção de subsistência em produção de mercadorias, estabelecendo ao mesmo tempo a circulação de novos capitais no sentido de contribuir com o dinamismo do mercado interno.

Nota-se, portanto, que a forma como se desenvolveu a produção camponesa na província do Paraná, está intimamente articulada com o universo da pequena produção e da produção de gêneros alimentícios. A família se instituiu como a unidade de produção, na sua maioria, para o autoconsumo, mas também com algum excedente destinado ao mercado local. Não é fundamental a propriedade, mas a posse da terra.

Em relação à fundação da cidade de Curitiba, os documentos apontam que o planalto curitibano, antes ocupado por povos indígenas das etnias Kaigang, Guarani e Xokleng, recebe seus primeiros exploradores portugueses em meados do século XVII, bandeirantes em busca de ouro que montam os primeiros acampamentos em áreas já habitadas pelos indígenas. Em 1650, o Administrador das Minas Ébano Pereira funda a primeira vila às margens do rio Atuba. No final do século o povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais já conta com a presença de noventa homens, agora instalados ao redor da capela, na atual Praça Tiradentes.

Em 1721, o ouvidor Rafael Pires Pardinho é designado para organizar a ocupação, agora sob o título de vila. A comunidade vivia em um raio de 46 quilômetros da sede onde predominava a mata nativa, exceto no lado norte onde se encontravam algumas fazendas de gado à margem da estrada em direção à São Paulo. Na área urbana, o uso do solo era muito bem delimitado, ou seja, as casas deveriam ser construídas lado a lado, sem corredores ou pátios entre si, de modo a aumentar a segurança dos moradores. Não se permitia plantio algum nesta área, sendo a vila dedicada exclusivamente às atividades comerciais, artesanais e religiosas; a agricultura ocupava a área de entorno da vila, denominada rocio. Observa-se, portanto, que mesmo nessa época, seguindo os preceitos do “planejamento urbano”, a agricultura não podia ser feita em áreas destinadas a moradia, já separando o território entre o local onde de planta e o local onde se mora.

A abertura da estrada do Viamão em 1731, conexão entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba, caminho dos tropeiros que passavam pelos campos de Curitiba, impulsionou o crescimento da vila. Em 1780 a população alcançou 3.194 habitantes distribuídos em outras dez localidades além do centro. O tropeirismo, a criação de gado e a exploração de erva-mate impulsionaram o crescimento local.

A partir da segunda metade do século XIX Curitiba vive uma grande expansão com a vinda dos imigrantes da Europa como alemães, italianos, poloneses, ucranianos, galícios entre outros, ocupando as áreas do rocio com a finalidade de abastecimento da cidade com produtos hortifrutigranjeiros. Estes imigrantes foram alocados principalmente na região norte/noroeste em quarteirões (Pilarzinho, Mercês, Ahú e Bacacheri) e colônias (Abranches, Santa Cândida, Dantas, Orleans e Santa Felicidade). A população triplica em vinte e cinco anos. De 1890 a 1896 a cidade recebeu 28.000 imigrantes e entre 1907 e 1914 foram outros 27.000.

O período de desenvolvimento acentuado de Curitiba iniciado em 1910 termina em 1914. De 1915 a 1922, esse crescimento cessou em virtude da grande guerra. A partir de 1930, o desenvolvimento passa a ser gradativo, havendo aumento da arrecadação municipal e ampliação do número de construções no município como um indicativo de desenvolvimento.

Nessa ocasião, Curitiba estava colocada em quinto lugar dentre as cidades brasileiras com maiores índices de desenvolvimento.

Um marco na história da cidade foi o Plano Agache iniciado em 1941 e finalizado em 1943, tratou-se de um projeto urbanístico desenvolvido pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Agache. Nele foram traçadas as diretrizes para o desenvolvimento de Curitiba, dentro da rigorosa técnica urbanista, com o objetivo de se evitar o crescimento desordenado que tantos prejuízos poderiam vir a causar no futuro.

Os principais problemas do município apontados pelo Plano foram:

1. Saneamento: necessidade de canalização de rios e ribeirões; de implantação de esgotos pluviais, construção de uma rede de abastecimento de água e reformas da rede de esgoto.

2. Vias de acesso: necessidade de criação de vias de acesso que facilitasse a circulação da produção e do abastecimento urbano.

3. Órgãos funcionais: necessidade de centralização de edifícios apropriados para serem sede do governo de Estado.

Acreditava-se que suprindo esses problemas, a cidade passaria a adquirir foros de uma verdadeira capital.

Aqui, trataremos apenas o segundo item *“Vias de acesso”*, levando-se em conta a questão de como foi pensado, nesse contexto, o abastecimento alimentar, abordado mais especificamente na seção III do Plano Agache.

Nessa ocasião, o abastecimento em Curitiba ocorria por meio do transporte de produtos em carroças de tração animal realizados pelos colonos poloneses, italianos e alemães nas principais ruas da cidade. O Plano apontava a necessidade de substituição desse modelo de abastecimento por outro mais adequado à época e a demanda da cidade.

Nesse sentido, foi projetado um grande mercado central com um ramal de linha férrea, que seria instalado ao lado da estação ferroviária (atual Mercado Municipal de Curitiba). Além do Mercado, estava prevista a criação de uma rede de entrepostos, pequenos centros de abastecimento das populações dos bairros, e cuja localização deveria ser feita de tal forma que qualquer habitante não necessitasse percorrer mais do que 500 a 700 metros para encontrar o seu entreposto. Previa-se, ainda, a substituição das feiras livres pelos entrepostos, tendo como base o modelo do Rio de Janeiro. Acreditava-se que o sistema de mercado central e entrepostos facilitariam a aquisição dos alimentos em qualquer dia e qualquer hora. No Plano, previa-se também uma pequena lavoura nas áreas onde moravam os colonos, com o objetivo de abastecerem os entrepostos.

O Plano afirmava que a cidade de Curitiba não sofria da falta de espaços livres, mas sim da má distribuição destes espaços. Existiam muitas praças, mas não havia parques; por isso, foram previstos quatro parques de proporções médias que deveriam ter determinadas espécies vegetais (árvores), além de espaços de lazer.

Muito embora o Plano discorra repetidamente sobre a melhor vegetação possível na cidade, isto é feito apenas no plano paisagístico; em nenhum momento há previsão de árvores frutíferas, por exemplo, ou de algum espaço para produção de alimentos.

Um ponto onde o Plano se refere à produção de alimentos é relacionado à zona agrícola do município, estabelecendo que estes espaços deveriam ser observados no futuro com bastante atenção, pois vários deles já estavam com loteamento aprovados e em vias de uma expansão desordenada.

O Plano Agache nunca chegou a ser implantado na íntegra, mas proporcionou subsídios à criação do Plano Diretor de 1966, cujos princípios são observados até os dias de hoje, sendo revisado e atualizado a cada década.

O primeiro Plano Diretor estava baseado em um tripé: sistema viário, transporte coletivo e uso do solo. Foi esta fórmula que permitiu o surgimento e a consolidação dos eixos estruturais, lineares à área central, que deram à cidade a conformação atual.

Outros princípios do Plano Diretor também podem ser observados na prática, como a preocupação com o meio ambiente, fator motivacional do surgimento de uma política preservacionista que resultou na criação de parques públicos.

Como um dos pilares de sustentação do Plano Diretor, o uso do solo é um dos instrumentos utilizados para monitorar o crescimento da cidade. A lei de zoneamento tem, portanto, uma importância fundamental na gestão urbana e, por isso, passa por revisões periódicas.

A revisão da lei de zoneamento e uso do solo teve início com a criação, pelo prefeito Cássio Taniguchi (gestão 1997-2001), de um grupo matricial, formado por técnicos da estrutura municipal. Eles foram encarregados de estudar os conflitos da legislação e propor modificações em seu conteúdo. Na primeira fase do trabalho, elaborou-se um diagnóstico, apresentado em 1998 à Câmara dos Vereadores e às entidades de classe, como engenheiros, arquitetos e construtores, além de universidades. A etapa seguinte constituiu-se na elaboração das propostas, que levaram em consideração as sugestões que haviam sido encaminhadas ao grupo na fase anterior. As propostas foram novamente discutidas em reuniões públicas, com representantes de diversos segmentos da sociedade e com as comunidades nos bairros. Foi a primeira vez, em trinta anos, que o planejamento da cidade era debatido de forma ampla. Este processo se estendeu por cerca de quatro meses, ao longo de vinte e oito encontros.

As sugestões colhidas nestas reuniões foram consideradas depois na elaboração do projeto de lei que foi encaminhado à Câmara Municipal para aprovação. Na elaboração, pelo mesmo grupo matricial que havia preparado as propostas, foram aproveitadas cerca de 85% das sugestões apresentadas durante as discussões públicas.

A aprovação ocorreu ainda na gestão do prefeito Cássio Taniguchi, estabelecendo um prazo de noventa dias para que suas determinações entrassem em vigor. No entanto, para que todos os mecanismos previstos no corpo da legislação passassem a vigorar plenamente foi necessário regulamentar vários de seus dispositivos. A regulamentação, que complementa a lei, foi feita através de dezesseis decretos.

As reformulações na lei de zoneamento e uso do solo preveem a transformação de algumas áreas da cidade. As mudanças mais visíveis deveriam ocorrer nos locais que são cortados pela BR-116 (bairros onde estão as hortas estudadas nessa dissertação). A rodovia, que hoje concentra grande parte do tráfego urbano e tem as suas margens ocupadas basicamente por estabelecimentos de comércio e serviços ligados à área de transporte, ganharia um perfil urbano e seria valorizado em sua vocação de elemento de integração metropolitana. Em outras regiões, o objetivo era aproveitar a infraestrutura já instalada e incentivar o adensamento.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) de 2010, demonstram que Curitiba conta hoje com uma população de 1.751.907 habitantes, ocupando uma área de 435,27 km², onde estão distribuídos 75 bairros. Desde o ano 2000, a cidade inteira é considerada urbana administrativamente. O Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH) da cidade é de 0,856 (maior que a média nacional, correspondente a 0,76). O município possui mais de 113 mil famílias com renda de até um salário mínimo, e destas mais de 42 mil tem renda inferior a meio salário mínimo, tendo, portanto, em percentual de 8,6 % da população em situação de pobreza.

No início de 2009, a SMAB realizou em Curitiba um Censo agrícola com o objetivo de identificar e mapear os remanescentes da população que possuíam atividade agrícola e pecuária no município, acreditando que apenas através dessa identificação, o poder público poderia promover ações de auxílio aos cultivadores.

Com a definição de um questionário básico, foram realizadas entrevistas em propriedades de todas as regionais da cidade – Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Cidade Industrial, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade – com destaque para as áreas

limítrofes aos municípios vizinhos que possuem atividade agrícola mais relevante, como Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Campo Magro.

A secretaria levantou 275 imóveis, em maior concentração nos bairros Umbará, Colônia Augusta e Caximba. Juntos, representam 1.616,934 hectares, 3,74% da área de Curitiba.

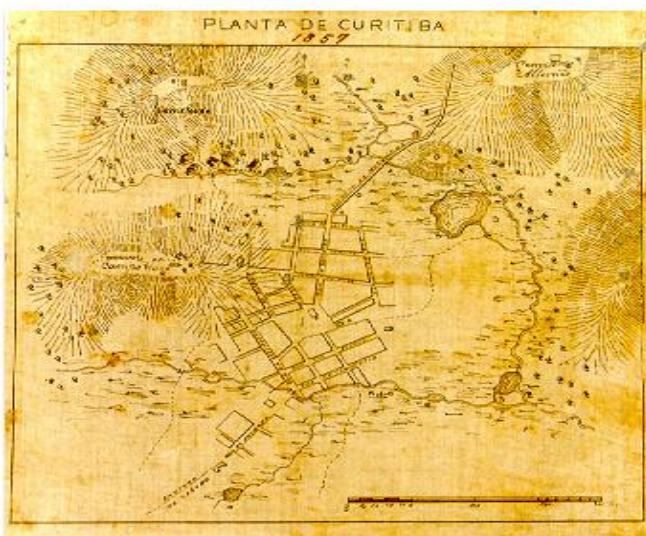
Destes imóveis, 216 possuem algum tipo de população animal, com predominância de ovinos, bovinos, equinos e caprinos. Dos imóveis, 248 são ocupados por moradores, distribuídos em 488 famílias e 1.586 pessoas. Existem 221 propriedades individuais e 39 possuem caráter de condomínio familiar.

Quanto à assistência técnica, 86 imóveis recebem algum tipo de ajuda, sendo que destes, 48 são atendidos pela SMAB. No que se refere à área, 31,27% dos imóveis tem entre um e três hectares e a maior proporção de área está entre os imóveis de cinco a dez hectares.

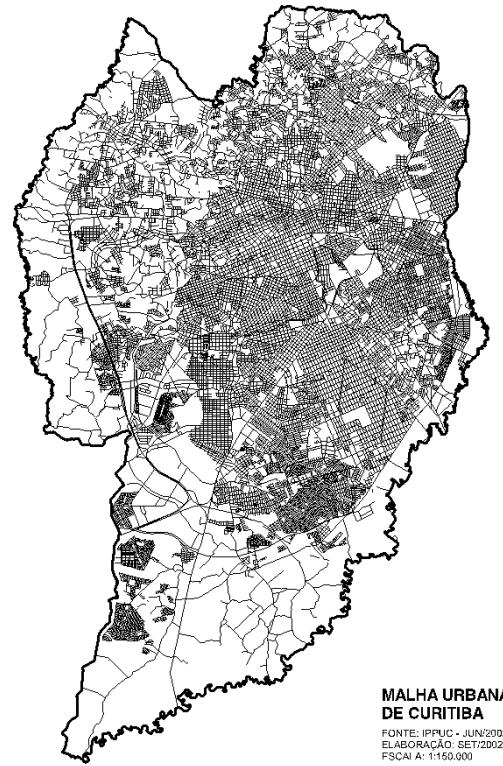
Em relação ao uso do solo, predominam as áreas verdes (31,89%), depois as pastagens (18,14%), seguidas das lavouras (16,85%) e da olericultura (5,73%). Estes dados demonstram que a AU em Curitiba não é apenas familiar e realizada em pequenas áreas.

Segundo a SMAB (2014), “(...) ficou explicitado que ainda há bairros com atividades agrícolas e pecuárias, bem como famílias que sobrevivem dessa atividade”. E ainda “(...) que a troca de informações com essa população trouxe novas perspectivas de ação para o setor, uma vez que muitas das pessoas entrevistadas gostariam de continuar com a atividade de maneira sustentável, porém com maiores incentivos”.

Malha Urbana de Curitiba:



Mapa de Curitiba em 1857. Doação da Família Groff.



MALHA URBANA
DE CURITIBA
FONTE: IPPUC - JUN/2002
ELABORAÇÃO: SET/2002
FSCAI A: 1:150.000

FIGURAS 1,2 e 3: Crescimento da mancha urbana no município de Curitiba: 1817, 1935 e 2002. Fonte: IPPUC, 2014.

1.2 – A CONFIGURAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA E AS ÁREAS DE ESTUDO

O processo de ocupação do solo a partir do movimento imigratório de 1850 faz com que a área do rocio começasse a ser ocupada e organizada, dando espaço à propriedades menores. A cidade continha vinte e sete quarteirões, unidade administrativa do período provincial bastante diferente do conceito utilizado hoje no planejamento urbano.

A ideia de quarteirão se aproxima ao que atualmente chamamos de bairro. Estas áreas eram recortadas por pequenas chácaras concedidas aos imigrantes para produção de alimentos e localizavam-se nas regiões do município com maior desenvolvimento, seguindo do centro em direção ao norte. Nos pontos mais isolados do rocio instalaram-se as colônias. Estas áreas eram mais extensas e sua organização ficava a cargo do grupo de imigrantes que as recebiam. À medida que a população da cidade crescia, estas áreas tomavam ares mais urbanos. Em 1913 a área urbana tinha seus limites no que hoje delimita a regional matriz, compreendendo em seu entorno os bairros Ahú, Cabral, Jardim Social, Alto da XV, Jardim Botânico, Rebouças, Água Verde, Batel, Bigorrilho, Mercês e Bom Retiro. Além destes bairros, se estendiam áreas agrícolas que paulatinamente foram sendo anexadas à mancha urbana (parte deles, os bairros onde se localiza a AU alvo desta pesquisa).

O desenvolvimento no lado noroeste, Regional Santa Felicidade, se deu mais intensamente a partir de 1970. Ainda hoje se encontram na região, chácaras com produção vegetal e animal. A especulação imobiliária vem transformando drasticamente a região, ocupando áreas de preservação e quintais tradicionais com condomínios de luxo.

Fronteiriça com a região central, a Regional Portão se desenvolveu pela influência industrial do bairro Rebouças e pela estrada de ferro que cortava a região em direção à Ponta Grossa. Havia na região um posto fiscal que regulava a entrada e saída de mercadorias desde a época do tropeirismo. Ainda hoje, naqueles bairros, nota-se forte vocação para a indústria e o comércio.

A regional Cajuru apresenta registros de ocupação de terrenos agrícolas desde 1840, mas foi somente a partir de 1930 que a região se desenvolveu com a implantação da Vila Oficinas para atender os ferroviários que trabalhavam na manutenção dos trens. Bairros como o Uberaba na década de 1940 ainda apresentavam extensas áreas de mata nativa. Com a abertura da BR-277 em 1960 o processo de urbanização se intensifica na região.

Ao Sul, a Regional Boqueirão, abrangendo os bairros do Boqueirão, Alto Boqueirão, Hauer e Xaxim iniciam sua atividade agrícola familiar com os imigrantes alemães que chegam a partir de 1930. Ainda hoje encontra-se na região grandes terrenos com produção agropecuária.

As regionais do extremo-sul do município, Cidade Industrial, Pinheirinho e Bairro Novo, são as que apresentam um processo de urbanização mais recente, a partir de 1950. Caracteriza-se por ser a área de população predominante de baixa renda, com maior adensamento horizontal e com um grande número de programas públicos, dentre eles o Programa Lavoura.

A produção agrícola das colônias era majoritariamente de trigo, batata, milho, feijão, mandioca e alguns tipos de vegetais. Com essa produção feita pelas colônias, começava a ser formado o cinturão verde de Curitiba. Estes alimentos compunham os produtos típicos do abastecimento doméstico e eram considerados gêneros de primeira necessidade pelo município.

Nota-se nesta descrição que apesar do município completar, em 2015, 322 anos, até recentemente ele apresentava parcelas significativas do seu território com produção agrícola. Desse modo, pode-se inferir que a prática agrícola entre os habitantes ainda está viva ou resta

na memória dos mais velhos (o que pode ser observado inclusive nas entrevistas realizadas²). É importante observar que a explosão populacional da cidade ocorre no mesmo período que a crise cafeeira no Estado, ficando claro o papel de Curitiba em absorver este grande contingente de migrantes que saem do interior para urbanizar as áreas rurais da capital e também povoar os bairros já constituídos, promovendo o adensamento urbano.

Curitiba

Divisão administrativa



Fonte: IPPUC 2014

1.2.1 - Histórico e dados do bairro CIC

Em 1670, a região onde hoje está a Regional CIC era toda destinada à criação de gado e agricultura de subsistência, praticamente milho e feijão. Essa era a região de entrada para a vila, futura cidade de Curitiba.

Em 1915, a área fazia divisa com outros municípios e suas respectivas delimitações não eram claras, a região, conhecida como colônia Amureros possuía um loteamento organizado por adventistas e cuja composição era de chácaras e fazendas, principalmente de

² - Retomarei esse ponto no quarto capítulo desta dissertação, no qual apresentarei as entrevistas realizadas e as observações feitas a partir do campo.

migrantes poloneses que colonizaram essa porção da cidade no final do século XIX. O mate, em 1920, era o principal produto nessa região, sendo produzido para exportação, e fazendo com que estradas começassem a se abrir. Além do mate para exportação, os moradores continuavam com a agricultura que, para além de subsistência era vendida na cidade. Em 1930, a área era totalmente rural e ali viviam cerca de 2.500 famílias espalhadas por diversas colônias polonesas.

Na década de 1940, com a expansão cafeeira no Paraná, Curitiba se desenvolveu em ritmo acelerado. A prefeitura municipal decidiu, então, investir em uma redefinição do espaço urbano, dando novas funções e dinâmicas para suas regiões. Foi assim que se elaborou o já citado Plano Agache, concluído em 1943, que entre outras propostas, previa a definição de espaços para indústrias e para o comércio. Como zona industrial, sugeriu-se o bairro Rebouças que já abrigava algumas indústrias na época devido à proximidade com a estação de trem. Contudo, com a expansão da cidade, este bairro ficou muito próximo ao centro e seria justamente isso que, anos depois inspiraria a criação da Cidade Industrial de Curitiba – (CIC) em uma nova área.

Os anos referentes à década de 1950 foram marcados por um crescimento veloz da cidade. Nessa época, as indústrias em Curitiba ainda eram tradicionais e faziam praticamente beneficiamento de produtos agrícolas e minerais. A deficiência no fornecimento de energia, de telecomunicações e ligações rodoviárias atravancava a industrialização na época. Com isso, o projeto de uma nova zona industrial que pudesse oferecer uma boa infraestrutura foi sendo pensada e ganhando força.

Na década de 1960, a região do CIC ainda era um vazio verde, com poucas chácaras e colônias de imigrantes. Em 1962, durante um seminário de desenvolvimento industrial, foi iniciado um debate sobre o interesse de se industrializar a área oeste da cidade. No ano de 1966, era inaugurado o primeiro conjunto habitacional que tinha por objetivo abrigar pessoas que servissem de mão-de-obra futura às indústrias a serem implantadas na região. Contudo, devido à falta de infraestrutura básica, como saneamento, postos de saúde, asfalto, energia e abastecimento de água, a dificuldade de habitar a região era um fator presente.

Em 1973 a proposta de criar uma área destinada às indústrias era oficializada com a inauguração da CIC no auditório do Banco de Desenvolvimento do Paraná, em uma parceria entre a Companhia de Urbanização de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná. Assim, o decreto de número 30, assinado pelo então prefeito Jaime Lerner, limitava a área em seus 43,7 milhões de m² para a construção de indústrias conforme previa o Plano Agache. A partir de então, terras foram desapropriadas, ruas abertas, rios canalizados e vilas e conjuntos habitacionais construídos, resultando em transformações físicas, culturais e econômicas em Curitiba e dando inicio aos focos de violência e pobreza.

A primeira indústria a ser instalada na região foi a Siemens Telecomunicações em 1975 e as mulheres, antes agricultoras, começavam a ser treinadas para ocupar postos de trabalho na empresa.

Na década de 1980, os conjuntos habitacionais destinados aos trabalhadores das indústrias continuavam a ser construídos (Vila Sandra, Jardim Riviera, Moradias Atenas, Jardim Gabineto, Moradias Florentina, Conjunto Osvaldo Cruz e Moradias Itatiai, Diadema e Caiuá). Aos poucos, a violência foi diminuindo, já que o uso do espaço foi sendo ressignificado.

No final da década de 1990, começam a vir os comércios e novos pontos de encontro foram aparecendo. A ideia de que a região não fosse apenas uma área de indústrias começa a surgir e hoje, além das indústrias, é uma região com forte incidência de comércios.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o bairro conta com 157.461 mil pessoas. Abaixo apresentarei alguns dados relevantes, comparando o bairro CIC a Curitiba de maneira geral. Esses dados foram disponibilizados pelo IPPUC, que se utilizou do banco de dados de 2010 do IBGE:

ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA



DEMOGRAFIA

População e taxas de crescimento



Com esse gráfico, explicita-se que o bairro CIC é uma região bastante habitada, concentrando 10,19% da população curitibana e sendo o maior bairro em área conforme demonstra o mapa da página 24. A densidade demográfica é bastante similar à média de Curitiba. Em relação à média de crescimento da população entre os anos 2000 e 2010, os dados demonstram que o CIC está bastante alinhado à média percentual do município.

HABITAÇÃO

Domicílios¹ e densidade domiciliar



Áreas de ocupação irregular

Localidade	2000			2005			2010
	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ²	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ²	
Curitiba	301	57333	220732	341	62267	239728	381
Cidade Industrial	51	11964	46061	54	12872	49557	55

Fonte: COHAB e EPUC 2000, 2005 II 2010
Elaboração: IFPUC - Banco de Dados

Domicílios² segundo tipo (casa, casa de vila, condomínio e apartamento)



Em relação à habitação, percebe-se que o número de habitantes por domicílio no bairro CIC, de 3,02%, é maior que a média de Curitiba, de 2,76%, demonstrando maior densidade domiciliar; 77,43% dos moradores vivem em casas e apenas 23,53% em apartamentos, números bastante similares a média de Curitiba.

ECONOMIA

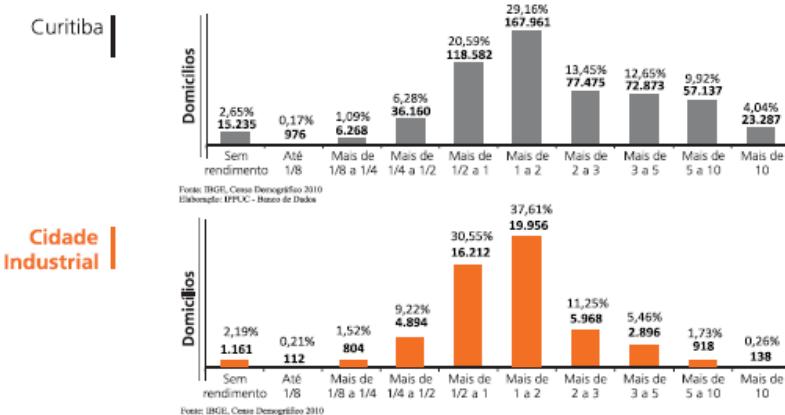
Estabelecimentos ativos segundo setor de atividade econômica



O setor de atividade dominante é o comércio, seguido de serviços e indústria, tal como a média de Curitiba, muito embora com percentagens bastante diferentes em relação a serviços e indústria.

RENDA

Domicílios⁴ por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimos⁵ (SM)



Valor do rendimento médio e mediano mensal

Localidade Rendimento (Reais)	Domicílios		Pessoas com 10 anos ou mais de idade	
	Médio	Mediano	Médio	Mediano
Curitiba	3.774,19	2.300,00	1.424,60	700,00
Cidade Industrial	2.163,27	1.745,00	779,63	600,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

⁴ domicílios particulares permanentes.

Em relação à renda, os percentuais entre o bairro CIC e a média de Curitiba apresentam maior discrepância, demonstrando ser uma região de baixa renda. Enquanto em Curitiba 29,16% das pessoas ganham de 1 a 2 salários mínimos, no CIC este percentual aumenta para 37,61% (a maioria dos moradores encontram-se nessa faixa salarial). Ao mesmo tempo em que Curitiba 20,59% das pessoas ganham entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário, este percentual aumenta para 30,55% no CIC. Na média de Curitiba, 40,06% das pessoas ganham mais de 2 salários mínimos, enquanto no CIC este percentual é de 18,46%. O valor do rendimento médio dos domicílios de Curitiba é de R\$ 3.774,19, enquanto do CIC é de R\$ 2.163,77. Já o valor do rendimento médio por pessoa em Curitiba é de R\$ 1.424,60, enquanto no CIC é de R\$ 779,63.

ÁREAS VERDES



Fonte: SMMA/Parques e Praças, 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Áreas verdes públicas

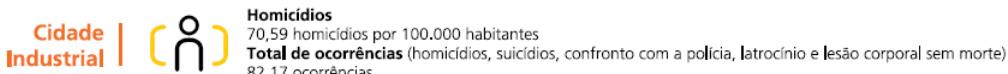
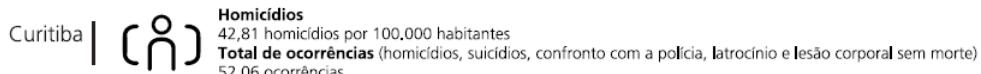
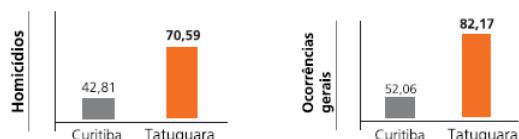
Localidade	Bosque de Preservação	Bosques	Eixos de Animação	Jardinetes	Jardim Ambiental	Largos	Núcleos Ambientais	Parques	Praças	Total
Curitiba	1	16	18	461	2	56	31	22	452	1.064
Cidade Industrial	—	2	1	28	—	—	—	3	58	92

Fonte: SMMA/Parques e Praças, 2012
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

O bairro CIC concentra 8,41% de áreas verdes, sendo a maioria desses espaços praças e jardinetes, tal como acontece nos outros bairros de Curitiba, demonstrando que a região adquire o mesmo perfil geral do município referente a essa ação. Em Curitiba existem 58 m² de área verde por habitante, enquanto no CIC este número é de 49,47 m², ou seja, menos área verde por habitantes em relação à média de Curitiba.

SEGURANÇA

Ocorrências registradas em 2010



Fonte: IPPUC - Banco de Dados
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

O setor segurança é demarcado por grande discrepância entre os números do bairro CIC e do município de Curitiba de maneira geral. Enquanto que em Curitiba a média de homicídios gira em torno de 42,81 casos por 100 mil habitantes, apenas no CIC esse número é de 70,59. Enquanto em Curitiba a média de ocorrências gira em torno de 52,06 casos por 100 mil habitantes, no CIC esse número é de 82,17. Percebe-se, portanto, o alto índice de violência do bairro.

1.2.2 - Histórico e dados do bairro Tatuquara

Em 1786, o Tatuquara já constava na composição da primeira Companhia de Milícia da Freguesia de Curitiba, cujo contingente populacional compunha os censos no século XVIII, período de 1786 a 1798. A região era ponto de passagem para o trânsito de boiadas, servindo de atalho entre Umbará ao Campo Comprido. Nas proximidades desses caminhos estabeleceram-se inicialmente os caboclos, mestiços brasileiros que figuravam como

pioneiros da região. A partir da segunda metade do XIX com a vinda dos imigrantes, deu-se início à prática de atividades voltadas para o abastecimento do centro urbano de Curitiba. Por muitos anos, o Tatuquara manteve-se predominantemente agrícola, dado este confirmado pelos atuais moradores quando contam o histórico do bairro. Segundo eles, o principal alimento produzido pela região era a batata.

O bairro Tatuquara pertence à Regional Pinheirinho e divide-se em nove vilas, que nada mais são do que os antigos loteamentos da Companhia de Habitação Popular – (COHAB), sendo: Moradias Paraná, Santa Cecilia, Santa Rita, Monteiro Lobato, Jardim da Ordem, Jardim Ludovica, Vila Pompéia, Vila Evangélica, Moradas Timburi.

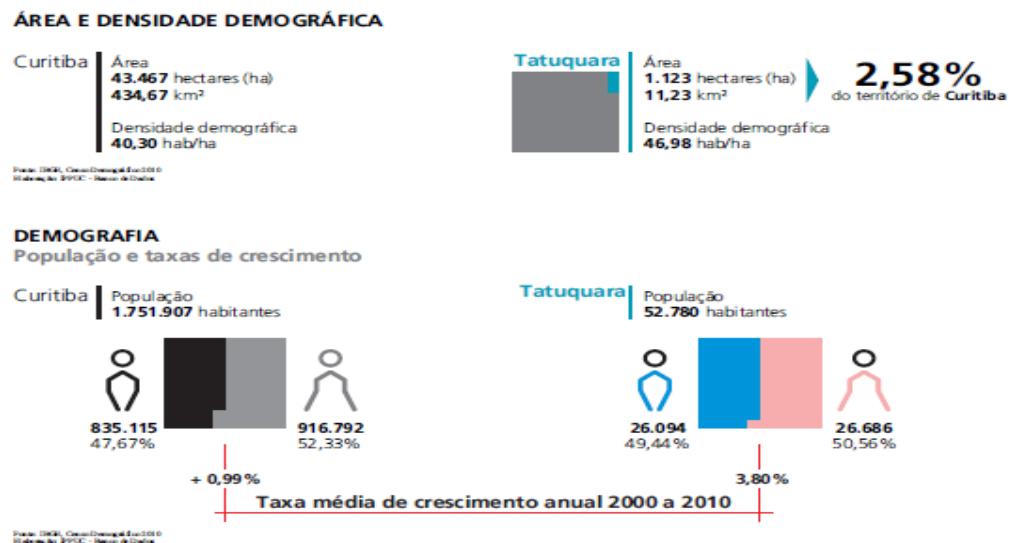
Segundo registros oficiais, até meados dos anos 1970 essa região que era totalmente agrícola e passou a ser apropriada por ocupações irregulares de terra. Algumas destas ocupações permaneceram e outras novas foram surgindo. Segundo dados do IPPUC, no ano de 2010, eram contabilizados treze.

Para dar início ao loteamento, as Secretarias de Meio Ambiente, de Urbanismo, o IPPUC, a COHAB e a Procuradoria Geral do Município intermediaram as negociações entre os antigos moradores e as famílias que estavam nessas ocupações irregulares.

A desapropriação pelo Governo do Estado do Paraná da região do Tatuquara foi requerida na Assembléia Legislativa pelo então deputado Antonio Romero Filho em 1985. Nos anos de 1990, embora o bairro estivesse passando por um processo de urbanização, a região ainda era considerada o pulmão verde de Curitiba. Os primeiros loteamentos surgiram em 1993 quando a infraestrutura do bairro começa a ser construída para receber os novos moradores.

Em visita realizada em fevereiro de 2014 ao IPPUC, o Instituto destaca o trabalho que vem realizando para a elaboração do novo Plano Diretor do município, sendo o bairro Tatuquara alvo de um projeto de infraestrutura.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o bairro conta com 52.780 pessoas. Abaixo apresentarei alguns dados relevantes, comparando o bairro Tatuquara à Curitiba de maneira geral. Esses dados foram disponibilizados pelo IPPUC, que se utilizou do banco de dados de 2010 do IBGE:

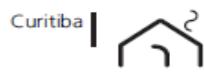


Esse gráfico mostra que o bairro Tatuquara concentra 2,58% da população, que aliado ao mapa da página 24, demonstra ser esse um bairro de tamanho médio. A densidade demográfica do Tatuquara, 46,98 hab/ha é próxima à média de Curitiba, cujo valor é de 40,30 hab/ha. Enquanto em Curitiba, de maneira geral, a taxa de crescimento entre os anos 2000 e

2010 foi apenas de 0,99%, no Tatuquara o percentual de crescimento foi de 3,80%, demonstrando maior crescimento deste em relação à média geral do município.

HABITAÇÃO

Domicílios¹ e densidade domiciliar



Domicílios
635.631 unidades
Densidade domiciliar
2,76 habitantes/domicílio

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010
Elaboração: IPHOC - Banco de Dados



Domicílios
16.230 unidades
Densidade domiciliar
3,25 habitantes/domicílio

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010
Elaboração: IPHOC - Banco de Dados

Áreas de ocupação irregular

Localidade	2000			2005			2010	
	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ¹	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ¹	Nº de Ocupações	
Curitiba	301	57.333	22.0732	341	622.67	23.9728	381	
Tatuquara	10	2.170	83.55	10	2587	9960	13	

Fonte: Censo IBGE 2000, 2005 e 2010
Elaboração: IPHOC - Banco de Dados

Domicílios² segundo tipo (casa, casa de vila, condomínio e apartamento)



Casa
39.832 6 - 69,48%
Casa de Vila ou Condomínio
22.433 - 3,91%
Apartamento
15.283 2 - 26,51%

Fonte: Censo IBGE 2000, 2005 e 2010
Elaboração: IPHOC - Banco de Dados

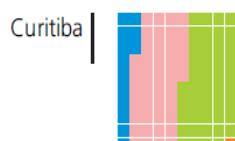


Casa
14.253 - 93,12%
Casa de Vila ou Condomínio
39 - 0,22%
Apartamento
1.014 - 6,62%

Em relação à habitação, percebe-se que o número de habitantes por domicílio no bairro Tatuquara, de 3,25%, é maior que a média de Curitiba, de 2,76%, demonstrando uma maior densidade domiciliar em relação à média da cidade. Quase a totalidade dos moradores vivem em casas, 93,52% o que reafirma ser esse um bairro recente, em processo de expansão, onde a incidência de prédios ainda é rara.

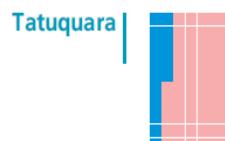
ECONOMIA

Estabelecimentos ativos segundo setor de atividade econômica



Fonte: SMF / Cadastro de líc. de attività e Ag. Curitiba, 2011
Elaboração: IPHOC - Banco de Dados

Indústria
24.103 - 12,63%
Comércio
83.204 - 43,61%
Serviços
82.078 - 43,02%
Outros
1.421 - 0,76%



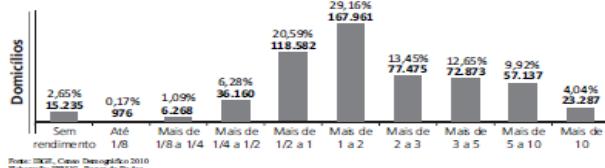
Indústria
329 - 15,01%
Comércio
1.417 - 64,64%
Serviços
445 - 20,30%
Outros
1 - 0,05%

O setor de atividade dominante é o comércio, seguido de serviços e indústria, tal como a média de Curitiba, muito embora com percentagens bastante diferentes em relação aos três setores.

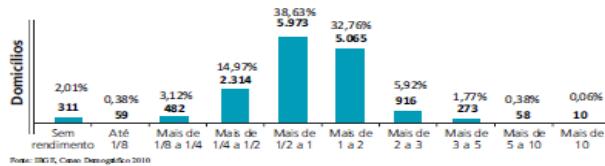
RENDAS

Domicílios⁴ por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimo (SM)

Curitiba



Tatuquara

**Valor do rendimento médio e mediano mensal**

Localidade	Rendimento (Reais)	Domicílios		Pessoas com 10 anos ou mais de idade	
		Médio	Mediano	Médio	Mediano
Curitiba	3.774,19	2.300,00	1.424,60	700,00	
Tatuquara	1.657	1.400,00	590,06	510,00	

* domicílios particulares permanentes.

Em relação à renda, os percentuais entre o Tatuquara e a média de Curitiba apresentam maior discrepância, mostrando ser este também um bairro de baixa renda. Enquanto que em Curitiba 29,16% das pessoas ganham de 1 a 2 salários mínimos, no Tatuquara esse percentual aumenta para 32,76%. Do mesmo modo que em Curitiba 20,59% das pessoas ganham entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário, esse percentual aumenta para 38,63% no Tatuquara, ou seja, a maioria dos moradores do Tatuquara ganham entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Em Curitiba 40,06% das pessoas ganham mais de 2 salários mínimos, enquanto no Tatuquara esse percentual é de 8,13%. O valor do rendimento médio dos domicílios de Curitiba é de R\$ 3.774,19, sendo o do Tatuquara de R\$ 1.657,00. O valor do rendimento médio por pessoa em Curitiba é de R\$ 1.424,60, já no Tatuquara esse valor é de R\$ 590,06, ou seja, menos da metade.

ÁREAS VERDES

Curitiba



101,6 milhões m²
58 m² por habitante
23,51% da área de Curitiba
5 RPPNM⁷

Fonte: SEMMA, Pespas e Praças, 2012
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Tatuquara



3 milhões m²
57,28 m² por habitante
26,92 % da área do bairro

2,98%
das áreas verdes de
Curitiba

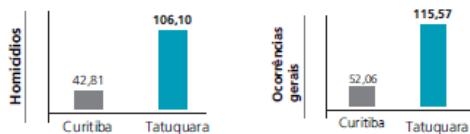
Áreas verdes públicas

Localidade	Bosque de Preservação	Bosques	Eixos de Animação	Jardinetes	Jardim Ambiental	Largos	Núcleos Ambientais	Parques	Praças	Total
Curitiba	1	16	18	461	2	56	31	22	452	1.059
Tatuquara	-	-	2	6	-	-	-	-	9	17

Fonte: SEMMA, Pespas e Praças, 2012
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

O bairro Tatuquara concentra 2,98% de áreas verdes, sendo a maioria desses espaços praças e jardinetes, tal como acontece em Curitiba de maneira geral, mostrando que o bairro adquire o mesmo perfil do município referente a essa ação. Em Curitiba existem 58 m² de área verde por habitante, enquanto o valor no Tatuquara é de 57,28 m², ou seja, este bairro tem praticamente a mesma área verde da média municipal.

SEGURANÇA
Ocorrências registradas em 2010



Fonte: Polícia Civil (PC) - Delegacia de Homicídios - 2010, IBGE - Censo Demográfico 2010.
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Curitiba | 
Homicídios
 42,81 homicídios por 100.000 habitantes
Total de ocorrências (homicídios, suicídios, confronto com a polícia, latrocínio e lesão corporal sem morte)
 52,06 ocorrências

Tatuquara | 
Homicídios
 106,10 homicídios por 100.000 habitantes
Total de ocorrências (homicídios, suicídios, confronto com a polícia, latrocínio e lesão corporal sem morte)
 115,57 ocorrências

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

O setor segurança é demarcado por grande discrepância entre os números do bairro Tatuquara e do município de Curitiba de maneira geral. Enquanto em Curitiba a média de homicídios gira em torno de 42,81 casos por 100 mil habitantes, apenas no Tatuquara esse número é de 106,10. Em Curitiba, a média de ocorrências gira em torno de 52,06 casos por 100 mil habitantes, já no Tatuquara, esse número é de 115,57. Percebe-se, desta forma, o alto índice de violência do bairro.

1.2.3 - Histórico e dados do bairro Campo de Santana

Nas proximidades das antigas povoações de Umbará e Tatuquara, por volta da segunda metade do século XIX, extensas fazendas pertencentes à família Santana marcavam a paisagem da região. A localidade ficou conhecida como Campo dos Santana, que mais tarde viria a inspirar o decreto n.774 de 1995 para a denominação de um dos bairros de Curitiba. Por décadas a região constituiu-se como um povoado de pequenas proporções em relação ao seu entorno. Porém, no início dos anos 2000, o núcleo local, convivendo com hábitos rurais, enfrentou os impactos do adensamento populacional em sua porção oeste, que no decorrer dos anos marcou a paisagem com uma nova composição de ocupação.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o bairro conta com 27.158 pessoas. Abaixo apresentarei alguns dados relevantes, comparando o bairro Campo de Santana a Curitiba de maneira geral. Esses dados foram disponibilizados pelo IPPUC, que se utilizou do banco de dados de 2010 do IBGE:

ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA



DEMOGRAFIA

População e taxas de crescimento



Este gráfico mostra que o bairro Campo de Santana concentra 4,96% da população, que aliado ao mapa da página 24, demonstra ser esse um bairro extenso em relação à área geral de Curitiba. Os dados demonstram ainda uma baixa densidade demográfica na região, 12,35 hab/ha em relação à média de Curitiba, cujo valor é de 40,30 hab/ha. Enquanto que em Curitiba a taxa de crescimento entre os anos 2000 e 2010 foi apenas de 0,99%, no Campo de Santana o percentual de crescimento foi de 13,77%, demonstrando o maior crescimento deste em relação à média geral do município.

HABITAÇÃO

Domicílios¹ e densidade domiciliar



Áreas de ocupação irregular

Localidade	2000			2005			2010
	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ¹	Nº de Ocupações	Nº de Unidades	População ¹	
Curitiba	301	57333	220732	341	62267	239728	381
Campo de Santana	4	698	2687	4	786	3026	5

Fonte: CORHAB e IPPUC 2000, 2005 e 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Domicílios² segundo tipo (casa, casa de vila, condomínio e apartamento)



Em relação à habitação, percebe-se que o número de habitantes por domicílio no bairro Campo de Santana, de 3,07% é maior que a média de Curitiba, de 2,76%, demonstrando uma maior densidade domiciliar em relação à média da cidade. Quase a totalidade dos moradores vive em casas, 96,09%, o que reafirma ser este um bairro recente, ainda em expansão e com baixa incidência de prédios.

ECONOMIA

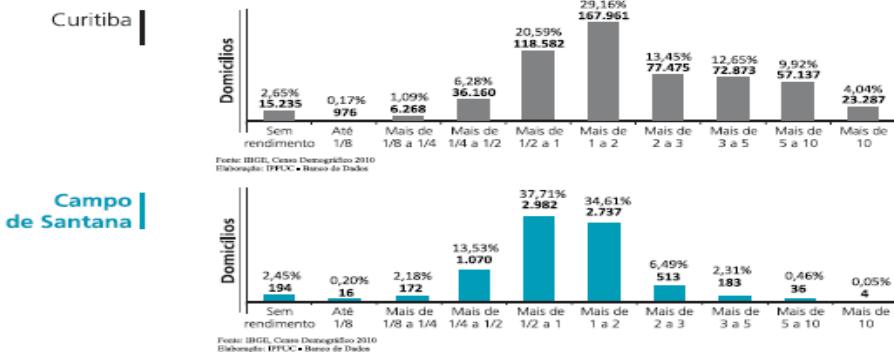
Estabelecimentos ativos segundo setor de atividade econômica



O setor de atividade dominante é o comércio, seguido de indústria e serviços, diferente dos outros bairros estudados (CIC e Tatuquara) em que a indústria está localizada como terceiro setor.

RENDIMENTO

Domicílios⁴ por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimos⁵ (SM)



Valor do rendimento médio e mediano mensal

Localidade Rendimento (Reais)	Domicílios		Pessoas com 10 anos ou mais de idade	
	Médio	Mediano	Médio	Mediano
Curitiba	3.774,19	2.300,00	1.424,60	700,00
Campo de Santana	1.713,44	1.500,00	627,08	580,00

Foto: IBGE, Censo Demográfico 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Em relação à renda, os percentuais entre o Campo de Santana e a média de Curitiba apresentam maior discrepância, mostrando ser esse também um bairro de baixa renda. Em Curitiba 29,16% das pessoas ganham de 1 a 2 salários mínimos, sendo que no Campo de Santana esse percentual aumenta para 34,61%. Enquanto em Curitiba 20,59% das pessoas ganham entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário, esse percentual aumenta para 37,71% no Campo de Santana, ou seja, a maioria dos moradores desse bairro ganham entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Em Curitiba, 40,06% das pessoas ganham mais de 2 salários mínimos, já no Campo de Santana esse percentual é de 9,31%. O valor do rendimento médio dos domicílios de Curitiba é de R\$ 3.774,19, essa quantia no Campo de Santana cai para R\$ 1.163,77. O valor do rendimento médio por pessoa em Curitiba é de R\$ 1.713,44, no Campo de Santana é de R\$ 627,08, ou seja, menos da metade.

ÁREAS VERDES

Curitiba		101,6 milhões m ² 58 m ² por habitante 23,51% da área de Curitiba 5 RPPNM ⁷	Campo de Santana		6,80 milhões m ² 255,27 m ² por habitante 31,54 % da área do bairro	6,70% das áreas verdes de Curitiba
----------	---	---	------------------	---	---	------------------------------------

Fonte: SMMA/ Parques e Praças, 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Áreas verdes públicas

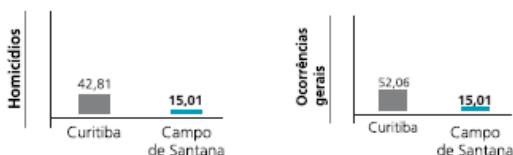
Localidade	Bosque de Preservação	Bosques	Eixos de Animação	Jardinetes	Jardim Ambiental	Largos	Núcleos Ambientais	Parques	Praças	Total
Curitiba	1	16	18	461	2	56	31	22	452	1.064
Campo de Santana	-	-	-	5	-	-	-	-	5	10

Fonte: SMMA/ Parques e Praças, 2010
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

O bairro Campo de Santana concentra 6,70% de áreas verdes, sendo a maioria desses espaços praças e jardinetes, tal como acontece em Curitiba de maneira geral, demonstrando que o bairro adquire o mesmo perfil do município referente a essa ação. Em Curitiba existe 58 m² de área verde por habitante, já no Campo de Santana esse número é de 255,27 m², ou seja, este bairro concentra grande área verde referente à média de Curitiba.

SEGURANÇA

Ocorrências registradas em 2010



Homicídios

42,81 homicídios por 100,000 habitantes

Total de ocorrências (homicídios, suicídios, confronto com a polícia, latrocínio e lesão corporal sem morte)

52,06 ocorrências



Homicídios

15,01 homicídios por 100,000 habitantes

Total de ocorrências (homicídios, suicídios, confronto com a polícia, latrocínio e lesão corporal sem morte)

15,01 ocorrências

Fonte: IPPUC - Banco de Dados
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

Nota: Índice calculado com base nas informações da Polícia Civil e no censo demográfico 2010 (IBGE)

O setor segurança é demarcado por grande discrepância, embora diferente comparado aos outros dois bairros apresentados. Enquanto em Curitiba a média de homicídios gira em torno de 42,81 casos por 100 mil habitantes, no Campo de Santana esse percentual é de 15,01. Em Curitiba a média de ocorrências gira em torno de 52,06 casos por 100 mil habitantes, já no Campo de Santana esse percentual é de 15,01. Esses números demonstram que esse bairro é mais seguro em relação à média de Curitiba.

1.3 – Análise dos dados.

- Em relação à quantidade de hab/ha, nota-se que no bairro CIC e no bairro Tatuquara o percentual é bastante similar a média de Curitiba (39 hab/ha, 46,98 hab/ha e 40,30 hab/ha respectivamente). Já no bairro Campo de Santana esse percentual é 12,35%, ou seja, é um bairro com baixa densidade demográfica, o que se explica pelas grandes áreas livres que se encontram nele.

- O número de habitantes por domicílio é bastante próximo entre o município e os bairros analisados, sendo 2,76% para Curitiba de maneira geral, 3,02% no CIC, 3,25% no Tatuquara e 3,07% no Campo de Santana. Em relação ao tipo de moradia, prevalecem às casas, mesmo em Curitiba, sendo que nos bairros estudados esse percentual é ainda maior, atingindo mais de 96%, ou seja, quase a totalidade das pessoas residentes nesses bairros vive em casas.
- A economia apresenta algumas diferenças. Em Curitiba de modo geral, as atividades econômicas que prevalecem estão entre comércio e serviços (aproximadamente 43%), enquanto a indústria detém-se em 12,63%. Nos bairros estudados, o comércio prevalece, atingindo 64% no Tatuquara, ficando serviços em segundo lugar tanto no Tatuquara como no CIC. Já no Campo de Santana a indústria assume o segundo lugar com 28,57%. Através deste dado, imagina-se que hoje a maioria dos trabalhadores das indústrias que ainda se encontram no CIC não seja majoritariamente moradora desse bairro, e sim do Campo de Santana, um bairro bastante próximo.
- A questão da renda é bastante divergente entre os percentuais médios de Curitiba e dos bairros estudados. Entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, temos 6,28% no município de maneira geral, contra 9,22% no CIC, 14,97% no Tatuquara e 13,56% no Campo de Santana (ou seja, esses últimos dois bairros apresentam o dobro do percentual médio Curitiba nessa faixa salarial). De $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, temos 20,59% em Curitiba contra 30,55% no CIC, 38,63% no Tatuquara e 37,71% no Campo de Santana (mais uma vez o Tatuquara e o Campo de Santana apresentam praticamente o dobro do percentual médio de Curitiba referente a essa faixa salarial). Entre 1 e 2 salários mínimos temos em Curitiba 29,16%, contra 19,95% no CIC, 32,76% no Tatuquara e 34,61% no Campo de Santana (aqui nota-se que o percentual do CIC está abaixo do percentual médio de Curitiba, enquanto os percentuais do Tatuquara e do Campo de Santana estejam bastante acima). Entre 2 e 3 salários mínimos, temos em Curitiba 13,45%, já no CIC 11,25% (não apresentada grande divergência nessa faixa salarial), 5,92% no Tatuquara e 6,49% no Campo de Santana (ou seja, estes dois últimos bairros apresentam praticamente a metade do percentual referente a essa faixa salarial em comparação à média de Curitiba). De 3 a 5 salários mínimos, o percentual de Curitiba equivale a 12,65%, enquanto o valor do CIC é de 5,46%, do Tatuquara, é de 1,77%, e do Campo de Santana, é de 2,81% (ou seja, os três bairros apresentam percentuais muito menores referente a essa faixa salarial comparados à média Curitiba). Acima de 5 salários mínimos, Curitiba soma 13,96%, enquanto no CIC temos 2,05%, no Tatuquara 0,38% e no Campo de Santana 0,51% (isto é, nos dois últimos bairros, quase nenhum morador recebe mais de 5 salários mínimos).
- Em relação ao valor de rendimento médio, temos em Curitiba R\$3.774,19, no CIC R\$ 2.163,27, no Tatuquara R\$ 1.657,00 e no Campo de Santana R\$1.713,44 (embora o valor do CIC também seja inferior ao valor médio de Curitiba, no Tatuquara e no Campo de Santana estes valores são menores que a metade do rendimento médio de Curitiba). Calcula-se o rendimento médio por pessoa em Curitiba de R\$1.424,00, do CIC R\$ 779,63, do Tatuquara R\$ 590,06 e do Campo de Santana R\$ 627,08 (aqui os três bairros apresentam metade ou menos da metade do valor referente ao rendimento médio por pessoa de Curitiba).
- Em relação às áreas verdes, temos em Curitiba o percentual de 58 m²/habitante, no CIC de 49,47m²/habitante, no Tatuquara de 57,28 m²/habitante (metragem não muitos diferentes) enquanto no Campo de Santana temos 255,27 m²/habitante, o seja, nesse bairro encontra-se muita área verde por habitante, talvez por ser esse um bairro agrícola até pouco tempo atrás.

Analizando esses dados, percebe-se que o bairro Campo de Santana ainda é um bairro com baixa densidade demográfica, encontrando-se bastante área verde por habitante, o que não significa que sejam áreas de lazer como praças e parques.

Em relação à renda, é onde se apresenta as maiores discrepâncias. Enquanto em Curitiba de modo geral, o maior percentual da população ganha entre 1 e 2 salários mínimos (29,16%), nos bairros pesquisados a maioria da população recebe entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, chegando a um percentual considerável no Tatuquara e no Campo de Santana referente as pessoas que ganham entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$. No CIC, 11,25% das pessoas recebem entre 2 e 3 salários mínimos, que não é muito distante do percentual de Curitiba, cujo valor é correspondente a 13,45%, enquanto o Tatuquara e o Campo de Santana apresentam percentuais baixíssimos (5,92% e 6,49%). De 3 salários mínimos para cima é que a discrepância aumenta, mesmo que no CIC tenham pessoas recebendo acima de 3 salários mínimos, comparado a Curitiba esse percentual é muito baixo. Esses dados refletirão nos valores médios e medianos de rendimento por domicílio e por pessoa, conforme demonstrou os gráficos.

Outro fator que merece atenção é referente à segurança dos bairros. Enquanto em Curitiba de modo geral o número de ocorrências registradas referente a homicídio em 2010 foi de 42,81 casos por 100 mil habitantes, no CIC esse número aumenta para 70,59, sendo ainda maior no Tatuquara, correspondendo a 106,10 casos, ou seja, nesses bairros os índices de homicídio chegam ao dobro e quase ao triplo de casos em relação à média de Curitiba. Já no Campo de Santana o número é de 15,01 por 100 mil habitantes, ou seja, embora muito próximo aos outros dois bairros, o Campo de Santana apresenta um índice de registro por homicídio menor do que a média de Curitiba, apresentando-se um bairro mais seguro. A mesma análise, embora com outros números se repete em relação a outros tipos de ocorrências mais gerais.

CONCLUINDO

A partir do histórico da cidade de Curitiba, percebe-se que a questão do abastecimento alimentar sempre esteve presente nas preocupações do poder público, assim como a expansão da cidade. Ações de abastecimento alimentar, assim como estratégias de crescimento de forma ordenada da cidade foram planejadas desde sua fundação, sendo trabalhadas ainda hoje pelo município através de departamentos e secretárias exclusivas para essas pastas.

A partir do histórico dos bairros é nítido o fato de todos eles serem recentes no que se refere à urbanização, assim como a percepção de que todos faziam parte do cinturão verde de Curitiba. Tais bairros preservam ainda em algumas localidades, características de uma área rural, mas a fusão urbano-rural se mescla no cenário e no comportamento das pessoas, dado bastante claro durante a pesquisa de campo.

Os percentuais de áreas verdes são bastante similares a Curitiba de maneira geral, salvo no Campo de Santana, onde esse percentual atinge um número maior. No entanto, ao visitar os bairros, é notável a falta de espaços verdes para lazer, como praças e parques, o que leva a pensar que uma parte desses espaços verdes, sejam as hortas localizadas nos bairros.

Pode-se afirmar, através do histórico e dos dados apresentados, que se trata de bairros de baixa renda, sendo o Tatuquara o mais desfavorecido, seguido do bairro Campo de Santana. Isso é preocupante, pois como o acesso aos alimentos depende quase que exclusivamente de renda, nestas regiões, o acesso e consequentemente a SAN dos moradores pode ficar comprometida.

Salvo o bairro Campo de Santana, os outros dois bairros apresentam altos índices de violência. Assim, considerando a baixa renda, o que pode resultar em diminuição do acesso aos alimentos, e a violência apresentada, é fato que o poder público necessita ter um olhar especial para estes locais, apresentando propostas que minimizem a violência e ações que possam resultar em um aumento de renda ou em outras formas de acesso aos alimentos.

A prefeitura de Curitiba, através da Secretaria de Abastecimento-(SMAB) vem desenvolvendo algumas ações no que se refere ao abastecimento alimentar, garantindo acesso através de programas como o Armazém da Família por exemplo. O Programa Lavoura, através do autoconsumo, é uma das ações que vem ocorrendo nos bairros e que garante o acesso aos alimentos de forma não atrelada à renda e que, de maneira indireta, contribui para a diminuição da violência, ocupando espaços antigamente vazios, como veremos no capítulo quatro, onde será apresentado esse Programa e os benefícios que ele vem trazendo as populações desses bairros.

Após apresentar o processo histórico referente a Curitiba e os alguns dados dos bairros onde se deu essa pesquisa, conceituaremos a AU no próximo capítulo a fim de aprofundá-la nos capítulos seguintes a partir do estudo de caso.

CAPÍTULO 2

CONCEITUANDO AGRICULTURA URBANA

Após apresentar o cenário que constitui o pano de fundo da localidade na qual a pesquisa foi realizada em relação ao seu histórico, principalmente no que diz respeito à temática da agricultura, neste capítulo será realizada uma revisão bibliográfica em torno do tema da AU e sua articulação com outras questões a serem abordadas no terceiro capítulo.

É evidente que a produção de alimentos em espaços considerados urbanos sempre existiu, não necessariamente sendo denominado AU. Em minha própria experiência, vivendo em uma cidade no interior de São Paulo, convivia com pessoas plantando no quintal de suas casas ou em terrenos abandonados ou cedidos.

Contudo, ao analisar a bibliografia disponível sobre esse tema, fica evidente que o reconhecimento e o estímulo a essa prática nas cidades ganham destaque principalmente e em alguns casos apenas, nos momentos de crises, como períodos de guerra ou recessões econômicas.

Esse capítulo terá inicio apresentando o cenário internacional e também o brasileiro, onde a AU foi ganhando notoriedade no decorrer dos últimos anos. Na sequência será apresentada uma breve discussão sobre o lugar geográfico que a AU ocupa nas cidades, seguido de uma proposta de conceituação referente a essa temática. Por fim, pretende-se caracterizar quem são as pessoas que plantam nas cidades, denominadas por mim, para esta pesquisa, como *cultivadores*, como já explicitado na introdução.

2.1 – A AGRICULTURA URBANA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NO BRASIL

Para Carvalho e Kanauss (2007), a eficiência demonstrada pela AU na resolução das crises alimentares, induziu organismos internacionais a recomendarem sua utilização para situações estruturais de insegurança alimentar. Em Cuba, na China e em diversos países da África, a AU é componente essencial do abastecimento alimentar urbano.

Segundo Santandreu e Lovo (2007), a partir dos resultados que se alcançaram com projetos de desenvolvimento na África e na Ásia durante os anos de 1970, os quais ampliam o conhecimento sobre essa prática, tornou-se evidente que, além de possibilitar a disponibilidade de alimentos frescos e de qualidade, a AU contribui para promover a segurança e a soberania alimentar, gerar trabalho e renda, promover a saúde e a qualidade de vida.

Lovo (2011) destaca ainda que a partir da década de 1990, alguns projetos de produção de alimentos para autoconsumo e abastecimento através da AU são viabilizados no Brasil com recursos de organizações internacionais como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação- (FAO). O resultado disso foi o destaque que a AU passa a ter para as questões de políticas públicas em algumas regiões, sendo considerada uma estratégica benéfica para a sustentabilidade urbana, promovendo não apenas o autoconsumo e a geração de renda, mas também a boa utilização de espaços urbanos, muitas vezes ociosos ou indevidamente aproveitados.

A década de 1990 foi notável não apenas pelo número de agências de cooperação internacional que trabalharam com AU, mas também pelo número de publicações, conferências e outros encontros que foram realizados, assim como a expansão de pesquisas em ambiente acadêmico sobre o assunto.

Foi nesse mesmo período que ocorreu um movimento para definir o que era a AU, fazendo com que a temática se consolidasse como um campo, abrangendo a dimensão acadêmica e política. Nesse contexto, foram formados grupos de interesse e redes de cooperação, como, por exemplo, o Comitê Consultivo sobre Agricultura Urbana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – (PNUD), criado em 1991, que fomentou a formação do Grupo de Suporte para Agricultura Urbana e a criação, em 1995, da Rede Latino-Americana de Investigações em Agricultura Urbana - (Rede AGUILA).

No âmbito das políticas públicas, é importante citar que a AU foi oficialmente reconhecida pela 15^a sessão do Comitê de Agricultura em Roma em 1999, e posteriormente pela Cúpula Mundial da Alimentação, cinco anos depois, em 2002. Em 2008, pela Força Tarefa de Alto Nível da ONU para a Crise Global de Alimentos, foi valorizada como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana e construir cidades mais resilientes durante a crise. Vale destacar, também, que desde a Eco 92 desenvolve-se o conceito de cidades sustentáveis conferindo a AU um papel primordial. (ARRUDA, 2011).

Mesmo ganhando essa notoriedade em nível internacional, e apesar de no Brasil já existirem inúmeras iniciativas de AU fomentadas pela sociedade civil, foi apenas em 2004 que o Governo Federal, através do MDS, iniciou ações de AU, fortemente impulsionado pelas proposições deliberadas pelas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional³.

Em 2006, o MDS promove um estudo em parceria com diversas organizações da sociedade civil, coordenadas pela Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa de Belo Horizonte, cuja finalidade era mapear em onze regiões metropolitanas brasileiras, os trabalhos desenvolvidos de AU. O objetivo desse estudo foi conhecer onde, como e quem estava praticando AU no Brasil. As regiões metropolitanas pesquisadas foram: Belo Horizonte- MG, Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, Brasília-DF, Goiânia-GO, Belém-PA, Fortaleza-CE, Recife-PE e Salvador-BA. Nessas regiões foram levantadas mais de 600 iniciativas, sendo aprofundadas 170 delas, desenvolvidas em 52 municípios diferentes.

Das experiências aprofundadas, constatou-se que 75% localizavam-se nas capitais das regiões metropolitanas, o que representa uma característica importante da AU no Brasil, já que estamos nos referindo a capitais cada vez mais urbanizadas e industriais; 59% encontravam-se nas regiões Sul e Sudeste. Entre as experiências constatadas, existiam iniciativas financiadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal; pela sociedade civil, como igrejas e associações de bairro; e pelo setor privado. Em termos gerais, dentre essas experiências, as promovidas pela sociedade civil eram mais antigas que aquelas promovidas pelos governos, inclusive algumas com mais de dez anos de existência.

A pesquisa mostrou que apenas em Curitiba havia um programa municipal estruturado, inclusive com mais de vinte anos de funcionamento, que além de apoiar os cultivadores disponibilizando insumos e prestando assessoria técnica, conseguia articular a ação de AU a outras políticas públicas como as de meio ambiente, saúde e educação, sendo essa uma característica peculiar de Curitiba, o que aumentou meu interesse em estudar a AU a partir dessa localidade, como já citado anteriormente.

A diversidade e a multiplicidade de atividades efetuadas foram às principais características observadas nas experiências. Além da produção de alimentos, 49% das atividades giravam em torno da comercialização e 16% de transformação, ou seja, a possibilidade de incorporar valor ao produto final era significativa, 53% das experiências desenvolviam mais de um tipo de atividade, combinando, majoritariamente, a produção e a comercialização; somente 2% produziam, transformavam e comercializavam, indicando assim um baixo nível de integração na cadeia produtiva.

³ Esse cenário será melhor apresentado no terceiro capítulo dessa dissertação

Algumas experiências estavam diretamente ligadas às associações, fator que facilitava a sua organização. Alguns cultivadores se organizavam em grupos para a comercialização, enquanto outros vendiam suas produções individualmente. De modo geral, constatou-se a falta de articulação entre as experiências. Quanto ao volume de produção, quase a totalidade das experiências analisadas não faziam um controle disso, a não ser quando comercializavam via cooperativas.

A produção orgânica ou agroecológica incluía 50% das experiências nas regiões Sul e Sudeste, 60% no Norte e Nordeste e apenas 15% na região Centro Oeste. Dentre os participantes de projetos ou programas, predominava a participação de mulheres de baixa renda e com baixo nível de escolaridade. A maior parte das regiões metropolitanas estudadas apresentava grandes problemas urbanos (saneamento, lixo, mobilidade urbana, acesso aos serviços de saúde e educação, etc.), derivados do crescimento acelerado e desordenado. Neste contexto, a AU aparecia como uma oportunidade democrática, participativa e construtora de cidadania⁴.

Durante a realização desta pesquisa e por meio de debates realizados com outros pesquisadores da AU, ficou claro que um desafio constante para quem trabalha com essa temática era referente à sua conceituação, resultado da diversidade referente à sua delimitação espacial na cidade, ou seja, se denominamos essa prática agrícola como “Agricultura Urbana” (AU) ou como “Agricultura Urbana e Periurbana” (AUP).

Dessa forma, torna-se necessário uma reflexão sobre a questão da delimitação espacial da AU, ou seja, sobre os espaços na cidade onde essa ação é praticada.

2.2 – A QUESTÃO DA DELIMITAÇÃO ESPACIAL

Um dos elementos mais citados e também mais controversos a respeito da AU é em relação a sua delimitação espacial. Poucos estudos realizam uma diferenciação qualificada entre os locais intraurbanos e os periurbanos, ou, se o fazem, usam critérios muito variados que são de difícil extração para outros contextos.

Da literatura elaborada acerca do fenômeno da agricultura produzida nas cidades ao redor do globo, certamente, em um primeiro momento, o que desperta atenção, além da necessidade de construção de um conceito de AU que abarque as dimensões políticas, sociais, ambientais e econômicas, é o questionamento acerca do que são os lugares da agricultura nas cidades. Tal questionamento se deve, em grande medida, pela ideia geral do campo tido como o lugar das atividades agrícolas e das cidades enquanto lugar das atividades não agrícolas. Ademais, a preocupação também se estende para além do local de produção da agricultura: dependendo de sua escala e qualidade, a AU pode ser um ativo importante na construção das imagens de uma cidade produtiva e de uma cidade ecológica.

Há cidades onde ocorrem diversificadas atividades econômicas ligadas à agricultura, com uma separação tênue entre rural, periurbano e urbano. E existem outros contextos no quais as atividades econômicas estão inteiramente ligadas a questões urbanas, como as indústrias.

De todo modo, concordando com Coutinho (2010), a realização de práticas agrícolas dentro das cidades gera novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos

⁴ - Todos os dados da pesquisa foram retirados da publicação *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção*, disponível em <http://www.ruaf.org/sites/default/files/Panorama%20agricultura%20urbana%20Brasil%20e%20diretrizes%20para%20sua%20promocao.pdf>

elementos que fortalecem argumentos que buscam desconstruir as dicotomias modernas entre campo e cidade, agricultura e indústria, natural e artificial que afetam diretamente a dinâmica territorial.

Pode-se dizer que este tipo de agricultura reconecta os moradores das cidades a espaços próximos à natureza, em contraposição ao espaço industrializado, promovendo melhores condições de segurança alimentar e nutricional e a manutenção da paisagem diante de um contexto urbanizador.

Mas, à primeira vista, a expressão agricultura urbana pode parecer um paradoxo: a agricultura, em sua imagem comum, remete ao espaço do campo como principal meio de vida no mundo rural durante significativa parte da história da civilização humana, enquanto a imagem do urbano leva às cidades e metrópoles, que guardam, por sua vez, mais proximidade com o concreto e o asfalto do que com a terra no imaginário social. Esse jogo de imagens não condiz com a complexidade das relações que formam o meio urbano ou o meio rural nos dias de hoje. (PRADO, 2012).

Com isso, entende-se que a cidade, não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações sócio-espaciais entre esses elementos possam ser compreendidas. Retomaremos a discussão de campo e cidade a partir da AU no terceiro capítulo desta dissertação.

Ainda sobre o diferencial territorial do espaço da AU nas cidades, destaca-se que os autores Adam (1999) e Mougeot (2000) relacionam a AU com a sua localização, dividindo-a em: intraurbana ou urbana, quando realizadas dentro das cidades, ou periurbanas, quando realizadas no seu entorno. Mougeot (2000) traz como critério a área com relação à moradia do cultivador (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação à modalidade do uso ou da posse (sessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura (residencial, industrial, institucional, etc).

Alguns autores que estudam a AU têm buscado traçar o limite externo da área periurbana, identificando, por exemplo, as zonas urbanas, suburbanas e periurbanas com relação a sua porcentagem de edificações e infraestrutura viária e aos espaços abertos por km² (LOSADA et al, 1998).

O Comitê de Agricultura da FAO – COAG/FAO (1999) define a AU referindo-se a pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos e criação de pequenos animais para consumo próprio ou para a venda em mercados. Já a AUP é definida como unidades agrícolas periféricas às cidades, que exploram intensivamente as atividades agrícolas, sendo granjas comerciais que cultivam hortaliças e produtos semi-processados, criam frangos e outros animais e produzem leite e ovos.

Alguns movimentos sociais utilizam-se do termo AUP, pois o "periurbana", para estes, pode indicar uma resistência camponesa em áreas já quase ou totalmente urbanizadas.

Ao pesquisar outros trabalhos de AU como os de Coutinho (2010), Lovo (2011) e Arruda (2011), dentre outros, confirma-se que os núcleos das cidades, por norma, encontram-se mais urbanizados e, portanto, os espaços existentes para produção estão diminuindo. Assim, fica destinada a essas áreas a agricultura de menor escala, ocorrendo uma ocupação de terrenos vazios, parques públicos, entre outros. À medida que se avança do centro para a periferia, situam-se os corredores, cujos espaços agrícolas vão surgindo em paralelo às estradas e caminhos de ferro, os quais englobam terrenos que ainda não foram urbanizados ou terrenos sobrantes de obras, onde em certos casos há o desconhecimento sobre a propriedade do terreno em causa. Um terceiro anel é caracterizado pela existência de uma grande quantidade de espaços libertos para a prática agrícola, nomeadamente, as áreas úmidas, as encostas e abaixo das linhas de alta tensão. Por último, situa-se a periferia, ainda com traços

marcantes de uma dicotomia rural-urbano, onde se localizam as explorações de pequena e média dimensão orientadas para o mercado metropolitano.

A reflexão sobre a delimitação espacial da AU é importante de ser feita, principalmente para as políticas públicas, que muitas vezes precisam de instrumentos legais para viabilizar essa prática dentro das cidades. Por isso essa discussão deve ser alvo de pesquisas e reflexão por parte de quem estuda, trabalha e pratica essa atividade.

Feito, mesmo que brevemente uma reflexão sobre o lugar da AU nas cidades, parte-se agora para um exercício de definição dessa atividade.

2.3 – DEFININDO AGRICULTURA URBANA

Como fenômeno social e político, a AU possui forte conexão com questões e temáticas diversas. Por também ser ação política, a discussão sobre a AU traz consigo o debate sobre a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego. Como processo social pode-se dizer que a “*AU envolve múltiplos atores, múltiplas funcionalidades na vida das cidades e integra diversos conhecimentos e saberes transdisciplinares que desafiam seus caminhantes, seus lutadores, seus fazedores (...)*” (MOREIRA, 2008: 243).

Desta forma, como política pública ou não, incluída ou não nos planejamentos urbanos, a produção de alimentos é uma realidade nos espaços das cidades, independentemente da época e do apoio que essa atividade tenha recebido dos governantes. De acordo com Mougeot: “(...)*o novo não é que se pratique agricultura urbana, mas a escala em que se está praticando na atualidade, algo nunca visto antes*” (MOUGEOT, 2006:4).

Alguns autores têm se debruçado em estudar e definir uma conceituação para a AU. Para Santandreu e Lovo (2007), a agricultura urbana tem um conceito multidimensional, isso porque inclui produção, transformação e prestação de serviços; é capaz de ser voltada para o autoconsumo, trocas, doações ou comercialização; pode aproveitar e reaproveitar de forma eficiente recursos e insumos locais; é possível de vincular-se às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e pode, ainda, ser articulada com a gestão territorial e ambiental das cidades. Os autores evidenciam ainda a multifuncionalidade da AU devido ao seu potencial de promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a SAN. Dessa forma, para os autores, a AU se apresenta como uma estratégia interessante para as cidades que buscam outra forma de existência, como:

1. Uma cidade produtiva que promove o desenvolvimento econômico local através de políticas de geração de trabalho e renda complementares para o combate à pobreza;
2. Uma cidade ecológica que faz sua gestão territorial em conjunto com a gestão ambiental, tendo em vista a diminuição dos desequilíbrios ecológicos. Para isto realiza o uso social do espaço, a gestão de resíduos sólidos, o reuso de águas residuais tratadas e o uso de águas de chuva, busca a diminuição da impermeabilização do solo, entre outros aspectos;
3. Uma cidade que promove a diversidade social e cultural e que desenvolve políticas de respeito às condições étnicas e sócio-culturais aos grupos considerados vulneráveis, como mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais;
4. Uma cidade que promove a SAN e que se preocupa com o acesso e a disponibilidade dos alimentos, bem como com a forma de produção dos mesmos;

Em diálogo a essa definição, Smit et all (2005), apresentam a AU enquanto uma atividade estratégica para a sustentabilidade das cidades, pois:

1. A AU otimiza o uso do espaço, horizontal e vertical, prioriza ciclos de produção mais curtos, utiliza a água de forma mais eficiente por ser um recurso mais caro e escasso nas cidades;
2. A AU promove a possibilidade de trabalho, de renda e de inserção social de parcela da população como mulheres donas de casa e pessoas aposentadas.
3. Normalmente a produção é orientada para o abastecimento de mercados locais, sendo que a maior distância permite a oferta de produtos frescos e de qualidade, favorecendo a SAN.

Diversas vantagens podem ser obtidas através da AU, como o incremento da quantidade e da qualidade de alimentos; a utilização de resíduos e rejeitos domésticos para reciclagem; o melhor aproveitamento de espaços ociosos nas cidades; a recreação e o lazer resultando em sociabilidade da comunidade; a diminuição da pobreza através de geração de renda adicional ou economia familiar através do acesso aos alimentos.

No entanto, assim como elencar os pontos positivos da AU, se faz importante apontar alguns riscos que essa prática pode trazer ao ser realizada na cidade. Os principais podem ser os relacionados aos resíduos orgânicos, às águas utilizadas para irrigação, aos vetores de doenças devido aos animais e a contaminação do solo por agroquímicos. Todos esses fatores podem ser agrupados em duas categorias: a impactos ambientais negativos e problemas para a saúde humana.

Percebe-se até agora que seja entendendo-a como a produção de alimentos na cidade ou como a ocupação e utilização de áreas periféricas, vendo suas potencialidades e seus riscos, pode-se dizer, que a AU é objeto de estudos com diferentes abordagens. Ellis e Sumberg (1998, apud Prado 2012) entendem que há duas linhas de pensamento sobre o tema. A primeira é baseada em largo apoio e defesa do fenômeno, associada à ideia de auto-suficiência alimentar de famílias nas cidades. Nessa vertente pode figurar pesquisas e trabalhos de diversas ações governamentais e a presença da AU como ação específica nas agendas de agências internacionais como a FAO. A segunda linha se preocupa de forma mais dedicada com a investigação empírica da incidência da produção de alimentos nas cidades, embora Ellis e Sumberg ainda ressaltem que essa linha da literatura seja baseada principalmente em pesquisas realizadas no contexto africano e que também seja especialmente orientada nos casos de pobreza urbana.

Tema que tem sido recorrente nas agendas de agências de cooperação e organizações não governamentais no mundo todo, a AU muitas vezes é apresentada como um conceito integrador na medida em que abarca questões econômicas, ecológicas, paisagísticas, educacionais e outras. Abarcando dimensões sociais, políticas e ambientais, como afirma Mougeot (2005), sua influência nas discussões acerca do futuro das cidades é central.

A respeito das diferentes utilidades que a AU pode assumir para as cidades, comprehende-se que as definições e discussões sobre ela, na forma como se apresentam, não são definitivas, uma vez que os conceitos são recentes e estão sendo construídos.

Assim, acredita-se que a separação do conceito entre AU e AUP pode resultar no enfraquecimento do movimento que luta por essa pauta nas cidades como uma pauta única, ou seja, de produção de alimentos nas cidades e no seu entorno.

Diante disso, para essa dissertação, adotaremos apenas o termo AU, entendendo essa atividade como produção de alimentos e criação de pequenos animais praticada dentro ou nos limites das cidades, destinada ao autoconsumo ou a venda local.

Vale destacar que em Curitiba, a ação é tratada apenas como AU, inclusive estando o Programa Lavoura locado em uma coordenadoria denominada apenas Agricultura Urbana.

2.4 – A IDENTIDADE DO CULTIVADOR

Além da problemática em relação à área (AU ou AUP) e em relação ao conceito de AU, outro ponto de debate presente se refere à identidade das pessoas que plantam nas cidades. Embora muitos façam parte dos estratos mais pobres da população, observa-se que outros são de classe média ou alta (empresários, profissionais liberais, artistas, dentre outros), sendo que estas pessoas não têm, necessariamente, um histórico familiar ligado à agricultura.

Alguns são imigrantes, que já residem nas cidades há tempos. Nem todos são de origem rural e, mesmo dentre os que são, muitos não praticavam a agricultura antes. O fato é que são homens e mulheres que escolhem a agricultura como uma de suas estratégias de subsistência e que primam pela prática da agricultura para além dessa questão. A pesquisa de campo comprovou isso, como veremos no capítulo quatro.

A AU para as pessoas nascidas na cidade constitui-se em uma oportunidade para aprender e apreciar o processo de cultivo. Para os recém migrantes da zona rural, a atividade representa uma forma de utilizar suas especialidades agrícolas e, para alguns, um refúgio no qual eles novamente podem trabalhar e estar ligados a terra e à natureza.

Assim, um fator que pode exercer influência na definição de AU é o perfil das pessoas envolvidas com essa atividade, ou seja, pessoas com baixos rendimentos, os quais dependem da produção de alimentos frescos e de baixo custo, e pessoas com um nível de rendimento mais elevado, cujo envolvimento com a agricultura surge por razões de lazer, recreio e convívio social.

Nesse sentido, embora muitas pessoas se dediquem à AU principalmente por motivos econômicos, como demonstrou a pesquisa elaborada por Nugent (2001, *apud* Arruda, 2011), no qual foram elencados como fatores predominantes a melhoria no rendimento do orçamento familiar, como uma opção à crises econômicas, os preços elevados dos alimentos e o desemprego, outros benefícios e oportunidades sociais não podem ser consideradas menos importantes, como o convívio social, o combate ao ócio e a oportunidade de espaços de relaxamento físico e psicológico.

Tratando-se da identidade, vale destacar mais uma vez que a maioria das pessoas que se dedicam a esta atividade nas cidades não se consideram agricultores, pois muitos deles exercem ou já exerceram outro trabalho, e por isso a opção de chamá-los de ``cultivadores``...

CONCLUINDO

Pode-se dizer, a partir dos estudos expostos até o momento, que o termo AU é recente, mas que a preocupação com ele acompanha os acelerados processos de urbanização pelos quais passaram quase todos os países do mundo nos últimos quarenta anos.

Ainda que outras dimensões tenham peso relevante no fomento e apoio à AU, é certamente o elemento espacial que ganha ênfase, paralelamente ser ele próprio o caracterizador do conceito. O aspecto urbano presente na questão da AU é objeto de várias reflexões, assim como a denominação que é dada as pessoas que estão plantando nas cidades.

Partindo da ideia de multifuncionalidade da agricultura urbana, sua contribuição vem de acordo com a construção de diferentes dimensões de cidades: a cidade produtiva, a cidade ecológica, a cidade que respeita a diversidade social e cultural e a cidade que promove a

segurança alimentar e nutricional. Assim, a AU tem potencial para contribuir com a construção de políticas públicas que visem ações voltadas para a melhoria da gestão ambiental, da gestão territorial, de combate à pobreza, de promoção da SAN e, por fim, de promoção da inclusão social.

Sendo assim, nos próximos capítulos, a AU será apresentada de modo a correlacioná-la com outros temas e conceitos chaves para sua promoção e compreensão, entendendo ser esta uma prática de múltiplos sentidos nas cidades.

CAPÍTULO 3

AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA URBANA

Serão apresentados neste capítulo algumas ações, temas e conceitos que se entrelaçam ao conceito e à prática de AU sendo, por isso, importantes para o seu avanço e consolidação. Desta forma, não se pode falar de AU sem considerar que esta ação é significativa para o abastecimento alimentar das pessoas que a praticam através do autoconsumo, ou ainda, como uma ferramenta importante de acesso aos alimentos via comercialização direta a consumidores locais.

Não podemos, também, tratar da AU sem fazer alusão ao planejamento urbano, já que estamos nos referindo à produção de alimentos nas cidades e, portanto, do uso do espaço urbano. Outros dois aspectos que perpassam a AU de forma significativa são a SAN, já que a AU promove acesso a alimentos em quantidade e qualidade e, em alguns espaços, faz parte da política de SAN do município, inclusive em Curitiba, e também à saúde, já que estamos tratando de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos, que além de proporcionar saúde física, promove saúde psicológica aos seus participantes através do convívio social.

Outro ponto de importante exposição é a inserção da AU na discussão sobre a dicotomia campo-cidade, ou seja, como essa prática pode nos ajudar a pensar se de fato essa dicotomia existe nos dias atuais.

Vale lembrar que todos esses temas, além de incorporarem a discussão da AU, relacionam-se também entre si. Nesse sentido, mesmo que apresentando-os separadamente, seria impossível não fazer menção às essas conexões e sinergias, o que será constatado nas leituras que se seguem.

3.1 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

Nesse tópico serão apresentadas, primeiramente, algumas reflexões sobre insegurança alimentar associadas à questão da pobreza e da falta de acesso aos alimentos. Após essas reflexões, serão apresentados alguns entendimentos sobre a SAN e sua trajetória até chegar à criação da Política Nacional de SAN e como a AU se insere enquanto uma ação estratégica desta política.

3.1.1 – *Pobreza e a questão do acesso aos alimentos*

Um ponto bastante pertinente e cada vez mais alarmante nas grandes cidades é referente a SAN. Josué de Castro (1984) enfatizou em seu trabalho *Geografia da Fome*, que a fome é um problema socioeconômico e político, e não de insuficiência de alimentos e que, portanto, seria necessário rever como estava sendo efetuado o acesso aos alimentos, principalmente pelas pessoas pobres.

O Brasil é considerado como um dos países com maior potencial produtor e exportador de alimentos em escala global, porém possui significativa parcela de sua população que não tem acesso, ou tem de modo dificultado, aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana (CANÇADO, 2009).

Entende-se, portanto, que a maioria das pessoas que se encontram em estado de insegurança alimentar reside em países ou regiões que dispõe de alimentos em quantidade suficiente, mas o que lhes falta é o acesso a esses alimentos. Em sociedades de mercado, alimentos são mercadorias, isto é, são comercializados. Diversas pessoas não podem participar dessa comercialização porque não dispõem de recursos econômicos. Assim, são excluídos do mercado pela falta de renda suficiente, o que as impede de participar plenamente como consumidores (ROCHA, 2013).

Nesse sentido, Maluf *et al* (1996) destaca que uma apropriação do conceito de SAN adequada ao Brasil diz respeito à questão do acesso aos alimentos, tanto nos casos em que ele é irregular ou insuficiente, onde se origina a fome, como naqueles onde o acesso é custoso e compromete parcela substancial da renda total, dificultando a obtenção dos demais componentes necessários a uma vida digna (moradia, transporte, lazer, etc.).

Considera-se, por consequência, que a questão da disponibilidade de alimentos deve assegurar que seus preços estejam de acordo com o poder aquisitivo da população. Nestes termos, a SAN associa-se ao objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos a alimentos básicos de qualidade. As políticas de SAN teriam como público-alvo, o conjunto dos trabalhadores, sendo estes não apenas os segmentos em situação de pobreza extrema, e como campo de intervenção os determinantes das condições de acesso (emprego e renda) e de produção (estrutura produtiva) dos alimentos básicos.

3.1.2 - Os caminhos da Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Urbana como parte de suas ações.

O termo Segurança Alimentar começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência de guerra, vivenciada, sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia exercer domínio sobre o outro controlando seu fornecimento de alimentos. O abastecimento alimentar seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Essa questão, então, passou a fazer parte da segurança nacional de cada país, fortalecendo a ideia de que a soberania dos mesmos dependia de sua capacidade de auto suprimento alimentar (MALUF, 2007).

O entendimento de que a problemática alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção de alimentos manteve-se até a década de 70. Na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam escassos, a ideia de que a segurança alimentar estava quase que exclusivamente ligada à produção agrícola era dominante, fortalecendo inclusive a ideia e a implantação da *Revolução Verde*⁵ da Agricultura. Procurava-se convencer a todos que o flagelo da fome desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos. A produção mundial recuperou-se ainda na década de 70, embora não da maneira como prometia a Revolução Verde, mas nem por isso desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo parcela importante da população mundial (*Ibidem*).

A partir da década de 80, estruturas centralizadas de poder e processos decisórios, antes limitados às instituições governamentais, deram lugar a formatos de gestão híbridos, que congregam diferentes setores de governo e sociedade. A intensa mobilização social vivida desde meados dos anos 80 marcou a construção de propostas para o enfrentamento das questões sociais, incluindo a alimentação e a nutrição. É nesse contexto, pautado pela ação de

⁵Revolução verde foi um processo de modernização na agricultura cujo propósito era a o aumento da produção. Foi fortemente marcado pelo emprego de agrotóxicos e outros produtos químicos e por impulsionar a monocultura.

organizações da sociedade civil, que a segurança alimentar assume progressiva relevância na agenda governamental. (BURLANDY, 2009).

Em 1985, foi formulado por uma equipe de técnicos a convite do Ministério da Agricultura, o documento: “*Segurança Alimentar: proposta de uma política contra a fome*”, que, de acordo com Maluf (2007), teve poucas consequências práticas à época, mas continha as bases das primeiras proposições que surgiram posteriormente. Apresentava dois objetivos de SAN: atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos. Encontram-se nele as diretrizes de uma política nacional de segurança alimentar e a proposta de instituir um conselho nacional de segurança alimentar, presidido pelo presidente da República, que fosse interministerial e ligado à Secretaria de Planejamento.

Em 1986, já com a expressiva mobilização no campo da saúde pública no Brasil, realizou-se a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, lançando um conjunto de proposições que também se tornaram referências permanentes, a começar pela incorporação do adjetivo nutricional à noção de segurança alimentar e, assim, suas ações passam a ser chamadas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Outra referência fundamental foi à formulação e difusão, em 1991, de uma proposta de política nacional de SAN pelo governo paralelo⁶ criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e dirigido por Luiz Inácio Lula da Silva. Dois fatores contribuíram para que ela tivesse impacto: a inclusão do combate à fome entre as prioridades do movimento pela ética na política, criado na época do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Dele se originou, em 1993, a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, que contou com o sociólogo Hebert José de Souza (Betinho) entre seus líderes e mobilizou um número expressivo de brasileiros sob o lema *A fome não pode esperar*. O segundo fator foi à aceitação da proposta do governo paralelo pelo então presidente Itamar Franco, também em 1993, tornando-a documento de referência para a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – (CONSEA).

A proposta tinha por objetivo trabalhar as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos por meio de uma perspectiva de descentralização e diferencial regional. Em paralelo ocorreriam as ações emergências contra a fome. Fariam parte, ainda, as ações governamentais de controle da qualidade dos alimentos e estimulo a práticas alimentares saudáveis.

O CONSEA, criado em 1993, realizou logo em 1994 a primeira Conferência Nacional de SAN, produzindo uma declaração política e um documento programático com as condições e os requisitos para uma Política Nacional de SAN, organizado em três eixos centrais: ampliar as condições de acesso a alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados e proporcionar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

O CONSEA foi extinto no final de 1994, quando o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Comunidade Solidária.

Quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, elaborou-se um relatório propondo uma nova e ampliada definição de segurança alimentar, sendo este o ponto de partida para aquela aprovada na II Conferência Nacional de SAN em 2004 e expressa na Lei Orgânica de SAN (LOSAN) n.11.346, aprovada em 2006:

⁶ Inspirado na experiência inglesa, o governo paralelo constitui-se como instrumento de ação política para o exercício de uma oposição qualificada ao recém empossado governo Collor. Seu objetivo era manter articuladas as forças políticas que se uniram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições de 1989 e empreendeu uma fiscalização democrática da nova gestão (<http://www.institutolula.org/historia>), acessado em 20.01.2015.

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Desde o início de 1990, ampliou-se bastante a adoção da noção de SAN como referência das políticas nas esferas estaduais e municipais da administração pública no Brasil, notadamente pelos organismos de agricultura e abastecimento, como aconteceu em Curitiba, por exemplo, já no ano de 1986.

Em 1998 foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – (FBSAN), que contribui desde então para a mobilização nas formulações sobre SAN no Brasil e para a criação de fóruns e conselhos estaduais e municipais de SAN pelo país.

Em 2003, é recriado o CONSEA, organizador de três conferências nacionais de SAN, em 2004, 2007 e 2011. Na primeira delas, foram elaboradas as diretrizes para a política nacional de SAN, incorporadas a já referida lei n. 11.346 de 2006.

Além disso, deve-se mencionar a apropriação da SAN pelo Projeto Fome Zero. A criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e do Programa Bolsa Família resultou em modificações importantes na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção SAN no Brasil.

No Brasil, a SAN é considerada um direito humano, um bem público que se realiza através de políticas universais. A abordagem do Direito Humano à Alimentação Adequada – (DHAA), considera que não basta garantir a SAN se os processos pelos quais as ações são implementadas pautam-se em relações clientelistas, baseiam-se em troca de favores ou não respeitam os valores culturais dos grupos atendidos. Portanto, as variações na implementação dos programas são tão importantes quanto a sua concepção, pois podem afetar tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos que determinam as capacidades humanas para viver e se alimentar de forma adequada.

Assim, pode-se observar que são várias as relações entre pobreza, fome e SAN, e que suas complexidades não se referem apenas ao déficit de renda. O acesso à alimentação inclui diferentes tipos de recursos, não só monetários, como a produção para o autoconsumo, as doações, as redes de apoio, os programas públicos, dentre outros, ou seja, são várias as oportunidades de conquista da SAN para além da via de mercado. Diferentes tipos de intervenção vêm sendo adotados nesse campo no Brasil, tais como a distribuição de alimentos, a alimentação escolar, os restaurantes populares, os bancos de alimentos, a transferência direta de renda e a AU (BURLANDY, 2007).

Dessa forma, podemos compreender que a disponibilidade de alimentos (como doação de uma cesta básica) não é suficiente para garantir o DHAA e a SAN, na medida em que a garantia desse direito requer o respeito ao princípio ético do acesso digno à alimentação. Sendo assim, o acesso através da renda é fundamental, mas o acesso por meio da própria produção familiar seja ela rural ou urbana é outro fator importante para garantia do DHAA e da SAN, encaixando a AU perfeitamente nisso.

Além do DHAA, a SAN está conectada ao princípio de soberania alimentar que sustenta o direito de os povos definirem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos que necessitam. O Fórum sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana (Cuba), em 2001, definiu soberania alimentar, como:

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos campesinos, pesqueiros, indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, na qual a mulher desempenha um papel fundamental(...). A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a SAN duradoura e sustentável para todos os povos. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001.)

Para Maluf (2007), a produção doméstica (nacional) de alimentos é estratégia para os países atingirem a soberania alimentar e a SAN.

É nesse sentido que o conceito de SAN se converte em um dos eixos ordenadores das estratégias de desenvolvimento de um país, sugerindo formas mais equitativas e sustentáveis de produzir e comercializar alimentos, questionando o padrão de consumo alimentar e requalificando as ações dirigidas para os grupos sociais mais vulneráveis à fome e à desnutrição. As ações e políticas públicas de SAN participam, pois, da difícil tarefa de associar dinamismo econômico, promoção da equidade social e melhoria sustentável da qualidade de vida (MALUF E REIS, 2013)

Em relação à AU na Política de SAN, além da criação de uma coordenação nacional de AU dentro do MDS, diversos setores da sociedade civil que militam ou trabalham com esse tema, participaram junto com gestores públicos das Conferências Nacionais de SAN. Na II Conferência Nacional realizada em 2007, dentre as quarenta e sete diretrizes definidas para a elaboração da Política Nacional de SAN, aprovou-se a seguinte ação estratégica relacionada à AU:

Elaborar diagnósticos participativos, coordenados pelos Consea's (ou conselhos afins) com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de AUP por meio de: identificação das diversas iniciativas de AUP desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, avaliando seus potenciais e limitações para a promoção de SAN e; levantamento georreferenciado municipal indicando espaços públicos e privados passíveis de utilização em um programa de AUP com garantia da ampla divulgação desses dados. (Relatório da II Conferencia de SAN, 2004).

Como resposta a tal deliberação, realizou-se em 2006, uma pesquisa encomendada e financiada pelo MDS: *“Panorama da AUP no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras”*. Tal pesquisa permitiu o levantamento de informações junto a pessoas e organizações envolvidas com práticas agrícolas, sobre as potencialidades e os desafios para o desenvolvimento da AUP, a fim de estabelecer princípios e diretrizes para a formulação de uma possível Política Nacional de AUP no Brasil⁷. Em 2007, houve o I Seminário Nacional de AUP onde foram apresentados os resultados da pesquisa e aprovado os princípios e diretrizes.

Ainda em 2007, ocorreu em Fortaleza a III Conferência de SAN, que aprovou uma proposta específica relacionada à AUP:

⁷ - Os dados, resultado dessa pesquisa já foram apresentados no segundo capítulo dessa dissertação.

Implantar uma Política Nacional de AUP e pesca artesanal sustentáveis através de um projeto de lei, incluindo indígenas não aldeados entre seus beneficiários, com dotação orçamentária e linha de crédito especial, integrando iniciativas de produção, extrativismo, beneficiamento, comercialização e serviços de alimentos de bases agroecológicas e de economia solidária, integrada com o programa Luz para todos; regular o uso de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários, articular essas iniciativas com a gestão territorial e ambiental, incorporando-as nos planos diretores dos municípios e realização de um encontro nacional de AUP e pesca artesanal no ano de 2008. (Relatório da terceira conferência de SAN, 2007).

Assim, no ano de 2009, o MDS promove e financia a elaboração do “*Documento Técnico Orientador das Estratégias para Implantação da Política Nacional de AUP em Regiões Metropolitanas*”, incluindo a proposta de constituição de uma Rede Nacional de AUP. Em 2010, é realizado o II Seminário Nacional de AUP e, em 2011, ocorre um Seminário Internacional de AUP.

Segundo informações coletadas com a coordenação de AUP do MDS em dezembro de 2013, não há mais orçamento da União disponível para novos projetos, ficando seu trabalho restrito à finalização daqueles em vigência. Isso vem gerando um forte debate no CONSEA em parceria com outros setores da sociedade civil, sobre o futuro da AU nas políticas públicas federais.

3.2 -ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Esse tópico fará um breve resgate histórico sobre as ações de abastecimento alimentar enquanto política pública para, então abranger algumas concepções desse conceito. Na sequência será apresentado como a AU pode ser considerada uma prática estratégica de abastecimento alimentar para as cidades.

3.2.1– *Breve resgate histórico*

O abastecimento alimentar brasileiro foi marcado ao longo da história por períodos de restrição e carestia. Impasses entre os interesses das classes produtora e demandante de alimentos foram intermediados pelo Estado, que por ação regulatória através de taxações sobre os produtos manteve o poder de compra da população. Com o aumento populacional e a reorganização territorial consolidando centros urbanos demandantes e centros rurais ofertantes de alimentos, a preocupação com o abastecimento exigiu do Estado uma ação controladora. Particularmente nos anos 40 e 50, o Estado assumiu um papel importante no abastecimento nacional, criando órgãos e autarquias para cuidar da problemática alimentar (ZIMMERMAM, 2006).

Assim, políticas de estímulo ao fomento agrícola promoveram o aumento de produção nacional e mantiveram o Brasil no mercado internacional de exportações, mas não sanaram o problema de abastecimento interno. Ao longo da década de 60 e 70, posições governamentais de regulação sobre os preços dos alimentos foram oscilatórias, tendo um forte direcionamento ao fomento da produção alimentar que contava também com políticas de crédito. Ainda nesse período, vários órgãos públicos foram criados e recriados, autorizados e desautorizados no tratamento do abastecimento alimentar. Um dos principais objetivos era garantir a consolidação do mercado interno de alimentos (*Ibidem*).

Uma questão relevante no âmbito político é que esse momento em que os órgãos estatais passaram a influir com mais intensidade sobre a questão alimentar, coincide com o momento de expansão das fronteiras produtivas e da constituição dos complexos alimentares.

Nas décadas de 1980 e 1990, o país passou por uma reestruturação política, com a democratização e descentralização das estruturas de governo, gerando a transferência de ações da União para instâncias inferiores, como estados e municípios. Dessa forma, as políticas que até então eram tidas como obrigações da União passaram a ser compreendidas como responsabilidade de instâncias locais, sendo planejadas e executadas pelos outros entes federativos.

Curitiba é um exemplo de município que iniciou sua política de abastecimento ainda nos anos 80, permanecendo até hoje com a maioria dos programas criados nessa ocasião, inclusive o programa Lavoura, como veremos no próximo capítulo.

Isso significa que a concepção de abastecimento alimentar foi sendo recriada em nível municipal, adquirindo aspectos próprios, que resultaram em políticas públicas. Deve-se considerar que a ação pública frente ao abastecimento alimentar necessitava e necessita ainda, considerar a amplitude da problemática alimentar, o que nem sempre aconteceu e/ou acontece.

3.2.2 – O que se entende por abastecimento alimentar e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Urbana

Aqui partirei do entendimento sobre abastecimento que vai além do enfoque restrito ao escoamento de safra e ampliação de espaços de comercialização. Esse entendimento está muito pautado na relação existente entre abastecimento alimentar e SAN, visto que teoricamente a perspectiva da SAN traz consigo a ampliação do debate em torno da problemática do abastecimento.

A abordagem recente do abastecimento alimentar tem proposto a aproximação com a temática da SAN, sendo muitas vezes, a política de abastecimento uma ação entre as medidas para garantir a SAN. Isso porque a concepção de SAN adotada na LOSAN têm resultado em uma aproximação entre os atores sociais envolvidos no abastecimento alimentar.

Nessa linha, mesmo que em outra época, Linhares e Silva (1979) apontam que o conceito de abastecimento alimentar não se limita ao abastecimento alimentar enquanto desobstrução de canais de abastecimento, ele envolve uma série de questões como a produção, a circulação e o consumo dos alimentos onde o Estado tem papel fundamental para sua efetivação.

Diferente dessa visão, algumas políticas de abastecimento alimentar representam uma contraposição entre ações de apoio à produção agrícola, com enfoque rural; e políticas de abastecimento, com enfoque urbano. Essa concepção que desconsidera o abastecimento alimentar em toda sua complexidade, desde a produção até a comercialização, pode resultar em algumas deficiências. (MALUF, 2001).

Isso acontece quando a política de abastecimento é voltada para o incentivo à produção no campo e para a instalação de equipamentos de distribuição ou venda de alimentos nas cidades, sem se preocupar com o circuito do alimento ou em reduzir a trajetória da produção ao consumo, ou ainda de pensar formas alternativas de abastecimento, como por exemplo, a produção de alimentos nas cidades.

Relacionando ações de abastecimento às políticas de SAN, há de se considerar como estas ações podem contribuir para promover a produção e a distribuição de alimentos sob formas sociais mais equitativas como, por exemplo, apoiar pequenos e médios empreendimentos rurais ou urbanos dedicados ao cultivo, transformação e comercialização de alimentos. Isso significa ainda, promover atividades econômicas geradoras de trabalho e de renda sob formas que, simultaneamente, atuam a favor de uma maior equidade social e

possibilitam ampliar a disponibilidade de alimentos de qualidade de um modo menos custoso, valorizando a diversidade nos hábitos de cultivo e consumo (MALUF, 1999).

Outro fator é que a dupla inserção do abastecimento nas políticas de SAN leva em consideração o fato do público do abastecimento, em alguns casos, ser ao mesmo tempo o consumidor e o produtor de alimentos, o que segundo Zimmerman (2006), representa atrelar disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade à oportunidade de gerar trabalho e renda aos agricultores e suas famílias que podem ofertar alimentos à população local a preços mais acessíveis.

Essa outra lógica de entender e praticar o abastecimento, que aproxima o produtor do consumidor, é tratada por alguns autores como circuito curto de produção-distribuição-consumo. Entendendo que a AU se insira nessa lógica, apresentarei a seguir um pouco dessa reflexão.

3.2.3 - Circuito curto de produção, circulação e consumo

A articulação entre as esferas de distribuição e consumo de alimentos se faz através do poder que as estruturas produtivas e comerciais têm de determinar as condições em que os produtos são ofertados e consumidos. Por outro lado, e em sentido inverso, o nível e o perfil da demanda efetiva de alimentos influenciam os rumos da produção desses bens (inclusive a etapa agrícola), na medida em que a produção se orienta cada vez mais pela evolução dos padrões de consumo e suas repercussões nos mercados de produtos alimentares. (MALUF, 1999).

O padrão da demanda alimentar tem regido a organização industrial e produtiva de alimentos. Segundo Wilkinson (1999, *apud* Zimmerman, 2006), a difusão dos meios de comunicação causou impactos diretos no sistema alimentar, assegurando que a preferência do consumidor seja comunicada imediatamente aos fornecedores e assim, a demanda tem sido cada vez mais a chave para estimular o consumo, que por sua vez está a cada dia mais pautado em produtos industrializados e centrados em grandes redes de distribuição.

Essa abertura aos mercados externos e o incremento da importação de produtos alimentares, tem prejudicado o mercado local e a sociedade devido aos custos ambientais provocados pelas distâncias percorridas entre países, pela perda de oportunidades ao nível das economias locais, pela extinção de variedades tradicionais e pelas alterações na dieta alimentar.

Viljoen e Bohn (2007)⁸ publicaram um estudo sobre o trajeto que os produtos alimentares percorrem no seu transporte. A pesquisa mostrou que a grande distância percorrida pelos alimentos provoca impactos significativos e crescentes nas alterações climáticas e na poluição atmosférica e sonora. Este mesmo estudo concluiu ainda que os consumidores se deslocam em média, 1500 km por ano, para comprarem os alimentos que consomem⁹.

Num sentido oposto a este, Friedman (1993) acredita que uma política alimentar democrática deveria valorizar a proximidade na produção e no consumo dos alimentos. Essa seria uma perspectiva bem distinta da liberalização comercial e das grandes corporações que

⁸ Artigo “*Paisagens urbanas produtivas contínuas: a agricultura urbana como infra-estrutura essencial*” na Revista de Agricultura Urbana n.º 15 um estudo encomendado pelo Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Assuntos Rurais do Reino Unido.

⁹O dado da pesquisa indica que em média as pessoas se deslocam 4,1km por dia para a compra de alimentos, a partir do dado de deslocamento de 1500km por ano, divididos pela quantidade de dias do ano (365). Esse dado é passível de análise, pois esse quantitativo se relativiza a partir do tipo de urbanização do local em que a pesquisa foi feita.

levam a valorização da distância e durabilidade dos produtos, subordinado às particularidades de tempo e espaço a acumulação privada.

Friedman e McMichael (1989) apontam como proposta, reconectar a produção e o consumo local. Para isso, são necessários alguns requisitos como a educação política dos consumidores e a organização cooperativa de produtores e empreendimentos locais, vinculando-os aos consumidores.

Em um diálogo próximo a essa proposta, Silva (2009), apresenta o que seriam os circuitos curtos de produção-circulação-consumo. Para o autor, trata-se de circuitos que compreendem os fluxos de mercadorias, capital e informação destinados aos mercados locais e regionais, cujas características estariam vinculadas a uma maior proximidade à origem natural dos alimentos e a participação de agentes locais (agricultores, economia familiar, etc.).

Para o autor, nas sociedades onde se prevalece o autoconsumo, a produção e o consumo dos alimentos costumam ser realizados em distâncias muito curtas ou compartilhando um mesmo espaço através de uma organização espacial e sócio-espacial. Assim, o espaço adquire uma dupla importância: como lugar de produção e como possibilidade de distribuição local ou regional do excedente (SILVA, 2009). Esse é um aspecto muito importante para a qualidade dos alimentos, pois os processos que envolvem o seu transporte e o armazenamento, pode resultar em focos de contaminação e problemas sanitários e nutricionais. (BURLANDY, 2004)

Podemos apontar que esses circuitos preservam ainda uma ligação mais estreita entre a sociedade e a natureza, questionando a tendência frente ao consumo cada vez maior por produtos processados, ou seja, estimulam o consumo de produtos mais frescos e de qualidade. Essa melhora na dieta alimentar tem relação direta com a SAN.

O fato dos alimentos estarem mais perto do local de moradia das pessoas é muito importante visto que, em muitos lugares da periferia, os estabelecimentos comerciais não comercializam frutas e verduras ou comercializam em pouca diversidade, ficando a população local restrita a esse tipo de acesso e consumo. A pesquisa de doutorado realizada em Embu das Artes-SP por Christiane Costa identificou que os estabelecimentos de alguns bairros com perfil de baixa renda comercializavam em sua maioria apenas produtos industrializados e de baixa qualidade. A pesquisa mostra que nesses locais era raro encontrar frutas e verduras, e quando encontrados era, em baixíssima diversidade¹⁰.

A concepção de abastecimento em uma lógica dinâmica deveria comportar o ponto de partida do alimento até o consumo, envolvendo inclusive as estruturas comerciais e as condições econômicas do consumidor. Impõe assim, o aspecto do acesso à disponibilidade dos alimentos, devendo considerar o fluxo alimentar local e tendo por princípio que a alimentação inadequada não advém apenas de insuficiência na produção alimentar, mas da incapacidade da população em adquiri-los e manter esse fluxo permanente.

Além dessas questões de circulação e, portanto, de acesso, o circuito curto protagoniza seus atores no território, o que faz o conceito ser entrelaçado ao conceito de *civic agriculture*, desenvolvido por Thomas Lyson (2004), que, segundo o autor, pode ser entendida como uma estratégia de promoção de uma agricultura sustentável e um sistema alimentar alternativo, centrado em diferentes práticas agrícolas e no estabelecimento de laços comunitários, (re)conectando o lugar às pessoas. Para o autor, inúmeros casos de *civic agriculture* estão em curso, protagonizados por produtores que, em rede e ignorados pelo processo produtivo de grande escala industrial, resignificam seus espaços sociais e econômicos e se articulam a consumidores que demandam alimentos frescos, orgânicos e produzidos localmente. Nessa perspectiva, a *civic agriculture* é uma prática enraizada no território, sustentada por processos

¹⁰ - Pesquisa apresentada pela autora durante o seminário sobre Abastecimento Alimentar promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional no dia 24.02.2014 na cidade do Rio de Janeiro.

organizacionais e institucionalidades próprias, fazendo com que as complexas dinâmicas coletivas tornem-se instrumentos de empoderamento local.

Para Lyson, a *civic agriculture* abrange, portanto, a reorganização do sistema agroalimentar, considerando, como ponto de partida, o local, as pessoas, as práticas, o bem estar, a saúde e a agricultura vista como parte integrante da comunidade e não apenas como mercadoria. Nesse sentido, pode-se afirmar, que a AU se encaixa perfeitamente nessa definição ao passo que ela promove outra forma de acesso aos alimentos, resultando no bem estar, na melhora da nutrição e da saúde das pessoas que a praticam.

3.3 –NUTRIÇÃO E SAÚDE.

Nesse tópico será apresentado como o aspecto nutricional foi incorporado nas ações de segurança alimentar e como a alimentação está associada a diferentes modos de vida na sociedade, podendo repercutir em saúde ou doença. Também serão tratadas questões referentes aos modelos de produção de alimentos e como a AU contribui nessa discussão.

3.3.1 - Segurança alimentar e a inclusão da dimensão nutricional

Deve-se pontuar, que o acréscimo do adjetivo *nutricional* à tradicional formulação *segurança alimentar* desde a década de 1990 é peculiar ao caso brasileiro e está interligando os dois principais enfoques que estiveram na base da noção de SAN, sendo estes o socioeconômico e o de saúde (Maluf, 2007). Ou seja, a SAN deve promover além das necessidades essenciais à existência humana (alimentos), a promoção da saúde, incluindo aqui o respeito à diversidade cultural e a sustentabilidade econômica e ambiental.

A questão da qualidade dos alimentos e da dieta alimentar, é especialmente importante na medida em que o componente da segurança nutricional incorpora-se ao conceito de segurança alimentar. Isto implica que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas, promovendo sua saúde. Hoje, no Brasil, os problemas de saúde decorrentes da ingestão de uma dieta qualitativamente inadequada são tão graves quanto os problemas decorrentes da falta absoluta de acesso aos alimentos.

Assim, para a SAN, não basta apenas disponibilidade e regularidade, mas também a qualidade dos alimentos. A alimentação disponível para o consumo da população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos. Evidentemente, a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade de consumi-los de forma digna.

É fato que o Brasil, embora tenha melhorado muito a questão da fome, ainda apresenta um quadro preocupante de insegurança alimentar, onde uma parte significativa da população carece de uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada.

3.3.2 - Saúde e sua inserção no modelo de produção-distribuição e consumo

Ao integrar uma política de SAN, o setor saúde tem suas ações redimensionadas pela inserção em objetivos mais amplos, como à questão da regularidade e da qualidade dos alimentos e isto está articulado com os aspectos de produção, comercialização e acesso aos alimentos. Assim, a inserção da ótica de saúde no setor produtivo de alimentos reconfigura seu atual perfil. Parte dos problemas de saúde e nutrição origina-se das próprias condições de trabalho e do modelo de produção adotado, colocando em risco a saúde tanto do trabalhador quanto do consumidor.

Em relação a esse problema, o apoio (em termos de crédito e assistência técnica) a pequenos e médios produtores é uma medida de alto impacto social e com possíveis

repercussões positivas do ponto de vista da saúde. Esses grupos são os que mais sofreram os impactos sociais negativos do modelo produtivo prevalente e uma assistência técnica, aliada a crédito poderia fortalecer a produção agroecológica, resgatando a diversidade cultural local de alimentos. A garantia do escoamento dessa produção, inclusive por meio de programas governamentais, pode ser uma medida importante (BURLANDY, 2004) e isso não apenas para os produtores rurais, mas também para os cultivadores urbanos.

Outra parte dos atuais problemas de saúde da população brasileira advém de questões relacionadas a uma ordem distinta de fatores. A qualidade dos alimentos e dos produtos alimentícios, tanto em termos de inocuidade quanto por sua composição nutricional, é parte desse conjunto de questões. Determinadas formas de processamento acabam por destruir as qualidades originais do alimento, descaracterizando-o de sua forma natural ou adicionando uma quantidade significativa de produtos químicos. O perfil produtivo também influencia o consumo, seja pelo preço ou por uma maior disponibilidade de determinados alimentos e produtos no mercado. Uma produção intensiva que prioriza um número limitado de espécies mais rentáveis acaba por prejudicar a diversidade cultural e a disponibilização de uma alimentação variada, que são fundamentais do ponto de vista da saúde. Além disso, o controle de focos de contaminação nos processos de transporte e armazenagem de alimentos também constitui uma questão-chave na ótica sanitária e nutricional (*Ibidem*).

As práticas alimentares ao mesmo tempo expressam e são condicionadas pelo conjunto de valores de uma determinada sociedade. Elas revelam características gerais dos modos de vida adotados e dos limites e possibilidades que eles impõem, se referindo a diferentes dimensões desse processo: o que é selecionado como alimento, pelo que é plantado, em que quantidade, o que se destina ao consumo interno e ao externo, o acesso físico e financeiro aos alimentos, os aspectos culturais, subjetivos e sociais que influenciam os gostos e o que é aceito como comestível, as formas de preparo, a quantidade de alimentos consumidos, com quem as refeições são compartilhadas, em que horários e periodicidade elas se realizam; fatores que são influenciados, cada vez mais, pelos processos de trabalho, pelo deslocamento entre a casa e o trabalho, pelo tempo destinado à alimentação etc. (*Ibidem*)

Por fim, considera-se que o complexo quadro de doenças que mantém um vínculo forte com alimentos industrializados e com uma dieta deficiente em verduras e legumes frescos (obesidade, anemia, desnutrição, etc) só serão plenamente enfrentados por ações que impactem de forma integrada todas essas dimensões, ou seja, da produção ao consumo (BURLANDY, 2008).

A inserção do componente SAN redimensiona as ações do setor saúde, ao aproximá-las das dimensões da produção, comercialização e acesso. A implementação de ações nos setores de produção, comercialização e distribuição de alimentos, sob a ótica da saúde impõe, uma revisão ao modelo produtivo adotado, assim como as formas de consumo da população. A AU, mesmo que em uma pequena escala de produção, é um modelo produtivo e de consumo alternativo ao modelo vigente, pois estimula a diversificação e a qualidade dos alimentos, assim como a produção para o autoconsumo.

3.3.3. - A sociabilidade do ato de se alimentar e a produção para o autoconsumo

Claval (1999, p.255), aponta a alimentação como um fator mediador das relações que os humanos estabelecem com o meio: “*as relações ecológicas dos homens com seu meio ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares*”; no entanto também a considera como uma expressão do social, afirmando que “*a alimentação reflete as estruturas da sociedade*”.

Para Castro (1982), destacado na obra de Rigon (2005), o perfil alimentar de um povo se expressa na relação entre as dimensões biológica e social, ou seja, a dimensão fisiológica da nutrição humana está totalmente conectada a cultura e as características da organização

social. Assim, em Rigon (2005) entende-se que além da dimensão biológica é importante expressar a dimensão social, uma vez que a nutrição é parte integrante da totalidade do processo social de produção, sendo, o efeito nítido e até típico do posicionamento do indivíduo e de seu agrupamento, na estrutura social. Dessa maneira, o estado nutricional é o produto ou manifestação biológica do conjunto de processos que se operam sobre o corpo social, sendo a síntese orgânica das relações entre homem-natureza-alimento estabelecidas no interior de uma determinada sociedade.

A autora aponta que um ponto crucial e característico que acompanha o advento das sociedades modernas e mercantis é um fenômeno chamado por alguns autores como “*o afastamento da terra*”, ou seja, o movimento geral de artificialização da natureza e da vida, do afastamento de vegetais, animais e dos homens da terra, que passam a ser vistos apenas como aspectos secundários do desenvolvimento. Assim, para algumas pessoas, o camponês permanece sendo o ser que se curva ao solo e a terra, e que mantém uma relação não intermediada com a matéria e com o orgânico. Todavia, ele incorpora, mais do que ninguém, o tipo humano que deveria ser eliminado ou convertido para que possam vir a afirmar-se às sociedades modernas, mercantis e democráticas.

No entanto, apesar do “progresso”, os homens sempre tiveram que conciliar suas necessidades nutricionais com as possibilidades e limitações do ambiente em que vivem e esse ambiente segundo Candido (1977) é um modo de projeto humano, uma projeção das necessidades do homem que se constitui como a construção da cultura.

Mead e Guthe (1980) conforme obra de Rigon (2005) definiram hábitos alimentares como “*o estudo dos meios pelos quais os indivíduos respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis*”. Dessa forma, as aversões e as preferências, ou o que constitui a identidade étnica de um povo, vão corroborar para o fato de que nem tudo que possa realmente ser consumido pelos seres humanos o são de fato.

O instinto presente nos animais, que origina um comportamento alimentar que responde sempre às possibilidades do meio, não tem a mesma performance nos seres humanos. A diferença está na possibilidade do ser humano fazer escolhas e modificar o meio ambiente. A escolha dos alimentos satisfaz as necessidades do corpo, mas também, em grande medida, as necessidades da sociedade. A cultura estabelece o que é comestível, ou seja, a cultura ensina a gostar ou não de variados tipos comida (RIGON, 2005).

Apesar das mudanças alimentares terem sido registradas ao longo da história das sociedades, não se comparam às que vêm ocorrendo na atualidade. Tal questão não poderia ser diferente, uma vez que a alimentação faz parte da cultura e tem sido constatada uma verdadeira revolução cultural nas últimas décadas. Percebe-se que a alimentação das diferentes culturas, está se transformando rapidamente, em consequência de uma cultura que também se transformou.

Além da busca pelo sabor mais agradável, mesmo que seja o de uma comida de má qualidade, em muitas situações, o alimento passa a ser percebido como uma forma de se obter *status social*. Ele é visto como uma mercadoria e como tal é explorado pela mídia que aliada a grandes indústrias de alimentos, incentivam a padronização da cultura alimentar em todo o mundo; essa padronização geralmente oferece produtos de baixa qualidade, ocasionando diversos problemas de saúde.

Quando a alimentação é incluída no estilo de vida, abre-se uma nova possibilidade de abordagem em relação às práticas alimentares e sua contextualização no comportamento alimentar. Qualquer mudança na dieta implica profundas alterações nas práticas alimentares o que, por sua vez demanda um redimensionamento da rotina doméstica, das práticas sociais, do ritmo de vida, ou seja, representa uma reorganização e realocação da alimentação no *modus vivendi*, que só se torna possível quando afetada também as condições de vida de um indivíduo (RIGON, 2005). Na pesquisa de campo, foi observado que os familiares dos

cultivadores passaram a comer mais verduras e vegetais, além de levarem sucos ao trabalho, reorganizando, dessa maneira, sua rotina doméstica em função da disponibilidade de certos alimentos e da nova maneira de se alimentar.

Outra questão importante, relacionada ao modo de vida, diz respeito à alimentação e o local de moradia. No Brasil, o tipo de alimento consumido na zona rural apresenta-se diferente daquele consumido no meio urbano, sendo este relacionado diretamente ao poder aquisitivo. Estudos demonstram que a população urbana, principalmente a de baixa renda, apresenta uma ingestão calórica inferior quando comparada com a população rural, consumindo uma quantidade maior de alimentos processados como carnes, açucares, gorduras e derivados do leite, enquanto na população rural prevalece a ingestão de cereais, raízes e tubérculos (IBGE,2010). No entanto, a pesquisa mostrou que a população urbana (pelo menos dos bairros pesquisados) também prefere alimentos como verduras e vegetais, desde que tenha acesso a eles. Nesse sentido, a produção para o autoconsumo (que é muito praticada nas áreas rurais, mas pode ser praticada nas áreas urbanas) apresenta-se como uma ação benéfica de melhoria no padrão alimentar da população.

A prática tradicional da agricultura passou a ser transformada pela técnica e por novas formas de abastecimento. A modernização da agricultura modificou a maneira de produzir os alimentos introduzindo nos sistemas alimentares uma lógica externa, desvinculada da racionalidade camponesa e voltada ao atendimento das demandas dos complexos agroindustriais. Tal processo, utilizando de forma descontextualizada os conhecimentos científicos disponíveis, mediante a extensão rural, contribuiu para a desestruturação de sistemas alimentares tradicionais e modificou a forma de produzir e consumir os alimentos no campo e na cidade, inibindo inclusive a prática do autoconsumo.

No entanto, a importância do autoconsumo tem um caráter cada vez mais essencial, na medida em que os meios de produção agrícola são mais limitados e que a população dispõe de pouca renda monetária para a aquisição de alimentos. Além disso, o modo de produção para o autoconsumo carrega consigo uma unidade de relações sociais (família) e forças produtivas (forte peso do trabalho manual), o que gera um tipo de comportamento cujo eixo de determinação é fundamentalmente interno. Dessa forma, busca-se o equilíbrio entre a produção e o consumo, ou seja, atender primeiramente as necessidades básicas da família.

Rigon (2005) salienta que o agricultor que produz para o autoconsumo identifica-se mais com o ritmo da natureza na organização do seu trabalho, experimentando sentimentos subjetivos de apego à terra, de liberdade e de autonomia. Aqui, podemos observar que há uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, à medida que o pequeno produtor cultiva o alimento a fim de saciar as necessidades da família, de construir um patrimônio familiar, acima do interesse de acumular capital, estando mais próximo do equilíbrio entre produção e consumo. A pesquisa mostrou isso, ou seja, para os cultivadores de Curitiba, o importante é abastecer com os alimentos produzidos por eles, sua família e amigos e não a venda.

É importante frisar ainda que a produção para o autoconsumo geralmente é uma produção limpa, ou seja, sem uso de agrotóxicos ou insumos químicos, o que geralmente é muito valorizado pelos produtores. Segundo Rigon (2005), é possível afirmar que o alimento ecológico constitui-se em um ícone que representa para os produtores diferentes questões; aspectos novos que embasam uma filosofia que está sendo incorporada e que encontra-se em sintonia com seu modo de vida, além de manifestar-se com um resgate de antigos valores considerados essenciais.

A autora ao relatar a experiência em Turvo/PE, em que há uma produção agrícola de autoconsumo, diz que o alimento cultivado de maneira ecológica adquiriu um significado extremamente importante para os produtores, pois essa produção tornou-se um símbolo, signo de uma série de valores considerados referenciais. A pesquisa em Curitiba confirma isso, pois a maioria dos cultivadores destaca o fato do alimento ser orgânico e por isso muito melhor de ser consumido, sendo o orgânico um símbolo de valores essenciais para eles.

No trabalho de Rigon (2005), fica claro que, da produção para o autoconsumo e, portanto, da relação mais direta com a produção e com o alimento, prevalece o valor da natureza e da terra. O apego a terra pelo pequeno produtor é profundo, pois ele conhece a natureza por tirarem dela seu sustento. Na pesquisa de campo em Curitiba o mesmo apontamento pode ser considerado.

3.3.4– Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana

Hoje, a maioria da população vive em centros urbanos, onde, além da busca por serviços básicos, como moradia, saneamento e água, há desafios relacionados a SAN: onde e como obter alimentos em quantidade e qualidade, necessários para se viver uma vida saudável e feliz.

A aceleração da urbanização traz o desafio de uma mudança global de acesso aos alimentos, em especial para as famílias de baixa renda. Com a entrada de novos jogadores no mercado dos alimentos, tais como os *fast-foods*, o impacto sobre a comida e a SAN são consideráveis. Embora uma grande quantidade de comida esteja disponível nas áreas urbanas, a comida consumida não é necessariamente de boa qualidade nutricional e a SAN é uma preocupação crescente em vários contextos urbanos. Comparado a um ambiente rural, as possibilidades de produção da própria comida nas cidades são extremamente limitadas, assim, o acesso aos alimentos via renda é fundamental e, como a oferta de empregos e a baixa renda são problemas nas cidades, grande parte da renda familiar vai para a alimentação, comprometendo outras despesas como saúde e educação.

Uma maior consciência sobre os benefícios de alimentos saudáveis para a saúde traz notoriedade para a AU. De acordo com a FAO (2010), a AU melhora o acesso a uma alimentação adicional e mais nutritiva: domicílios urbanos que se envolvem com atividades agrícolas tendem a consumir maiores quantidades de alimentos (por vezes 30% mais) e ter uma dieta mais diversificada e a pesquisa em Curitiba comprovou isso. De acordo com Smit *et all* (2005), a AU pode contribuir significativamente para melhoria da saúde, combate à fome e à desnutrição urbana de várias maneiras, através da produção para o autoconsumo que pode melhorar a SAN dos pobres, que por sua vez ganham controle sobre a quantidade, qualidade e estabilidade de pelo menos parte de sua dieta. Este equilíbrio nutricional melhora a desnutrição protéico-energética, bem como deficiências de micronutrientes essenciais e vitaminas.

Outro aspecto importante relacionado à saúde é o transporte dos alimentos. Como já dito anteriormente, alguns alimentos perdem parte do seu valor nutricional durante o transporte e armazenamento. A produção local evita a deterioração dos alimentos, além de que a produção e a comercialização local eliminam o papel do intermediário que inflaciona o preço dos alimentos, restringindo o investimento na educação e na saúde.

A AU interfere ainda em outros aspectos da SAN, o da qualidade e dos aspectos nutricionais dos alimentos. As famílias passam a comer mais produtos frescos e se preocupar com isso (como foi constatado nas entrevistas realizadas), além de acessarem produtos sem insumos químicos.

A cultura alimentar é uma dimensão importante da SAN, e considera os hábitos, as tradições, os costumes e dinâmica da vida e do trabalho de cada um dos grupos sociais existentes. O alimento não é apenas fonte de nutrientes, ele carrega outros significados. A AU fortalece a identidade dos moradores e a manutenção de costumes alimentares. O ato de plantar, manusear a terra e conviver próximo das plantas tem intima relação com a manutenção da saúde, como já destacado.

A AU costuma ser praticada em lugares onde residem populações com baixa renda, e a produção é geralmente voltada ao autoconsumo, possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias. Além disso, o exercício

da AU mostra que essa prática permite que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária e pratiquem atividades físicas, o que também influencia em uma melhora da saúde.

Trata-se de olhar a agricultura de outra forma, não puramente como um setor econômico e como meio para nutrir-se. Através do cultivo de terra urbana, os cultivadores podem produzir alimentos com alto potencial nutricional e ainda construir valores culturais através da interlocução com o outro.

3.4. PLANEJAMENTO URBANO

O diálogo da AU com o planejamento urbano é de fundamental importância, pois estamos falando de produção de alimentos nas cidades, ou seja, em espaços que estão em constante disputa, seja imobiliário (na maioria das vezes) seja para uso de outros fins públicos ou privados.

O conceito de AU começou a ganhar relevo nos debates urbanos impulsionados pelo reconhecimento das suas valias para a população e para o território. Como frisa Mougeot (2005), os governos de todo o mundo entraram no século XXI com o reconhecimento de que as cidades devem desenvolver estratégias que reforcem a sustentabilidade urbana. Apesar da AU não ser a solução integral destes problemas, ela pode tornar-se parte essencial das medidas estratégicas para melhorar a qualidade das cidades. O autor afirma que o crescimento das cidades obriga a abordagens inovadoras e novos modos de pensar a cidade, acrescentando ao seu discurso a importância que cabe aos planejadores repensarem o território, a uma nova escala, colocando a parte à divisão rural-urbano.

Assim, nesse tópico será apresentado primeiramente um breve retrato das transformações sócio-espaciais ocorridas nas últimas décadas, deixando em destaque as transformações ocorridas no Brasil. Em seguida, será apresentado o cenário das lutas políticas na área do planejamento urbano e como a AU pode se mostrar uma prática interessante para as cidades.

3.4.1 – Transformações Sócio-espaciais

O grande crescimento das cidades vai ocorrer com a revolução industrial, “*embora, na realidade, não tenha sido só estritamente industrial, mas também uma revolução na agricultura, nos meios de transporte e comunicação e nas 58dérias econômicas e sociais*” (GOITIA, 2003:144). Essa revolução, cujos primeiros sinais emergiram no século XVIII na Inglaterra, tendo-se espalhado pelo resto do mundo, provocou uma melhoria das capacidades de produção e um avanço tecnológico que originou grandes movimentos populacionais, os quais migravam dos espaços rurais para os espaços urbanos.

Para absorver os novos habitantes, as cidades foram forçadas ao crescimento periférico, proliferando os bairros habitacionais que se localizavam perto das indústrias, de modo a permitir uma poupança de tempo nas deslocações. Assim, os subúrbios cresceram com base em uma construção dispersa, a qual consumiu os solos que tinham boa aptidão agrícola. Assim, surgiram as grandes concentrações urbanas, que veio a destruir a unidade cidade-campo e a interligação entre estas partes componentes (Telles, 1994). Formou-se uma dicotomia entre paisagem rural em regressão e degradação e paisagem urbana em crescimento acelerado e insustentável. Mais tarde, a fase industrial foi ultrapassada por um período de crescimento econômico que veio a ditar a expansão do setor terciário e o enfraquecimento do ramo industrial. Esse fenômeno, induzido por novos padrões de consumo e desenvolvimento tecnológico, manifestou-se sobre os territórios, em particular nas *urbes*. Desenvolveu-se,

desse modo, o processo de remanejamento da indústria da cidade para a periferia que em muitos casos ainda eram zonas rurais, tal como aconteceu também em Curitiba.

A descentralização da população e das atividades econômicas originou um grave consumo do espaço rural envolvente e um crescimento cada vez maior da cidade que progrediu apoiando-se no avanço da urbanização, a qual é responsável pela destruição dos solos que, em sua maioria, tinham aptidões agrícolas. O crescimento das áreas urbanas processa-se através da conversão do uso do solo agrícola na periferia, de modo que o avanço da urbanização implica o sacrifício das áreas cultivadas, não raras vezes com grande fertilidade.

Em relação à urbanização brasileira, destaca-se que o Brasil alcançou no século XX, a urbanização da sociedade e do território, depois de um longo período de urbanização social territorialmente seletiva. Inicialmente litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX.

Nesse cenário, a cidade converte-se prioritariamente em um centro produtivo e de moradia de classes trabalhadoras. Se elas cresciam antes de forma lenta, agora crescem aceleradamente, pressionando o solo a se mercantilizar e fazendo com que sua renda regule a forma como se organiza e se usa o espaço urbano.

Com o espaço sendo cada vez mais seletivo, observamos que as cidades brasileiras, especialmente as grandes e as médias, espelham a contradição que caracteriza a sociedade brasileira, perfilada entre pólos de prosperidade, de modernidade e riqueza e de pólos de pobreza, localizados nas periferias das cidades, onde carecem de políticas públicas e infra-estrutura urbana. Nesse ambiente marginalizado, ampliam-se formas ilegais de sobrevivência e o envolvimento de segmentos populacionais, como tráfico de drogas, o crime organizado e a banalização da violência. Essa contradição estrutural, acentuada pela distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, faz com que apenas determinados grupos sociais usufruam com relativa tranquilidade das vantagens que as grandes cidades oferecem ao passo que a grande maioria da população não tem acesso a esses benefícios.

Esse retrato de segregação social espelha-se nas várias metrópoles do Brasil e decorre do processo de urbanização acelerada ocorrida nos anos 60/70, da forte migração que se iniciou nos anos 50, com fluxos populacionais de sentido rural-urbano, e da migração urbana a partir dos anos 70. No Brasil a urbanização chegou a 75% entre os anos de 1970 e 1990, período em que 30 milhões de pessoas migraram para as cidades. Nos últimos 50 anos, o crescimento urbano transformou e inverteu a distribuição populacional. Enquanto em 1945, a população que vivia nas cidades representava 25% da população total de 45 milhões, passou no início de 2000 para 82% do total de 169 milhões (FRICKE e PARISI, 2004).

Esse processo de expansão urbana e de metropolização, configura a periferização das grandes e médias cidades, fazendo com que a demanda por infra-estrutura urbana aumente significativamente. Diante desse cenário se fez importante pensar outras maneiras de viver a urbanização, elaborando estratégias possíveis para se chegar a cidades melhores de se viver. É nessa parte do processo que os movimentos sociais tiveram e ainda tem papel crucial.

3.4.2 - Lutas Sociais pela Reforma Urbana

As análises acerca do espaço geográfico e as reflexões sobre o desenvolvimento no Brasil ignoraram-se mutuamente até o início da crise econômica dos anos setenta, quando o espaço-lugar de desenvolvimento, ou seja, o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do espaço-território carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (CAZELLA e MUSSOI, 2006).

Segundo Brand e Munoz (2007), na década de oitenta os movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos passaram a questionar a ideia de cidade em oposição ao

ambiente natural para pensá-la como um ecossistema. No Brasil, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana se reconstrói e se consolida a partir da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1988 em prol de um novo modo de gerir a cidade. O resultado do processo Constituinte para a sociedade civil foi a transformação das reivindicações em diretrizes e proposições de políticas públicas.

Como principal bandeira da Reforma Urbana, se consolida o Direito à Cidade, que se caracteriza pela gestão democrática e participativa das cidades, pelo cumprimento da função social da cidade, pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades, pela subordinação da propriedade à função social, e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social. (BRAND e MUÑOZ, 2007).

A função social da propriedade foi estabelecida tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil Brasileiro como um princípio ontológico do direito à propriedade. Entretanto, os instrumentos da legislação urbanística esboçados pelo Estatuto das Cidades foram, até agora, insuficientes para determinar a sua aplicação por parte do sistema de justiça e do poder público. Desta forma, as terras e imóveis ociosos no campo e na cidade seguem sendo mais uma regra do que exceção (CARDOSO, 1997).

Diante desse quadro, mostra-se necessário, ampliar a concepção de função social da propriedade afim de que este possa assegurar o direito à cidade sob uma perspectiva ampla. Ou seja, direito à cidade definido como “*o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social*” (Carta Mundial do Direito à Cidade), e também como espaço de fruição e de encontro, onde o valor de uso dos espaços esteja acima de seu valor de troca (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, entende-se que a AU possa contribuir para a ampliação dos significados da função social da propriedade. A função social da área urbana ocupada pela AU compreende a construção de espaços de fruição da cidade, individuais e coletivos e a produtividade alimentar organizada segundo critérios socioambientais de apropriação do solo e de segurança alimentar das famílias.

A AU é constituída por um conjunto de práticas que demandam que áreas urbanas sejam asseguradas para a reprodução das atividades de grupos que plantam nas cidades. Estas práticas trazem a possibilidade de diversificar os usos do espaço urbano. Ao atribuir ao solo à fertilidade, a agricultura devolve o seu valor de uso. Apesar dessa demanda, há nas cidades uma disputa pelo uso da terra para a realização de diversas atividades, formais ou informais (COUTINHO, 2010).

Diante da cidade que tudo lhes nega, ou seja, sem ter de fato direito a cidade ou de ver o uso social da mesma sendo exercido, algumas pessoas, deram origem ao que Fernandes (2001) chamou de formas de “justiça popular”, que são alternativas criadas pela população à margem dos planos oficiais. Podemos apontar que da mesma forma que a autoconstrução e os mutirões que são soluções autônomas para a construção de moradias, a AU é uma dessas práticas informais e espontâneas, realizada no cotidiano da urbanização (*Ibidem*).

Assim, práticas criativas e de resistência sempre existiram e ajudaram a moldar a cidade contemporânea, que geralmente são evidenciadas nas diversas formas de envolvimentos dos indivíduos, grupos, comunidades ou mesmo movimentos populares – todos pautados pela necessidade de solidariedade para enfrentar os desafios para sobrevivência.

Para Ortner (2007) e Bhabha (2001), é possível perceber as brechas e fissuras no sistema dominante e, dessa forma, com o fortalecimento dos indivíduos enquanto agentes, torna-se viável a geração de uma base para efetivar projetos de resistência e alternativos, dentro de um mundo de dominação e desigualdades.

As críticas às potencialidades da AU se dão devido ao descrédito quanto à possibilidade de romper com os interesses dos mercados de terra para favorecer o acesso, principalmente da população pobre, ao solo urbano vazio para a produção de alimentos,

mesmo que temporariamente. Ao fazer reflexões sobre o urbanismo brasileiro, Maricato (2000, apud Coutinho 2010) assim se explica: “*a terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais*”.

3.4.3-Dialogando com Agricultura Urbana

A agricultura sempre apresentou uma relação muito estreita com a cidade, não apenas no contexto do suprimento de alimentos, mas também na concretude da utilização de espaços. O crescimento das cidades tem lugar pela ocupação de terras dedicadas a atividades rurais, ou terras que ficam por determinados períodos de tempo sem atividade produtiva, em um processo de especulação, à espera das demandas do crescimento urbano por mais espaço.

Com a modernização e a expansão das indústrias, muitas cidades e também áreas rurais foram se modificando. Em um sistema bastante adepto as extensas áreas, com forte emprego da mecanização e baixo uso de mão de obra, levou a migração de muitos trabalhadores rurais para as cidades. Diante desses e de outros fatos, pode-se afirmar que atualmente a maior parte da população vive nos centros urbanos, como foi apresentado anteriormente.

De acordo com Silva (2008), a urbanização é um processo econômico-demográfico que se expressa através do crescimento do número de cidades e no tamanho populacional do território urbano, como *lócus* de reprodução das relações sociais.

Esses processos produziram o espaço urbano brasileiro moderno, que segundo Santos (1993), constitui-se enquanto um meio técnico científico informacional, que transforma o espaço geográfico, sendo isto um processo decorrente da globalização da economia, da expansão social e territorial das técnicas e, também, do saber.

Nesse cenário, a regulamentação do uso do solo urbano é uma questão crucial para a AU, já que esta atividade é regulada pelo acesso à terra. Por isso, é importante lembrar que a AU, embora gere renda por hectare menor do que outras atividades, ela apresenta importantes externalidades positivas, como emprego e renda, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida urbana entre outros fatores. No entanto, o custo dos terrenos e os impostos urbanos fazem com que muitas pessoas interessadas nessa prática desistam, ficando a AU no Brasil geralmente relacionada aos programas sociais, muito embora alguns municípios isentem do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os terrenos utilizados para produção agrícola.

É um desafio usar o solo urbano, de forma permissiva à inserção da população pobre na economia. Essa aplicação favoreceria a criação de meios de reprodução que auxiliariam o morador a ter melhores condições de uso da cidade. Nesse sentido, podemos indicar que a AU tem potencial para tornar-se uma prática interessante de uso do solo urbano pelos moradores da cidade, que iria além de uso apenas para moradia (MONTE MOR, 1994).

Para Mougeot (2000), o atributo mais importante da AU é sua íntima relação com o sistema econômico, político e ecológico do ecossistema urbano, utilizando os recursos encontrados nas cidades (força de trabalho, terra, água e resíduos orgânicos), suprindo as populações urbanas com alimento, além de promover serviços (gerando renda ou diminuindo despesas, contribuindo para limpeza urbana).

Assim como Mougeot (2000) destaca que a AU se distingue da agricultura rural pela sua integração com o sistema ecológico e econômico da área urbana que pode ser visto sob diferentes formas: os moradores urbanos se transformam em cultivadores; a utilização de insumos urbanos como lixo orgânico e água da chuva para irrigação; a proximidade entre cultivadores e consumidores; os impactos diretos na ecologia; atividade que passará a fazer parte da cadeia alimentar urbana; competição do uso do solo por uma nova atividade e influência nas políticas públicas e planejamentos urbanos.

Brand e Muñoz (2007) afirmam que os argumentos racionais que sustentam a AU dentro dos campos social; ambiental; econômico e ético proporcionam um conjunto flexível para fazer com que essa atividade seja razoável para qualquer cidade, fazendo que ela se encaixe espacial e simbolicamente em quase qualquer cenário urbano.

Dessa maneira, podemos dizer que cabe um olhar crítico sobre o potencial da AU, considerando os desafios da sustentabilidade e da gestão das cidades na realidade de uma economia capitalista que disputa os espaços.

O potencial em torno da AU muitas vezes é influenciado pelas estruturas de oportunidades políticas, que por sua vez, podem ser consequência de fissuras que surgem na estrutura dos processos de gestão das cidades. Essas fissuras, quando se transformam em oportunidades, podem fazer com que a AU seja potencializada e, como consequência, sejam criadas condições para uma experiência envolvendo conflitantes visões de cidade, assim como de processos de gestão do espaço urbano.

Considerando o que Santos (1985) distingue como espaços políticos estruturantes, o espaço da cidadania, o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço mundial em seu trabalho *Espaço e Método*, é consequente perceber cada um desses espaços como espaços políticos, que podem suscitar em uma luta democrática e singular adequada a transformar as relações de poder próprias desses ambientes. Nesse sentido, partimos do pressuposto que efetivar ações de resistência ou atividades alternativas como a AU pode significar um projeto de enfrentamento dentro de um mundo ainda de dominações e desigualdades.

Mbiba e Veenhuizer (2001), afirmam que a AU se encontra marginalizada no planejamento urbano por ser considerada pouco competitiva em relação a outros usos do solo, tornando-se uma preocupação secundária do desenvolvimento urbano. Deste modo, segundo os autores, a atividade agrícola deve ser integrada em estratégias intersetoriais para se atingir o desenvolvimento urbano sustentável desejado.

Zeeuw et al (2001, *apud* Lovo, 2011), definiram um conjunto de intervenções políticas para a integração desta atividade nas cidades, das quais se destacam:

- *Política de uso do solo*: observa-se uma tendência para o desenvolvimento de áreas agrícolas nas cidades em terrenos cujos direitos de propriedades são ainda desconhecidos. Deste modo, os cultivadores devem ter acesso aos solos de melhor qualidade e estes devem ser protegidos da edificação, devendo por isso estar delimitados nos planos municipais de ordenamento do território. É importante que integrem, para além do componente de produção alimentar, funções de recreio e lazer, educação ambiental, entre outros, promovendo a redução dos gastos públicos na manutenção destes espaços. Quando se tratam de novas urbanizações, defende-se que os novos projetos habitacionais incluam as áreas para a produção agrícola.
- *Política de Segurança Alimentar*: desenvolvimento de medidas que aumentem/apóiem a produção local e melhorias nos sistemas de comercialização de produtos entre os cultivadores e os consumidores com finalidade de disponibilizar acesso aos alimentos.
- *Política de saúde*: controle da qualidade da água e do solo. Um dos perigos/desvantagens da agricultura urbana está intrinsecamente ligado à contaminação da água para a rega e à presença de metais pesados nos legumes, comprometendo a saúde humana.
- *Política ambiental*: aproveitamento dos resíduos orgânicos para a produção de composto que, seguidamente, é utilizado nas hortas contribuindo para a deposição de nutrientes nos solos.

- *Desenvolvimento social*: promoção da coesão social através de encontros entre os cultivadores para troca de experiências e da criação de ações de formação.

Nessa mesma linha, Dubbeling *et al.* (2009), destaca que é necessária maior inversão da agricultura urbana nas áreas urbanas. O desafio para tanto passa por superar a carência de dados confiáveis e de boa qualidade para ser possível aprimorar a compreensão da natureza e o alcance do papel da agricultura urbana.

Pearson *et al.* (2010) propõem três elementos que podem ser vistos como oportunidades para a expansão da agricultura urbana: trata-se primeiro de um crescimento em aceitar que a estrutura e função da cidade podem mudar rapidamente para responder a várias situações, como a escassez de recursos, pressão populacional e mudanças climáticas, entre outras; segundo, as cidades tornam-se muito grandes e como consequência fica complexa e custosa a rede de abastecimento de alimentos, e aumentam os efeitos ambientais negativos, como ilhas de calor, por exemplo; e como terceiro elemento, esses autores citam o crescente chamado por mudanças nas práticas da agricultura para possibilitar criar sistemas que sejam integrados e estejam em consonância com os subprodutos da transformação dos alimentos e do consumo.

Esses autores sugerem que, para a agricultura urbana dar direção a essas oportunidades, seria necessário ter o reconhecimento da estrutura institucional, como políticas, leis e incentivos. Nesse contexto, emergem duas direções para futuras prioridades de pesquisas: uma estratégica, relacionada com o desenvolvimento de princípios para implementar políticas públicas para o desenho da cidade; e outra operacional, para intensificar o entendimento sobre as contribuições da agricultura urbana para a cidade sustentável.

Como vimos, existem perspectivas positivas sobre a prática da agricultura nas cidades, no entanto, é fundamental que os planejadores começem a reconhecer as vantagens da integração da agricultura no desenvolvimento urbano.

3.5 – A AGRICULTURA URBANA COMO PROMOTORA DA APROXIMAÇÃO CAMPO-CIDADE

As condições políticas e sociais que permitiram a divisão sócio-espacial do trabalho, originando a contraposição entre campo e cidade, sempre existiram. Essa separação toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, sendo o material e o intelectual.

Mougeot (2000), discutindo a produção de alimentos na cidade após a Revolução Industrial, aponta para o surgimento de um divórcio entre agricultura e cidade, produção de alimentos e economia urbana. Ele considera que a melhor explicação para esse divórcio se faz pela visão filosófica predominante na Europa Ocidental, de oposição entre natural e artificial, entre natureza e civilização, entre homem natural e homem urbano.

Mas cabe essa divisão nos dias atuais, onde um conjunto de atividades diferentes das tradicionais passou a ser desenvolvidas no campo e também nas cidades? Assim, associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma determinada atividade econômica se torna cada vez mais controverso, mesmo porque a relação campo-cidade vem mudando, conforme afirma Monte-Mor (1994:173):

De fato, já na década de 70 o quadro começava a se inverter em relação ao processo intensamente dicotômico que caracterizava as décadas anteriores. A substituição de importações, vista da ótica de um tecido urbano industrial que se implantava nas grandes cidades e metrópoles da

periferia industrial produziu, segundo olhares dos países industrializados, cidades de camponeses. Ali, práticas identificadas como rurais se superpõem à economia urbano-industrial em formação.

A agricultura e a cidade são conectadas desde seus primórdios. Esta atividade que, a priori, é típica do campo, sempre esteve presente na cidade. Assim, se um dos importantes elementos de delimitação dos espaços rurais sempre foi a predominância das atividades agrícolas, a presença da agricultura praticada nos espaços urbanos mostra que é necessário analisar mais os aspectos atinentes à diferenciação ou não desses espaços.

Posto isto, nesse tópico será apresentada uma exposição sobre as delimitações que separam o campo da cidade, o rural do urbano e como o conceito de território pode se mostrar como proposta a essa separação para finalmente apresentar uma reflexão sobre a prática da agricultura nas cidades.

3.5.1 - A separação entre campo e cidade e a discussão sobre território

Desde a Antiguidade a Idade Média, a cidade, de extensão reduzida, estava intimamente ligada ao campo e assegurava fundamentalmente as trocas de produtos agrícolas. Em termos históricos, as cidades viveram, durante anos, confinadas as suas muralhas, cujas redondezas eram modeladas pelos campos agrícolas, suficientes para alimentar e suportar as necessidades das populações ali residentes. O entorno da cidade (atualmente absorvido pelos subúrbios) era composto por quintas e campos agrícolas (MAGALHÃES, 1994).

Mesmo com o crescimento da urbanização (intensificado com a Revolução Industrial) e todas as posteriores transformações ocorridas no espaço como resultado desse processo, a agricultura continuou presente e em certa medida, adaptou-se às novas configurações espaciais. Do mesmo modo, os espaços considerados rurais, foram se adaptando à proximidade das influências urbanas.

A partir do século XX se torna muito mais difícil distinguir, no plano das formas espaciais, a cidade do campo. Tem se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se aprende como cidade e o que se comprehende como campo, gerando um nível maior de identificação ou de dificuldade entre espaços urbanos e espaços rurais. (SPOSITO, 2010)

Por isso, Sposito (2010) utiliza como parâmetro de pesquisa a expressão cidade-campo. Essa opção tem a intenção de denotar indefinição dos limites entre morfologia urbana e rural, em função, inclusive das dificuldades de distinguir as duas fisionomias que lhes correspondem. Reconhece, portanto, a presença de um contínuo campo-cidade.

O reconhecimento desse contínuo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território de práticas sócio-espaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Essa imprecisão cria, então, condições favoráveis a se pensar em uma nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados, razão pela qual são agora espaços urbano-rurais.

Nesse cenário, pode-se dizer que estamos vivendo um momento de re-significação dos espaços. Rua (2005), fala de uma urbanidade no rural, ou seja, manifestações do urbano no rural, mas sem que esses espaços sejam tratados como urbanos, é o que chama alguns autores de novas ruralidades. Contudo há de ser considerado nesse caráter híbrido, que o rural também pode influenciar o urbano e dessa forma não teríamos apenas novas ruralidades, mas também novas urbanidades, a exemplo de estilo *country* nas cidades, festas tradicionais e hortas urbanas.

Em uma pesquisa realizada no município de Presidente Prudente-SP, a pesquisadora De Paula (2001), estudou a influência do estilo *country* sobre a população, entendendo esse fenômeno como um estilo de vida que remete ao rural. Assim, o *country* faz a inserção da ruralidade no cenário urbano e, nesse sentido, intervém como elemento que dialoga com as fronteiras tradicionais que delimitam a relação entre campo e a cidade, atravessando-as e estabelecendo uma importante área de interseção ou mesmo um *continuum* entre ambos. Contudo é um estilo com referência rural, mas que na área estudada por ela, mostrou-se totalmente urbano.

O mesmo podemos pensar em relação a AU, ou seja, muitos dos que a praticam, a enxergam como um resgate a suas tradições e mesmo um retorno ao rural, mas outros apenas como um trabalho qualquer, ou seja, um trabalho na área urbana. Assim, tal como a pluriatividade¹¹ das áreas rurais, a AU nos faz questionar se hoje em dia existe ainda uma atividade apenas rural e/ou uma atividade apenas urbana, sendo que rural e urbano estão muito mais atrelados a modo de vida do que a delimitação territorial. Dessa forma, a AU pode ser uma ferramenta que se propõe a superar a dicotomia rural - urbano, dando um passo além, mudando a forma de enxergar e entender as potencialidades da cidade.

A ideia de múltiplas espacialidades ou atividades de caráter híbrido consegue ampliar as possibilidades para interpretações das influências do urbano sobre o rural, mas também do rural sobre o urbano. Rua (2005), busca ultrapassar o corte tradicional rural/urbano tendo por base novas territorialidades que estariam vinculadas a dimensão cultural de indivíduos e grupos sociais. O destaque passar a ser, portanto, o surgimento da ideia de ruralidades e urbanidades como fenômenos do rural e do urbano.

Esse debate nos estimula a pensar a re-significação não apenas do campo, mas também das cidades, ou seja, assim como há a necessidade de um novo olhar para o campo, existe também a necessidade de um novo olhar para a cidade, no sentido de ampliar o diálogo entre esses dois espaços.

Isso nos faz pensar sobre o modelo imposto de industrialização e urbanização para as cidades e o da atividade agrícola como definidora dos espaços rurais. Mas isso ainda pode ser aplicado aos dias atuais?

Contribuindo com esse debate, Carneiro (2008 a) apresenta uma reflexão sobre território, termo esse que nos permitiria romper segundo a autora, com a inoperante dualidade entre o rural e o urbano que tem se demonstrado limitada e insuficiente para dar conta da ruralidade nas sociedades contemporâneas (e porque não também das urbanidades).

Assim, para Carneiro (2008 a) se rejeitarmos a dicotomia que defini um lado em função da negação do outro, ou seja, que olham o campo através das lentes da cidade, teremos condições de identificar dinâmicas territoriais que podem estimular (ou não) identidades apoiadas no sentimento de pertencimento e de enraizamento a um lugar, promovendo interação entre as representações do “rural” e do “urbano”. Assim, mais do que se referir ao espaço como campo ou cidade, rural ou urbano podemos nos referir ao espaço como território que pode ter elementos do rural e do urbano.

Para a antropologia o conceito território se refere a um espaço de referência cultural, portanto espaço que se qualifica pelo significado e ele atribuído por um dado grupo ou segmento social (CAZELLA *et al*, 2009)

A territorialidade também pode estar intimamente ligada aos modos como as pessoas utilizam a terra, experimentam a vida e dão significado a ela. Os territórios devem ser vistos, portanto, a partir das relações sociais e de poder que se conformam, identificando os sujeitos e os processos ali presentes (*Ibidem*).

¹¹Para Schneider (2003), a pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Dessa maneira, para esses autores, a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um determinado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Assim, o território é resultado de uma construção social.

Para Carneiro (2008 b) operar com as categorias rural e urbano nos impossibilita muitas vezes de distinguir territórios, regiões, distritos, etc. Essa reflexão se faz interessante para a pauta da AU que por trabalhar com uma atividade considerada “rural” em áreas designadas administrativamente como “urbanas”, não consegue acessar, por exemplo, políticas públicas para a agricultura familiar, como compra institucional ou crédito, já que estas estão atreladas às áreas administrativamente rurais.

Até mesmo o conceito “agricultura urbana” já separa a atividade pelo espaço geográfico, caindo em um equívoco se pensarmos a agricultura como uma atividade que pode ser desenvolvida em qualquer localidade (dependendo da escala) e dessa maneira podendo receber incentivos tanto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural quanto para o desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, a cidade não pode mais ser entendida de maneira estanque como o local onde se desenvolvem atividades industriais e de serviços e o campo como o local onde se desenvolvem atividades agrícolas. Mais do que nunca as cidades estão desafiadas a unir essas realidades (urbano e rural), integrando as políticas de planejamento no território dos municípios como um todo.

3.5.2 - Agricultura como atividade urbana

A interdependência entre o rural e o urbano sempre se fez presente, promovendo fluxos de produtos e saberes que influenciam os dois lados. Nesta cadeia de trocas, os alimentos produzidos no campo são essenciais para a sobrevivência na cidade, enquanto artefatos produzidos nas fábricas ou mesmo por artesãos são ferramentas úteis aos trabalhadores agrícolas.

O processo de desenvolvimento capitalista e com ele a expansão das cidades, fez com que essas trocas se tornassem menores, visto inclusive, o processo de modernização na agricultura. O campo é cada dia mais impactado pelas tendências urbanas, não somente no que diz respeito ao modo de produção, mas também no imaginário das pessoas. A busca por melhores rendimentos financeiros, o acesso à educação e à cultura, o contato com o mundo moderno, entre outros, serve de argumento para que, principalmente os jovens, busquem os centros urbanos, abandonando a atividade agrícola.

Para os que permanecem no campo, surgem atividades geradoras de renda paralelas à agricultura, a pluriatividade, que disputa espaço no próprio ambiente rural ou levam o agricultor até as áreas urbanas por curtos períodos de tempo devido às facilidades de transporte e a proximidade com a cidade (SCHNEIDER, 2003).

Mas as influências não se dão somente da cidade para o campo. O êxodo rural provoca um inchamento nos grandes centros urbanos e traz hábitos diferentes, entre eles, o cultivo de hortaliças para subsistência, ou seja, a agricultura urbana. Mas não são apenas os ex-agricultores rurais que praticam a agricultura nas cidades, é fato que muitas pessoas nascidas nas cidades e que nunca tiveram ligação com o campo também praticam a agricultura. Isso deve ser considerado ao pesquisar a prática da AU para não cair em um equívoco de considerá-la apenas um resgate ao passado, como algo do campo praticada na cidade (como já mencionamos anteriormente).

Concordando com os argumentos de Coutinho (2010), é fato que a junção das palavras agricultura e urbana parece criar uma contradição de termos, pois combina – agricultura e urbano, termos historicamente vistos como opostos. A oposição é provocada pela prevalência,

na atualidade, da ideia moderna que separa campo e cidade, espaço construído e espaço agrícola.

Pensar a cidade como um lugar onde o solo é fértil e, por isso, pode ser cultivado, é acreditar que essa relação pode ser diferente e não que estamos trazendo uma prática do campo para a cidade, ou seja, não se trata apenas de uma transposição de um saber fazer, de um modo de ser, do campo para as cidades ou um resquício indesejado que resulta da urbanização incompleta. Se formos por esse caminho, não traremos nada de novo para a discussão que se quer fazer, mas se reitera, de forma disfarçada, a relação dicotômica entre os elementos cidade e campo.

O que é relevante para o debate, é buscar pistas que permitam a emergência de um pensamento diferente sobre esta relação, ou seja, que favoreçam a conciliação em um contexto em que o limite (rígido) entre os elementos cidade e campo não é tão evidente (COUTINHO, 2010).

A agricultura é uma prática que faz parte da dinâmica da cidade e, por isso, parece equivocado considerá-la uma anomalia dentro do espaço urbano. Realizada no tempo presente, essa prática resulta dos fragmentos e misturas de tempos, ou seja, ela é a lembrança, uma forma de segurar o tempo, as coisas, os cheiros, os sabores e as pessoas queridas, e, também, a construção do novo (*Ibidem*).

Esses aspectos são importantes, pois os esforços, de valorização da agricultura urbana através de referências do mundo rural e do tempo passado, embora bem intencionados, pouco ajudam na compreensão do papel desta prática na construção de projetos para uma cidade socialmente mais justa e ecologicamente viável.

Zeeuw *et al* (2000) alertam, que é comum definirmos a AU como uma relíquia de hábitos rurais que são trazidos pelos imigrantes para as cidades e que vão sobrevivendo ao longo do tempo. Mas se deve ficar atento ao fato de que a atividade é um fenômeno urbano que tende a crescer conforme cresçam as cidades e seus passivos sociais. É importante refletir sobre o tema para que não haja um excesso de romantização capaz de obscurecer a realidade e fortalecer o pensamento dicotômico, tornando as práticas pensadas como puro resgate saudosista do que aconteceu no passado.

Embora haja abordagens dicotômicas prevalecentes, é importante pensar sobre possíveis interfaces e complementaridades entre os ambientes da cidade e do campo. O esforço seria em fragilizar o pensamento disciplinar e dicotômico, a fim de abrir possibilidades interpretativas capazes de convencer quanto à existência de diversas formas de viver e de se organizar coletivamente seja na cidade ou no campo, e que estes espaços estão conectados em vários aspectos. Hábitos culturais de manejo do solo, em torno dos ciclos naturais, estão presentes tanto no campo quanto na cidade, cujos limites são abstrações conceituais que precisam ser revisitados para que novos conceitos, geradores de novas ideias e realidades, possam ser construídos.

CONCLUINDO

Será feito agora um exercício de diálogo entre todos os conceitos e áreas de intervenção trabalhadas neste capítulo.

Pode-se dizer que em todo mundo, o desenvolvimento dos países está sendo afetado por um processo acelerado e não planejado de urbanização e de concentração populacional. Essa expansão urbana tem gerado uma crescente insegurança alimentar nas cidades e em sua periferia, particularmente entre os setores populacionais vítimas da pobreza. A situação é crítica, decorrência do preço dos alimentos, do impacto da recessão econômica e do

desemprego, resultando na dificuldade de acesso aos alimentos por uma parcela significativa da população.

Vimos que uma concepção ampla de SAN envolve um conjunto de questões referentes ao acesso aos alimentos; a soberania alimentar; a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; o perfil de consumo alimentar de risco a saúde e desta forma, a SAN não pode ser pautada em padrões universais que têm como referência apenas as necessidades de sobrevivência biológica do organismo e que poderia ser atingida apenas com renda, ou seja, acessando os alimentos pelo mercado. Para além do plano biológico, a alimentação também é uma construção cultural e simbólica que se expressa através de vários processos e a AU pode se mostrar uma importante ferramenta para se alcançar esse objetivo.

Dentre os benefícios que a AU pode trazer ao ecossistema urbano (economia local, melhora no meio ambiente, convívio social) sua contribuição a SAN é, provavelmente, uma de suas potencialidades mais importantes.

Acredita-se, assim, que a AU seja um meio para que as populações urbanas possam se alimentar dignamente de forma alternativa as vias de mercado ou as práticas assistencialistas, contribuindo em diferentes dimensões da SAN. A produção de alimentos nas cidades aumenta a disponibilidade e o acesso por parte das populações urbanas a esse recurso. É evidente que a AU não tem capacidade de garantir a SAN em sua plenitude, todavia pode garantir parte da alimentação necessária.

A SAN tem relação direta com políticas de abastecimento alimentar que precisam ser mais do que instrumentos de regularização de preços, de estímulo a produção rural e de ações de armazenagem, transporte e comercialização. Uma política de abastecimento alimentar deve abranger todo o circuito, desde a produção até o consumo, pensando também em formas alternativas de abastecer de alimentos as cidades que não fossem compostas apenas por ações grandiosas, com ampla magnitude, mas também, por ações de pequeno porte, que podem ser consideradas paliativas, mas se vistas localmente podem assumir papel importante no abastecimento alimentar das pessoas. É aqui, nesse lugar do micro que a AU está inserida.

A AU, praticada principalmente em bairros periféricos e de baixa renda, pode ser uma importante ação de abastecimento, gerando benefícios a economia local ao estimular a venda direta de cultivadores aos consumidores ou através do autoconsumo, pois ambas possibilitam o acesso a alimentos saudáveis e diversificados. Além disso, ela é uma prática de abastecimento permeada por relações sociais (entre os cultivadores e entre cultivador e consumidor).

A SAN urbana requer um suprimento constante de alimentos nutritivos e seguros durante todo o ano e que tendo parte dos consumidores urbanos pouca renda para acessar os alimentos ou ainda pouca disponibilidade de variedades, muitas famílias utilizam a AU como meio de subsistência ou como estratégia de acesso alimentar de qualidade. As famílias urbanas envolvidas com a AU geralmente gozam de maior SAN através de uma dieta mais regular e diversificada. Além do autoconsumo, a produção urbana ajuda a aumentar a disponibilidade de alimentos saudáveis para um maior número de consumidores urbanos.

Inserida a segurança alimentar, a nutrição questiona os modelos de produção agrícola adotados no Brasil. Dentre os vários aspectos da questão nutricional incorporados à segurança alimentar, destaca-se os relativos à disponibilidade e à quantidade de alimentos, além da questão da qualidade e dos aspectos culturais.

Diante dessas questões, a AU vem sendo adotada com uma iniciativa local para que as comunidades enfrentem os problemas relativos à dificuldade de acesso aos alimentos.

A prática de AU parece ter prioritariamente o sentido de atender algumas necessidades básicas da sociedade tendo como finalidade social se opor às lógicas dominantes mesmo que não ocorram de forma sistematizada, mas espontânea e informal. Os cultivadores lançam um novo olhar sobre a agricultura, sobre o uso da terra urbana e sobre a própria cidade.

Mesmo com todos os seus benefícios, a AU muitas vezes não ganha notoriedade porque é vista apenas como uma alternativa ao desemprego e isso faz com que ela não se torne alvo do planejamento urbano. Mesmo no caso de municípios que reconhecem os vários benefícios da AU, sua interface com o planejamento não é tratada. Falta clareza quanto às regras de uso do solo e os planejadores e tomadores de decisão não têm o conhecimento necessário para lidar com os complexos desafios de equilibrar a posse da terra, com a produção, a ecologia, o lazer e os aspectos econômicos.

No entanto, a AU e sua interação com o ecossistema urbano pode ser uma ferramenta acessível e eficaz para a urbanização sustentável. Com o objetivo de tornar a urbanização mais sustentável, a agricultura urbana pode ser planejada separadamente ou combinada com outros usos da terra, seja por uma base temporária ou permanente. A diversidade dos sistemas de produção e o grau em que a AU pode ser praticada torna compatível com uma ampla gama de atividades urbanas, articuladas com o tecido urbano em diferentes escalas. O desafio é legitimar a atividade e conseguir introduzi-la na agenda política para que a mesma possa se desenvolver de uma forma mais equilibrada.

A agricultura está na origem da maioria das cidades, revitalizando-se sempre, seja por momentos de crise ou por desejo de uma cidade mais sustentável e isso nos leva a repensar as relações entre urbano e rural. O atual contexto em que vive as cidades brasileiras e também o campo agrícola nos leva a pensar o sentido da agricultura e o papel das cidades nos dias atuais.

Assim, as relações entre o rural e o urbano são cada vez mais intensificadas levando ao consenso de que a integração do rural com o urbano abrange os âmbitos econômico, social e cultural, sendo a agricultura o elemento integrador entre esses dois espaços.

O rural e o urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais e tanto os atores que se aproximam do urbano quanto os que se aproximam do rural tendem a adquirir características específicas de cada espaço, porém nem sempre essas características levam o indivíduo a se urbanizar ou ruralizar, podemos ter espaços, atividades e pessoas que carregam consigo o rural e o urbano seja no campo ou na cidade. A AU e seus praticantes são prova de que o rural e o urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais.

Por fim, entende-se que a AU é uma estratégia de múltiplas funções, pois consegue agregar a sua prática a outros setores importantes para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e saudáveis, como veremos no próximo capítulo, onde será discutido tais coesões a partir da perspectiva dos atores locais.

CAPÍTULO 4

A AGRICULTURA URBANA PELA PERSPECTIVA DOS ATORES

Nesse capítulo, será apresentado, num primeiro momento, o histórico das ações de AU da prefeitura de Curitiba e como seus gestores enxergam essa atividade no município. Para isso, serão utilizadas as entrevistas realizadas com gestores públicos e com uma antiga servidora que em 1986 estava na equipe que criou o Programa Lavoura na prefeitura. Os gestores entrevistados foram o antigo e o atual coordenador do Programa Lavoura e dois diretores da SMAB.

Num segundo momento, será apresentada como a AU é vista no local onde ela é praticada e quais as dinâmicas que se originam através da sua prática. Para isso, utilizarei como material empírico as entrevistas realizadas com: coordenadores das hortas visitadas (nove entrevistas); moradores dos bairros (conversas informais); mercados locais (cinco entrevistas), Centros de Referência em Assistência Social – (CRAS) (duas entrevistas), associações de bairro (três entrevistas) e cultivadores (noventa e três entrevistas individuais e duas coletivas).

Para estas entrevistas utilizei critérios variados, tentando incorporar pessoas que tivessem de alguma forma ligação com a AU. No caso dos cultivadores a intenção foi ter uma amostragem maior possível e por isso o uso das entrevistas não segue um critério único, como recorte por idade ou gênero. As entrevistas com os cultivadores foram feitas durante as três semanas que passei nos locais das hortas, durante o período em que estes estavam trabalhando em seus canteiros.

Durante o trabalho de campo, além da realização de entrevistas, tive a oportunidade de observar o cotidiano dos cultivadores, dos coordenadores das hortas e dos vizinhos das mesmas, com o objetivo de compreender o que esse espaço significa na vida das pessoas que convivem com ele.

4.1 - O PROGRAMA LAVOURA DA PREFEITURA DE CURITIBA-PR

Com a crescente urbanização do município de Curitiba e a redução de seu território rural, a agricultura foi alterada, resultado também da função ambiental agregada às áreas do entorno urbano (Plano Diretor de 1966) e da possibilidade de fracionamento de lotes em algumas regiões da cidade (Zoneamento de 1975). Isso fez com que o Cinturão Verde se expandisse para a região metropolitana e o abastecimento passasse para a esfera do Governo Federal, que na época criou a Central de Abastecimento/CEASA para centralizar o comércio atacadista de hortifrutigranjeiros e para oferecer um espaço específico aos produtores e a Companhia Brasileira de Alimentos/COBAL para a rede varejista alimentar.

Em 1986, com a gestão do então prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, é criada a SMAB, cujo secretário municipal era o Sr. Jorge Samek. O primeiro programa da SMAB foi o Mercadão Popular, que tinha por objetivo afastar o intermediário e com isso melhorar o preço, tanto para o produtor quanto para o consumidor, conforme previa o Plano Agache, elaborado quatro décadas antes. No início do programa, o Mercadão Popular funcionava dentro de ônibus e de caminhões adaptados, que rodavam a periferia de Curitiba. Só compravam dele, pessoas com baixa renda comprovada através de um cadastro prévio. Eram vendidos além de frutas e verduras, grãos e alguns itens de primeira necessidade.

Nessa gestão foi criado o Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba – (FAAC), no início com investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- (BNDES) a fundo perdido. Por esse instrumento, com base em parecer de tribunal, a SMAB pode, até hoje, realizar compras sem estar atrelada a Lei 8.666¹², além de poder fazer alguns investimentos. O Fundo só não pode ser utilizado para pagamento de pessoal, sendo este a contrapartida da prefeitura. A manutenção e crescimento desse Fundo permitem a existência e permanência de vários programas da SMAB, dentre eles o Programa Lavoura.

Através do FAAC, a SMAB conseguia facilitar a compra de produtos direta dos produtores, que muitas vezes antes do fundo existir, perdiam suas safras devido à burocracia dos processos licitatórios. Tais produtos eram comercializados nos Mercadões Populares.

Nessa gestão que foi criado o Programa Lavoura, cujo objetivo maior era possibilitar aos moradores de Curitiba, principalmente os mais carentes, o acesso aos alimentos. Esse acesso poderia ser pelo autoconsumo ou pela compra por um preço mais acessível, ou seja, o objetivo era acesso e preço, tanto para o produtor como para o consumidor. O conceito de SAN e de produção orgânica ainda não fazia parte da política da SMAB. Outro objetivo era com a implantação de hortas e lavouras evitar *invasões*¹³ em algumas regiões do município, que nessa época estavam começando a surgir, como foi relatado no primeiro capítulo em que foram apresentados os bairros onde as hortas estão localizadas.

Implantado o programa, a prefeitura entregou para coordenadora vigente, Virginia Moraes, um mapa de áreas públicas vazias na cidade com potencial para produção de alimentos. Escolhida as áreas (muitas delas da Eletrosul e da Copel), os técnicos da SMAB iam até os locais para conversar com a comunidade, apresentavam o programa e abriam inscrição para os interessados que recebiam ferramentas e kits de mudas e sementes, além da permissão para produção de alimentos no espaço indicado.

Segundo Virginia, como a prefeitura já tinha tido anteriormente uma experiência com hortas comunitárias que não havia dado certo, resolveram investir em lavoura (feijão, milho e mandioca) e em espaços individuais e não coletivos.

“Quem pegava geralmente tinha origem no campo e não largava mais. Foi um grande sucesso, as famílias se abasteciam e ainda comercializavam bastante. Quando chegamos como o projeto, já tinha lavoura embaixo da fiação da Copel, eles já praticavam, nós só organizamos e apoiamos com insumos e ferramentas... Na Vila Sandra tinha muita lavoura também, mais com a especulação imobiliária acabou tudo, virou tudo condomínio, na verdade tinha lavoura em toda periferia de Curitiba” (Virginia Moraes, 2014).

No início da década de 1990, o Programa obteve alguns avanços. Foram adquiridos pela prefeitura dois tratores agrícolas para a mecanização das áreas cultivadas e foi realizada a contratação de um técnico agrícola e de um engenheiro agrônomo. Com a demanda de mais famílias querendo participar do Programa, foi necessária a realização de um concurso público para aumentar a equipe técnica, bem como a alocação de veículos a serem utilizados com exclusividade para a realização de assistências técnicas (como ocorre atualmente ainda).

¹²Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm), acessado em 15.09.2014.

¹³O termo invasão foi utilizado pelos interlocutores da prefeitura. Contudo, importante esclarecer que os movimentos sociais de luta pela terra ou moradia utilizam-se do termo *ocupações*.

Após os anos 90, o Programa Lavoura continuava forte, agora sendo expandido para áreas privadas também. Na época era muita terra desocupada, o que gerava preocupações tanto por parte do município como dos proprietários (invasões, aparecimento de lixões, prática de atividades ilícitas).

Para que tais problemas não ocorressem e como os moradores tinham uma ligação muito forte com a terra, em algumas áreas, muito antes da prefeitura chegar com a proposta do Programa, como já destacado na fala da Virginia, à comunidade já fazia uso desses vazios para produção de alimentos, fazendo um uso social da terra, embora sem nenhum uso de critérios técnicos ou legais, causando problemas para os proprietários. Sendo assim, a SMAB passou a incentivar e organizar a produção de alimentos em tais espaços em parceria com os proprietários através de termos de sessão de uso.

Para que as ações do Programa fossem ampliadas, aliaram-se a ela a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – (EMATER-PR) e o Curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná – (UFPR), este através de programa de estágios para a prestação de assistência técnica às famílias. O atendimento era realizado conforme a demanda da população interessada na atividade agrícola, em geral através das associações de moradores. Os insumos entregues à população eram basicamente sementes e mudas de hortaliças e vegetais, estas distribuídas em reuniões realizadas com a comunidade ou quando ocorriam as visitas técnicas.

Os objetivos do Programa são:

- Facilitar o acesso ao alimento e reduzir custos com alimentação;
- Promover a educação alimentar através do consumo de hortaliças e frutas sem uso de agrotóxicos;
- Servir como atividade física e terapêutica;
- Servir como ferramenta pedagógica nas unidades educacionais;
- Gerar renda com a comercialização da produção;
- Conscientizar as pessoas para a preservação ambiental das áreas urbanas com recuperação de áreas degradadas;
- Proteção ambiental com a redução da impermeabilização do solo urbano;
- Estimular ações comunitárias e de inclusão social;
- Resgate da cultura rural no espaço urbano, aproveitando a experiência agrícola dos moradores locais.

Esses objetivos, que são os mesmos desde a criação do Programa, demonstram realmente que o uso do conceito de SAN ainda não estava incorporado na SMAB, mas sua lógica sim, ou seja, os objetivos previam o acesso aos alimentos, sendo este o primeiro preceito da política de SAN, e previa ainda, a educação alimentar.

Ainda hoje, a SMAB estabelece em conjunto com as associações comunitárias e a Eletrosul, os critérios para a utilização dos espaços com o objetivo do processo ser mais dinâmico e funcional. Não existe um contrato formal com a Copel, sendo os terrenos cedidos informalmente. Segundo os gestores entrevistados, existe um conjunto de atividades articuladas a outras políticas municipais – notadamente nas áreas de segurança alimentar e nutricional, assistência social, meio ambiente, educação e saúde.

Em 2010, o nome da coordenação responsável pelo Programa Lavoura dentro da SMAB, que era *Gerência de Produção Agrícola* passou a se chamar *Unidade de Agricultura Urbana* e o Programa dividiu-se em dois, sendo: o *Programa Lavoura* - caracterizado pelo uso de grandes áreas de cultivo, como vazios urbanos e pequenas propriedades particulares remanescentes da agricultura familiar e o programa *Nosso Quintal* - realizado em quintais de residências, escolas e instituições. As áreas de estudo dessa dissertação encontram-se no Programa Lavoura, que ocorre sob linhas de alta tensão em parceria com a Eletrosul e Copel.

Para o Sr. Edson Rivelino, o objetivo do programa é beneficiar tanto a empresa como o cidadão.

“Para a Eletrosul e para a Copel, a manutenção das linhas de transmissão se torna mais fácil e é dificultada a ocorrência de ocupações irregulares, diminuindo a demanda de ações judiciais para retiradas dessas pessoas. Já para as comunidades é uma oportunidade de inclusão social através da produção de produtos primários de boa qualidade e de baixo custo, que incrementam a alimentação e a renda de muitas famílias” (Edson Rivelino, 2014).

A Eletrosul, além de disponibilizar as áreas para cultivo das hortas, investiu em cercas e na construção de poços artesianos para obtenção de água para irrigação e atualmente disponibiliza um orçamento anual. Segundo informações do relatório de sustentabilidade da empresa do ano de 2010, foram investidos quase 90 mil reais no programa. A Copel disponibiliza as áreas, mas não oferece nenhum recurso financeiro.

A entrevista realizada com uma representante da Eletrosul demonstra que o objetivo maior da empresa com esse projeto é evitar ocupações indevidas nas áreas e garantir a manutenção dos terrenos. Segundo ela, os resultados alcançados com as hortas, são:

- A destinação social e orientada das áreas ociosas sob as linhas de transmissão;
- Melhora na gestão da operacionalização do sistema elétrico;
- Redução das demandas de ações judiciais por ocupações indevidas;
- Conscientização das comunidades sobre os riscos da ocupação e/ou uso irregular dessas áreas;
- Segurança das linhas de transmissão (através de palestras de segurança aos usuários);
- Inserção das comunidades no processo de gestão das faixas;
- Proteção das faixas de segurança de possíveis ocupações indevidas;
- Melhora na qualidade de vida dos beneficiados pelo projeto, através da alimentação saudável;
- Complementação de renda familiar, através da comercialização dos produtos excedentes produzidos nas hortas;
- Conscientização ambiental;
- Integração Empresa & Comunidade, etc.

Salienta ainda que o projeto apresenta bons resultados quando utilizado em determinadas comunidades como complemento terapêutico no tratamento a dependentes químicos, propiciando o resgate da cidadania através da relação direta nas atividades humanas, refletindo positivamente na geração de alimentos e renda e na auto-estima dos participantes.

Quando questionados sobre possíveis danos causados pela exposição à eletricidade, tanto para as pessoas como para os alimentos, a prefeitura diz não existir nenhum estudo que sinalize isso. A Eletrosul, por sua vez, diz que adota critérios específicos para o uso da faixa de servidão que são definidos nas normas técnicas de projetos de linhas de transmissão (NBR 5422 - Projeto de Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica) e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as quais não proíbem a utilização da faixa para cultivo de alimentos, desde que respeitadas às distâncias de segurança e as restrições básicas de exposição humana a campos eletromagnéticos de baixa frequência (60 Hz).

A SMAB continua disponibilizando técnicos agrícolas e agrônomos que realizam treinamentos práticos e teóricos e fazem assistência técnica, além de fornecerem insumos e

equipamentos agrícolas. Segundo Edson, o acompanhamento técnico sistêmico (visitas e reuniões) adotado pelo programa possibilita o contato direto com os cultivadores e entidades durante todo o ano, permitindo colher informações sobre as mudanças e benefícios obtidos.

De acordo com os dados da prefeitura, a maioria das pessoas que participa do Programa é idosa, aposentada ou desempregada, organizada em associações de bairros ou por lideranças locais que produzem em média duas mil toneladas de alimentos por ano (mas esse volume já chegou a cinco mil toneladas no início dos anos 2000).

Sobre as hortas, vale esclarecer que estas permanecem sendo individuais, mesmo ocupando um mesmo terreno. Os canteiros possuem um tamanho padrão, mas às vezes variam de acordo com o total de pessoas que compõe a família. Como a demanda pela entrada no Programa é muito grande, algumas vezes um canteiro maior acaba sendo dividido em dois. O cultivador recebe o canteiro pronto, ou seja, adubado e com um kit de sementes, mudas e acessórios.

Não é comum a desistência, sendo os canteiros vagos por motivo de falecimento, o que acontece com certa frequência, já que a maioria dos cultivadores é idosa, ou quando o cultivador que tinha a horta como uma alternativa ao desemprego, consegue um trabalho.

De dois em dois anos, a prefeitura faz a manutenção dos terrenos (adubação); os insumos são entregues mensalmente no próprio local das hortas ou na associação de bairro, quando acontece também a assistência técnica. Além da assistência técnica, a coordenação disponibiliza uma cartilha para os cultivadores ensinando técnicas de plantio e controle natural de pragas.

Em cada bairro que conta com diversos canteiros para as hortas, é eleito um coordenador pelos próprios cultivadores. Suas responsabilidades são: contatar a prefeitura em situações de emergência (brigas graves, ocupações, etc.), fazer o cadastro de novos interessados e realocar o canteiro para outro cultivador em caso de falecimento ou desistência e verificar se os cultivadores estão cuidando de fato de suas hortas. Essa pessoa é, portanto, uma espécie de braço direito da coordenação no dia a dia nos espaços de produção. Em alguns lugares a associação de bairro é que faz esse trabalho. Segundo os gestores entrevistados, ter um coordenador local é muito importante e quanto mais à associação participa, mais organizado fica o espaço.

Cabe destacar ainda, que já houve disputa em alguns bairros em relação à área destinada às hortas, já que alguns moradores alegam preferir espaços de lazer, como um campo de futebol, por exemplo, no lugar das hortas. No entanto, em conversas realizadas com os moradores dos bairros, fica claro que eles consideram as hortas importantes para a comunidade, alegando que além de poderem comprar alimentos frescos: “*Gosto de comprar direto na horta, ver a verdura na terra, escolher qual eu quero e às vezes até eu mesma colher*”, as hortas melhoram o visual do bairro e traz mais segurança ao local: “*Isso aqui era tudo lixo, olha que bonito que está agora*”.

Atualmente, a prefeitura está tentando ampliar a equipe da Unidade de AU por meio de um concurso público, visando aumentar as áreas de atuação. Segundo a SMAB seria interessante expandir as ações para os prédios da cidade, numa ação mais intra-urbana.

Na segunda ida a campo, o coordenador com quem eu havia conversado no primeiro encontro e que estava na coordenação do programa há aproximadamente quinze anos, foi realocado em outra secretaria municipal, ficando a coordenação sob responsabilidade de um antigo gestor.

Neste segundo trabalho de campo, em novembro de 2014, Rodolfo Queiroz (atual coordenador) afirmou que o programa encontra-se em um momento de fragilidade, contando apenas com três funcionários e baixo orçamento. Em virtude disso, algumas mudanças foram realizadas, como por exemplo, a entrega dos insumos. Desde sua criação até aproximadamente junho de 2014, os insumos eram entregues pela SMAB no local das hortas uma vez por mês e com isso o vínculo entre prefeitura e comunidade era mantido. Com o

baixo número de funcionários e o baixo orçamento (já que era necessário pagar hora extra aos funcionários que realizavam a entrega dos insumos aos sábados), a SMAB não realiza mais a entrega. A partir de julho de 2014, os funcionários da Unidade de AU entregam os insumos na casa dos coordenadores das hortas durante a semana, estes por sua vez montam os kits sozinhos ou com ajuda de amigos e fazem a entrega em suas próprias casas. Com isso, o vínculo com a comunidade está bastante reduzido ou quase inexistente, assim como a assistência técnica que agora só é feita quando demandada por telefone.

Como dito anteriormente, o Programa Lavoura compõe as ações da SMAB que por sua vez coordena a política de SAN do município. A SMAB coordena também o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – (COMSEA), que tem pouca participação da sociedade civil. Segundo Silvia Rocha, diretora da SMAB, “*a sociedade civil não se apoderou desse espaço ainda*”. Além da SMAB outras secretarias participam do COMSEA como a Secretaria de Saúde e a de Educação (que já trabalhavam com iniciativas de SAN desde 1991). As reuniões acontecem mensalmente e quem pauta a AU é a SMAB e a Federação Paranaense de Agricultores Rurais. Embora várias Secretarias estejam integradas à política de SAN, o município não conta com uma Lei específica para essa pasta.

Hoje, além do Programa Lavoura e do Programa Nossa Quintal, a SMAB conta com os seguintes programas que compõem sua estratégia de abastecimento e SAN:

- Armazém da família – 32 pontos que vendem alimentos com preços 30% mais baratos para população de baixa renda;
- Alimentação Saudável – estímulo a práticas alimentares saudáveis;
- Restaurante Popular – refeição completa a R\$2,00;
- Cambio Verde – troca material reciclável por alimentos;
- Sacolões – venda de hortifrutti a preço único por kg;
- Varejões – comércio varejista de produtos comestíveis direto pelo produtor;
- Feiras livres – diversos tipos de feiras, como direto da roça, orgânicas e gastronômicas;
- Mercado de Orgânicos – venda de produtos orgânicos in natura ou processados;
- Mercado Municipal – venda de alimentos, ervas e bebidas;
- Mercado Regional do Cajuru – primeiro mercado regional de Curitiba, funciona na mesma lógica do Mercado Municipal;
- Unidade Móvel de SAN – faz orientação sobre alimentação segura e saudável.

Esse conjunto de ações conta com os seguintes instrumentos legais:

- Lei 7462/1990, que cria o FAAC;
- LDO – todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias prevendo recursos para o FAAC;
- LOA – todas as Leis de Orçamento Anual prevendo recursos para o FAAC;
- Plano Municipal de Desenvolvimento Social de 2007 prevendo ações de abastecimento e SAN; compondo o Plano Diretor da Cidade;
- Plano de Governo de 2008 prevendo ações de abastecimento e SAN.

A tabela abaixo produzida pela Unidade de AU em outubro de 2014, apresenta todas as hortas apoiadas nos bairros. Nesta tabela, encontram-se algumas áreas que não foram alvo de análise nessa dissertação. Mais uma vez esclareço que as áreas de estudo são aquelas sob a fiação da Copel e Eletrosul.

	Nome / Entidade	Reg.	Área (m ²)	Hortas/ Lavouras	Benef.
1	Agricultor Alfredo Jabonka	CIC	30.000	1	1
2	Agricultor Ana Filibrante	CIC	24.200	1	2
3	Agricultor EstefanoJabonski	CIC	40.000	1	1
4	Agricultor Jamil Vaz	CIC	20.000	1	2
5	Agricultor Osvaldo Markowicz	CIC	40.000	1	1
6	Agricultor Vicente Witzki	CIC	20.000	1	1
7	Associação Comunidade Caiuá	CIC	4.900	20	20
8	Associação Vila Rural Santa Rita	Tatuquara	40.000	8	8
9	Associação Rurbana/Campo Santana	Tatuquara	20.000	10	10
10	Associação Vila Evangélicos	Tatuquara	20.000	1	10
11	Copel - Associação Moradias Rio Bonito	Campo de Santana	30.000	10	10
12	Copel - Associação Vila Verde – CIC	CIC	100.000	60	60
13	Copel - Associação Conjunto Itatiaia	CIC	80.000	40	40
14	Copel - Associação Vila Conquista	CIC	10.000	7	7
15	Eletrosul - Associação Monteiro Lobato	Tatuquara	40.000	53	53
16	Eletrosul - Associação Moradias Paraná I	Tatuquara	4.927	18	18
17	Eletrosul - Associação Moradias Paraná II	Tatuquara	1.762	26	26
18	Eletrosul – Assoc. Moradias Paraná III	Tatuquara	4.006	58	58
19	Eletrosul - Associação Moradias Paraná IV	Tatuquara	6.000	51	51
20	Eletrosul - Associação Santa Cecília I	Tatuquara	3.000	33	33
21	Eletrosul - Associação Santa Cecília II	Tatuquara	6.100	28	28
22	Eletrosul - Associação Santa Rita I	Tatuquara	3.000	3	3
23	Eletrosul - Associação Santa Rita II	Tatuquara	4.487	10	10
24	Eletrosul - Associação Santa Rita III	Tatuquara	2.950	7	7
25	Eletrosul - Associação Santa Rita IV	Tatuquara	10.009	5	5
26	Eletrosul - Associação Santa Rita V	Tatuquara	9.900	5	5
27	Eletrosul - Associação Santa Rita VI	Tatuquara	17.000	97	97
28	Eletrosul - Associação Jardim Dom Bosco	Tatuquara	900	4	4
29	Eletrosul - Associação Vitória Régia	CIC	30.695	145	145
30	Eletrosul - Assosciação Moradias Rio Bonito	Campo de Santana	44.000	57	57

No total, portanto, são beneficiadas 773 pessoas diretamente, que produzem alimentos em uma área de 667.836 m², em 762 hortas ou lavouras.

Apesar do expressivo volume de alimentos produzidos anualmente e o número de famílias que disso se beneficia, segundo os gestores entrevistados (ex e atual coordenador do programa e um diretor), a SMAB não enxerga o programa como uma ferramenta de abastecimento alimentar, como visto anteriormente em sua criação. Isso se deve ao fato de considerarem a área de atuação e o volume de produção reduzido frente ao crescimento da cidade nos últimos anos. Por esse motivo, essa prática é vista hoje pela SMAB, mais como

uma prática de educação e de saúde do que de abastecimento. Segundo esses gestores, o volume de produção se torna irrisório se comparado ao total de alimentos que abastece toda a cidade de Curitiba, e por isso, para eles, o que sustenta o programa é o interesse de outras secretarias pela prática de AU, como a Secretaria de Educação, de Saúde e do Meio Ambiente.

Para Virginia Moraes, o programa continua sendo de abastecimento, pois ela entende que os alimentos gerados nele sejam parte importante da complementação alimentar das famílias envolvidas. Destaca ainda, que não se trata de uma alimentação qualquer e sim, de uma alimentação saudável e por isso, ainda mais importante. Ela salienta em sua fala que a SMAB é referência em suas ações porque os programas criados em 1986 existem até hoje, ou seja, são programas estruturados, fortes e importantes para o abastecimento alimentar do município. *“E olha que nessa época nem tínhamos a noção de SAN. Nossa preocupação era acesso e custo tanto para o produtor como para o consumidor”.*

Apesar da prefeitura, primordialmente, não considerar o programa como uma ação de abastecimento alimentar, observando as áreas onde se concentra essa pesquisa, os bairros Tatuquara, CIC e Campo de Santana, principalmente o Tatuquara, onde se concentra a maioria das hortas, percebe-se que ali o abastecimento e a SAN através delas se faz significativo devido ao volume de produção e o número de famílias que se beneficiam dos alimentos produzidos.

Essas áreas são demarcadas por equipamentos (mercadinhos e quitandas) que vendem poucas hortaliças e vegetais, fazendo com que as famílias ou se desloquem até supermercados longe do seu local de moradia ou não insiram esses alimentos no seu dia a dia. Além disso, nessas regiões é que vivem as famílias mais pobres de Curitiba. Os próprios gestores entrevistados alegam que as famílias passaram a consumir mais hortaliças e vegetais com o trabalho nas hortas.

Segundo dados apresentados pela Unidade de AU, os cultivadores produzem em média o equivalente a três kilos de alimentos por dia que em geral alimenta cerca de seis pessoas, ou seja, quinhentos gramas por pessoa/dia, variando entre quinze e dezoito espécies diferentes. Dessa forma, as pessoas estão comendo mais e de forma diversificada e ainda disponibilizando alimentos para terceiros, já que devido ao grande volume de produção, muitas pessoas acabam vendendo ou doando o excedente.

Entende-se, portanto, que essa produção seja significativa para o abastecimento do bairro, seja através do autoconsumo, da venda ou da doação dos produtos. Outro ponto importante diz respeito à economia que a família faz ao produzir seu próprio alimento. Segundo dados disponibilizados pela Unidade de AU e comprovados durante a pesquisa de campo é que a economia mensal com supermercado gira em torno de R\$100,00 por mês, valor bastante significativo visto a renda mensal familiar que em sua maioria é de até dois salários mínimos. Para os que vendem, a renda gira em torno de R\$ 300,00 por mês, que geralmente é destinado à compra de outros itens da alimentação que não são produzidos nas hortas, contribuindo, portanto, com o abastecimento alimentar indiretamente.

Importante mencionar que a produção dos alimentos é realizada sem o uso de insumos ou defensivos químicos, o que resulta em alimentos mais saudáveis para a população, que por sua vez reconhecem isso: *“Eu não consigo mais comer verdura do mercado, o gosto é diferente, é ruim”*. Até mesmo a água para irrigação é de boa qualidade, já que vem de poços artesianos construídos nos locais das hortas.

Além das entrevistas realizadas com os gestores da SMAB, foi realizada uma conversa com alguns gestores do IPPUC a fim de apresentar o trabalho de AU desenvolvido em Curitiba, já que este instituto desconhecia essa ação no município. Nessa ocasião também pude conhecer a proposta de construção do novo plano diretor a ser finalizado no ano de 2015. Como resultado dessas conversas e devido à sensibilização para a pauta de AU, foi construído uma proposta de diretriz a compor o novo plano diretor, sendo: *incentivar a*

agricultura urbana, como forma de promover a racionalização do território, a conservação da cultura local, a preservação da paisagem tradicional e a produção de alimentos, garantindo a salubridade ambiental no município.

4.2 – A AU PELO OLHAR DOS SEUS PRATICANTES E VIZINHOS

Do total de vinte hortas (ou seja, vinte terrenos com diversos canteiros) que estão sob a fiação da Copel ou da Eletrosul, foram visitadas dezessete. A maior parte do tempo se passou nas hortas do bairro Tatuquara, assim como a maioria das entrevistas realizadas.

As hortas estão presentes no dia a dia de vários moradores do bairro e por isso subdividirei esse tópico de modo a apresentar todos esses atores e suas visões sobre a prática de AU e como isso interfere em suas vidas. Em suma, será apresentado o funcionamento das hortas, o trabalho de um coordenador, como os vizinhos enxergam e usufruem das hortas, como as associações de bairro participam desses espaços, finalizando com uma análise de algumas perguntas que compunham um questionário aplicado aos cultivadores.

A escolha de algumas perguntas para analise levou em consideração a conexão destas com os temas tratados no capítulo três dessa dissertação.

Como dito anteriormente, a escolha dos cultivadores para as entrevistas não teve critério específico. Durante os dias que estive a campo, busquei entrevistar o maior número possível de cultivadores que encontrava trabalhando nas hortas.

4.2.1 - *O funcionamento das hortas*

Em cada terreno (que os cultivadores chamam de horta) há diversos canteiros (que eles chamam de minha horta) com um coordenador. É comum ocorrerem intrigas entre cultivadores e coordenadores; entre coordenadores e coordenadores e entre coordenadores e associações de bairro. No entanto, essas intrigas nunca resultaram em prejuízos para as hortas ou para o Programa.

Durante os dias que acompanhei o trabalho nas hortas e também conhecendo a casa de alguns cultivadores, pude notar que a maioria deles não se encontra em situação de pobreza como eu imaginava antes de fazer esse segundo campo. Isso não significa que tenham uma renda alta, a renda familiar gira em torno de dois salários mínimos (salvo alguns casos onde a renda é inferior ou superior).

Segundo as coordenadoras, quando da implantação de novas hortas, a prefeitura exigia que as pessoas que receberiam os canteiros fossem beneficiárias do Programa Bolsa Família e, portanto, as famílias com menor renda. No entanto, a maioria dessas pessoas abandonava as hortas num curto prazo, sendo substituídas por outras. Não pude aprofundar com elas o motivo da desistência por parte dessas famílias de baixa renda, mas acredita-se que seja por terem conseguido trabalho, já que essas pessoas geralmente se dedicavam a horta como uma alternativa ao desemprego. Atualmente a maioria dos cultivadores é aposentada que vê nas hortas uma possibilidade de ter uma atividade física e terapêutica.

Cada cultivador paga uma taxa mensal ao coordenador ou associação de bairro que varia entre R\$0,25 e R\$10,00. Essa taxa é usada para pagar a conta de energia do motor da caixa de água (onde há); para fazer pequenos reparos no local das hortas quando necessário (consertar a cerca, etc) ou ainda para custear as despesas da associação.

Na maioria das hortas do bairro Tatuquara, os canteiros são padronizados e neles são plantados legumes e hortaliças. Alguns canteiros de tamanho maior são utilizados para lavoura (milho, feijão e mandioca).



Figura 5: Trecho das Hortas no bairro Tatuquara.

No Tatuquara, há hortas com quinze e com três anos de existência, cada uma iniciada de uma maneira, com histórias e dinâmicas diferentes. A mais nova localizada no loteamento Santa Rita tem três anos de existência e é a segunda maior horta do Programa Lavoura com noventa e seis cultivadores (Horta Santa Rita IV). Ela foi resultado de um projeto enviado e aprovado no MDS na ocasião de um edital no ano de 2007. No entanto, a horta só foi implantada em 2011.



Figura 6: Trecho da Horta Santa Rita IV no bairro Tatuquara.

As mais antigas começaram antes mesmo da prefeitura apresentar o Programa no bairro. Alguns moradores, que já plantavam no local, e alguns outros que queriam dar mais segurança ao bairro, viam na implantação de hortas uma alternativa para que os terrenos deixassem de ser depósito de lixo ou local de uso de drogas. Dessa maneira procuram a prefeitura com a proposta de implantação de hortas. Quem começou esse movimento no Tatuquara foi a filha de um dos cultivadores que já plantava no local:

“ (...) Daí uma moradora, cujo pai já plantava, começou a falar com os vizinhos para que a comunidade limpasse o terreno e começasse a plantar também”.

Ela, aliada a outra cultivadora que estava com depressão devido a um ato de violência contra seu irmão, que havia sido praticado em um terreno abandonado (onde hoje tem uma horta), tomaram conhecimento da existência do Programa e procuraram a prefeitura para pedir que fossem implantadas as hortas no bairro, com propósito de trazer mais segurança.

“(...) Meu irmão foi assaltado quando estava passando em frente ao matagal, bateram tanto nele que ele ficou sem andar e eu por causa disso, fiquei com depressão”.

Tão logo elas procuraram a prefeitura apresentando a proposta, esta procurou a Eletrosul a fim de oficializarem um contrato de parceria. O contrato foi firmado, dando início às atividades de limpeza e preparação dos terrenos.

“(...) Foi tudo a comunidade junto com alguns funcionários da prefeitura que limpou tudo aqui, abriu valeta... O Edson abria valeta e tudo, o moço bom aquele.... ”.

As hortas mais antigas do bairro Tatuquara estão localizadas nos loteamentos Moradias Paraná e Jardim Santa Cecília. Todos os espaços nesses loteamentos são utilizados para hortas (hortaliças e vegetais), não tendo lavoura (milho, feijão e mandioca).



Figura 7: Trecho da Horta do Jardim Santa Cecília e vista de uma rua que corta duas hortas



Figura 8: Entrada para uma das Hortas do Moradias Paraná.

A horta do loteamento Monteiro Lobato, também no bairro Tatuquara, tem aproximadamente quinze anos de existência. Segundo os cultivadores entrevistados, ela não tem coordenador, tendo apenas um cultivador que vem produzindo no local antes mesmo da entrada da prefeitura, como organizador informal, ou seja, ele que distribui os insumos e que passa os recados da prefeitura quando necessário. Como não tem coordenador, quando há desistência ou morte de algum cultivador, a própria família deste indica outra pessoa para ficar no lugar e assumir o canteiro. Caso a família não indique, esse organizador informal é quem indica, mesmo sem existir uma lista de espera.

Ali, diferente das outras hortas do Tatuquara, os canteiros não são padronizados, ou seja, não possuem os mesmos tamanhos. Outra diferença é que os cultivadores podem mesclar horta e lavoura no mesmo local, além de produzirem frutas e flores. Os canteiros são divididos por calhas, o que é proibido pela prefeitura nas outras hortas. Até a placa é diferente, é mais antiga.



Figura 9: Trecho da Horta do Monteiro Lobato no bairro Tatuquara.

No bairro CIC pude visitar dois espaços que funcionam com dinâmicas totalmente diferentes. As hortas do loteamento Vila Verde são bastante antigas e tiveram início quando alguns moradores chegaram ao bairro e começaram a plantar, ou seja, aproximadamente vinte e cinco anos atrás “(...)*Vim morar aqui, vi esse tantão de terra sem uso e comecei plantar, ué*”.

Muitas pessoas que chegavam aos recentes bairros, em virtude de grandes espaços desocupados, começaram plantar, principalmente feijão e milho, no entanto, faziam isso sem falar ou pedir autorização aos proprietários do terreno. Após um período de plantio, a Copel, proprietária do terreno, foi até o local conversar com as pessoas e permitiu o uso do espaço através de uma autorização feita informalmente, já que não possuem nenhum contrato de sessão de uso. A única exigência da Copel até hoje é que ninguém resida no local, inclusive, segundo os cultivadores, o único trabalho da Copel junto a eles é a fiscalização de moradia.

Depois de alguns anos de produção agrícola existente, a prefeitura se mostrou interessada em apoiar os cultivadores e começou a dar assistência técnica e insumos. “(...)*Foi um tempo bom, pena que pararam*” lembra a coordenadora da horta ao dizer que faz dois anos que a prefeitura não os apoia mais.

Essa horta, assim como a do Monteiro Lobato, não tem padrão na divisão de seus canteiros. Como a Copel não disponibiliza nenhum recurso como faz a Eletrosul, os próprios cultivadores improvisam cercas que em geral são feitas de madeira. Os canteiros são de tamanhos e formatos diferentes e lá, além da horta e lavoura, há árvores frutíferas de porte baixo para não ocorrer riscos com a fiação elétrica. Essa composição que não tem um padrão como nas outras, dá a sensação de realmente estarmos no campo, inclusive vários cultivadores se referem ao espaço como “*meu sítio*”, e não como “*minha horta*”, que é a denominação recorrente nos outros lugares.

A coordenadora dessa horta faz a interlocução com a prefeitura quando necessário, mas lá não tem fila de espera e nem controle se estão cuidando da horta ou não. Se alguém desiste ou abandona seu canteiro, a própria família é quem decide quem vai entrar no lugar, tal como acontece na horta do Monteiro Lobato. A sensação que os cultivadores passam é que aquela terra pertencesse à família deles e nesse caso, caso desistam ou morram, a família resolve o que fazer com ela, como se fosse uma herança.

Conversando com os cultivadores, constatei que alguns vendem seu canteiro, mesmo sabendo que isso é proibido, já que não são proprietários. Eles alegam que não vendem a terra, mas sim o trabalho empregado ali, ou seja, o trabalho de terem preparado a terra e os alimentos já existentes no local.

Nessa horta, a sensação é que os cultivadores ganharam uma autonomia muito maior em relação as outras hortas visitadas, ou seja, aquilo é deles de fato e a prefeitura parece ser mera coadjuvante no processo. Isso pode acontecer pelo fato deles estarem no local muito antes da entrada da prefeitura ou porque, como dito por eles, há dois anos a prefeitura não os apoia mais.



Figura 10: Trecho da Horta do Vila Verde no bairro CIC

No CIC, além da horta do loteamento Vila Verde, pude visitar as hortas do loteamento Vitória Régia que existem a dez anos, sendo esta a maior horta do Programa Lavoura com 145 cultivadores. Lá, a maioria dos canteiros que medem 6 x 20m² são utilizados para produção de hortaliças e vegetais, tendo apenas um espaço com lavoura. Além do coordenador da horta, a associação de bairro se faz presente através de reuniões feitas com os cultivadores e participando de reuniões convocadas pela prefeitura.

Nesse loteamento, pude notar que as casas localizadas no entorno das hortas são de alto ou médio padrão e, quando questionada sobre a renda dessas pessoas, a coordenadora informa que os moradores dessas casas não possuem hortas, sendo os cultivadores moradores de outras vilas mais carentes, que utilizam a horta para complementarem a alimentação. Mas ainda assim, o principal motivo da maioria dos cultivadores é ter na horta a possibilidade de realizar uma atividade física e um lazer.



Figura 11: Trecho da Horta do Vitória Régia no CIC

No Campo de Santana, visitei a horta do loteamento Rio Bonito que também possui canteiros padronizados de 8 x 15m² e lista de espera para casos de abandono ou desistência, Nessa horta é permitido lavoura.

A coordenadora dessa horta é além de coordenadora, a presidente da associação de bairro do Rio Bonito e foi através da associação que ela se motivou a procurar o Programa Lavoura:

“ (...) Eu via esse terreno bonito, sem uso e comecei procurar projetos para plantar alimentos aqui... Pelo armazém da família fiquei sabendo do Programa Lavoura da prefeitura. Fiz contato, demorou um ano e meio, mas eles vieram e já estão com a gente faz dez anos”.

Nessa horta, diferente das outras, a sensação é que não há muita amizade entre os cultivadores, além de terem sido nítidos também, alguns conflitos entre cultivadores e a coordenadora. Um dos principais motivos é em relação ao valor de R\$5,00 cobrados mensalmente para manutenção das hortas.

No Campo de Santana existem alguns lugares de lavoura, praticamente de feijão, que não tem coordenador e tampouco cerca. Esses espaços estão sob a fiação da Copel que, segundo os cultivadores, não sabem ou não querem tomar conhecimento dessas plantações.



Figura 12: Trecho da Horta do Rio Bonito no bairro Campo de Santana

Através dessa apresentação fica claro que algumas hortas começaram muito antes da prefeitura apoiá-las com assistência técnica e entrega de insumos e por isso acredita-se que as dinâmicas se dêem de maneiras diferentes.

Nas conversas realizadas com os coordenadores, pude perceber que o maior problema enfrentado hoje por todas as hortas é a falta de adubo. Há aproximadamente dois anos, a prefeitura não aduba a terra e nem entrega adubos aos cultivadores. Isso acaba comprometendo o perfil das hortas, que na sua criação e durante anos, sempre foi adubada com produto orgânico. Com a prefeitura deixando de entregar adubo orgânico, os cultivadores

acabam ou produzindo seu próprio adubo com cascas de frutas e verduras ou comprando adubo químico, podendo com isso comprometer a qualidade dos alimentos produzidos.

É unânime entre os coordenadores das hortas que o trabalho da prefeitura a partir de 2014 decaiu bastante. Além do atraso na entrega do adubo, a prefeitura, como já dito anteriormente, não faz mais a entrega dos insumos pessoalmente, fazendo com que o vínculo entre ela e a comunidade seja perdido, aspecto bastante destacado pelos coordenadores.

Nos anexos seguem os mapas dos bairros estudados com destaque para as áreas onde estão localizadas as hortas.

4.2.2 – Os coordenadores

Nesse tópico serão abordados alguns aspectos das entrevistas realizadas com os coordenadores que merecem destaque ou algum tipo de análise.

Como já apresentado anteriormente, o trabalho do coordenador consiste em fazer o cadastro das pessoas interessadas em ter uma horta, organizar a lista de espera, dar recados da prefeitura, verificar o cuidado do cultivador com sua horta e entregar os insumos. Dificilmente convocam reuniões com os cultivadores; os recados quando necessários são colocados no portão da horta ou ditos pessoalmente conforme encontram as pessoas na horta. As reuniões são convocadas somente em algumas ocasiões, como, por exemplo, quando a prefeitura irá comparecer ou quando alguém irá visitar, como foi o caso da minha primeira ida a campo.



Figura 13: Entrevista coletiva realizada em janeiro de 2014 na horta Santa Rita IV.

Geralmente esses coordenadores são eleitos por votação, porém alguns são indicados informalmente. Há casos em que mesmo a pessoa não se indicando, os cultivadores votam nela, que por sua vez acaba aceitando ser coordenador.

Os coordenadores usam critérios diferentes entre si para entregar uma horta a alguém. Alguns respeitam a fila do cadastro, outros usam como critério a renda familiar, outros dão preferência para casos em que há indicação médica e outros ainda quando sabem que a pessoa vai cuidar corretamente da horta e não irá abandoná-la.

Muito embora os cultivadores aleguem existir conflitos com os coordenadores, alguns deles negam, dizendo que o clima em suas hortas é bastante tranquilo. No entanto, alguns deles reconhecem os conflitos, alegando saber *lidar* com eles.

“Tem muita gente que enche o saco quando eu chamo a atenção, reclamam, fazem cara feia.... Tem que entrar por aqui e sair por aqui, ó”.

“É difícil porque ninguém gosta quando alguém chama a atenção, mais daí você vai com jeitinho, pede com jeitinho, conversa, explica certinho, dá prazos...”.

“Eles têm que fazer o que eu tô falando, senão tiro a horta deles...Quem manda aqui sou eu (risos)”.

Segundo os coordenadores, muitos cultivadores não reconhecem o seu trabalho e acham inclusive que eles recebem da prefeitura:

“Eu fecho os olhos para muita coisa aqui, se fosse fazer tudo que a prefeitura quer....Vixe.... A gente trabalha mais e nem é valorizado, tem gente que acha que eu recebo da prefeitura”.

Alguns cultivadores reclamam que os coordenadores tinham que ser mais presentes. Os coordenadores por sua vez, respondem que nem sempre é possível ir todo dia ou permanecer muitas horas nas hortas, já que o trabalho é voluntário e eles possuem outras atividades.

“É difícil ser coordenadora, as pessoas acham que eu tenho que ficar na horta o dia inteiro, que não tenho mais nada para fazer na vida”.

Pude notar que um dos motivos frequentes das desavenças entre os cultivadores e a coordenação se dá em função do valor mensal cobrado para manutenção das hortas, como já foi citado. Muito embora alguns cultivadores considerem a cobrança devida e necessária, outros a consideram indevida, já que trata-se de um projeto social. Alguns acreditam que parte do dinheiro fique com os coordenadores, que são as pessoas responsáveis por arrecadar e gerenciar esse recurso, muito embora alguns coordenadores aleguem que muitas vezes o dinheiro arrecadado não cobre todas as despesas, o que faz com que eles em alguns casos coloquem seu próprio dinheiro.

“Quando alguém não pode pagar os R\$ 2,00, a diferença que falta eu cubro.... Tem gente muito pobre aqui.... E nossa horta doa muito também, doa para escola, por exemplo, e para os vizinhos também”

Dúvidas referentes ao valor da conta de água e a finalidade do que sobra do dinheiro são frequentes entre os cultivadores:

“Logo vai quebrar essa bomba também e eu quero ver se ela vai arrumar. Até a placa que colocamos na frente tivemos que pagar por fora. Ela diz que o dinheiro é para manter a associação, mas eu acho errado tirar de um projeto para colocar em outro. Quando ela aumentou para R\$5,00 reais fizemos uma carta questionando porque R\$5,00 ...Várias pessoas assinaram. Daí ela veio, me chamou para conversar, prometeu que iria continuar sendo R\$2,00, mais três meses

depois aumentou para R\$5,00.... As pessoas aqui já falaram para eu pegar a coordenação, mas eu não quero”.

Quando questionados do por que não chamarem outra eleição, a maioria que reclama diz não querer ser coordenador.

Embora a coordenação dê trabalho, todos os coordenadores dizem gostar de suas tarefas de coordenador. Isso é claramente percebido ao acompanhar o trabalho da maioria deles. Durante os dias que passei com uma das coordenadoras pude observar como é importante para ela ser coordenadora da horta, como isso faz parte do seu dia a dia, como ela estrutura sua rotina em função disso e como essa tarefa lhe dá empoderamento.

A coordenadora conta que o marido não gosta muito da sua função, porque ela acaba se preocupando muito com as coisas da horta, “*Mas daí ele vê que não adianta me proibir e acaba até ajudando*”.



Figura 14: Entrega de insumos na casa de uma coordenadora

Essa coordenadora divide suas tarefas diárias entre o trabalho de limpeza da casa, o almoço que prepara para os filhos e o marido, o cuidado com os netos, a venda de lingerie, as campanhas partidárias (ela é filiada a um partido político e faz campanha em épocas de eleição), os trabalhos na igreja e a coordenação da horta.

Muitos dos coordenadores estão nos bairros há muito tempo, desde o início dos loteamentos:

“Eu moro aqui há dezenove anos, quando ainda era um loteamento da COHAB, daí eles vendiam o terreno e a gente construía. Antes do loteamento era tudo roça”.

“Aqui antes de ser loteado pela COHAB tinha plantação de batata, depois criação de búfalo. Daí a COHAB veio para lotear e tirou tudo. Só o jardim da Ordem era invasão, o resto foi loteado em 1994 mais ou menos”.

Tendo como referência a fala dos coordenadores e também dos cultivadores, é fato constatar que essa região era até vinte anos atrás o cinturão verde de Curitiba.

Os coordenadores consideram as hortas um projeto interessante tanto para a prefeitura como para a Eletrosul e Copel, pois segundo eles, se esses espaços não fossem hortas, seriam lixões.

4.2.3 – *Os vizinhos*

Durante os dias que passei nos bairros, pude conversar com alguns moradores que não tem hortas; com os donos de alguns supermercados locais e com dois CRAS. O objetivo era entender como as hortas eram vistas por essas pessoas e se interferiam de alguma maneira em suas vidas.

Todos os moradores com quem conversei foram incisivos em dizer que gostam das hortas, pois elas, além de serem bonitas e deixarem o bairro com uma boa aparência, garantem segurança e produzem alimentos. Eles enfatizaram bastante a questão de ganharem alimentos dos cultivadores. Alguns consideram os canteiros grandes, dizendo que poderiam ser divididos para atender mais pessoas, já que muitos moradores gostariam de ter uma horta também.

Quanto aos supermercados locais, esses possuem opiniões distintas sobre as hortas, alguns dizendo que elas interferem no faturamento mensal do estabelecimento, que tem seu rendimento diminuído em função das hortas. Eles alegam que além dos cultivadores terem deixado de comprar vegetais no supermercado, outros moradores do bairro que ganham os alimentos também deixaram de consumir no supermercado. Afirmaram também que o fato de alguns cultivadores venderem para restaurantes locais também interferiu nas vendas do estabelecimento. *“Para mim, para o meu negócio, foi péssimo isso aí”* (supermercado Fran). Outros já dizem que não houve prejuízos com o faturamento, pois hortaliças e vegetais não era o produto chefe do estabelecimento e que inclusive gostam das hortas, *“Eu até gosto das hortas, eu ganho coisas e adoro porque não tem veneno”* (supermercado Laguna).

Quando questionados se eles compram dos cultivadores, os mesmos dizem que não. O motivo para todos é o mesmo: o preço. Para eles, o preço solicitado pelos cultivadores é alto se comparado ao preço que eles pagam no CEASA e, sendo assim, para o estabelecimento não é um bom negócio, já que a população não valoriza o alimento orgânico, mas sim o preço baixo.

“Pela quantidade que eles produzem, eles poderiam vender tudo para os mercados do bairro.... O problema é o preço... O povo compra pela aparência e pelo preço, não valoriza se é orgânico.... eu compro da horta para o meu consumo, pois sei que é natural” (Sacolão Bremas).

Além dos supermercados, tive a oportunidade de conversar com as funcionárias de dois CRAS, um localizado no loteamento Moradias Paraná no bairro Tatuquara e outro no loteamento Vitória Régia, no bairro CIC.

Ao questionar se o CRAS do Moradias Paraná conhecia ou encaminhava famílias integrantes do Programa Bolsa Família para as hortas, a funcionária explica que o único procedimento é perguntar se as pessoas participam das hortas na ficha do CAD Único. Com essa informação, pedi para verificar a ficha a qual ela se referia e pude constatar que, na realidade isso não tem relação com as hortas especificamente de Curitiba e sim com o questionário referente à participação nos programas do MDS, sendo o de Agricultura Urbana um deles. No CRAS do Vitória Régia, a funcionária diz conhecer as hortas, mas afirma que o CRAS não faz nenhum tipo de intervenção com as mesmas e nem mesmo encaminha pessoas

para as hortas. Os centros de saúde dos bairros também não fazem uso das hortas e não encaminham pacientes, que poderiam ter quadros de saúde melhorados com sua inserção no Programa. Isso mostrou não haver intersetorialidade como destacado pela prefeitura, ao menos não em nível local, com os equipamentos públicos vizinhos as hortas.

4.2.4 – As associações de bairro

Durante os dias em que estive nos bairros, pude conversar com representantes de três associações de bairros (Moradias Paraná, Vitoria Régia e Rio Bonito)

A Associação do loteamento Moradias Paraná participa das hortas apenas no papel (contrato) e o motivo da não participação, segundo a presidente da associação é a negação da coordenadora de uma das hortas ao trabalho da associação. No entanto, segundo ela, os cultivadores não têm coragem de chamar outra eleição, pois a coordenadora é também funcionária da prefeitura e referência no bairro. Com isso é nítido perceber que os conflitos não se dão apenas entre cultivadores e coordenadores, mas se estende para outras frentes, como associação e coordenadores.

Já a Associação dos moradores do Vitoria Régia – (AMOVIR) participa das hortas fazendo o cadastro dos interessados, participando de reuniões com a prefeitura e Eletrosul e chamando os cultivadores para que estes participem de assembleias da associação. O presidente da Associação diz que as hortas do Vitoria Régia existem há mais de quatorze anos, que os moradores já plantavam muito antes de ter um projeto da prefeitura. Diz, inclusive, que a prefeitura se interessou em implantar hortas ao ver ali que dava certo. Quanto a Eletrosul, ele conta que a empresa está sem nenhum funcionário para o acompanhamento das hortas, tendo tido quatro pessoas apenas no ano de 2014, mas que não permaneceram.

Segundo alguns cultivadores, o valor de R\$ 10,00 cobrado pela AMOVIR é excessivo, já que não identificam investimento nas hortas. “(...) *Agora por exemplo, estamos sem adubo, já que pagamos R\$10,00 por mês porque a associação não compra o adubo para gente?*”.

A Associação explica que os R\$10,00 reais são usados para custear as despesas da Associação (telefone, material de limpeza, faxina, luz e internet), sendo esta sua única fonte de renda. Além das despesas fixas, o dinheiro arrecadado dos cultivadores é usado para apoiar algumas ações promovidas pela Associação como assistência jurídica aos moradores, atendimento odontológico e até velório.

A representante da Associação do Rio Bonito, que também é coordenadora da horta, diz que através dela a associação se faz presente nos trabalhos da horta e que o valor cobrado mensalmente é utilizado para reparos na horta e para custear algumas atividades da associação.

Sobre o trabalho da equipe do Programa Lavoura, ambas as associações reclamaram, dizendo que os técnicos da prefeitura, além de não entregarem mais o adubo, estão muito ausentes das hortas.

4.2.5 – Os cultivadores

As entrevistas realizadas com os cultivadores não foram fechadas, mesmo seguindo um roteiro de quatorze perguntas (vide anexo). A sistematização a seguir tem como base algumas perguntas deste roteiro que dialogam de certa forma com os temas tratados no capítulo três ou que trazem questões interessantes de análise.

Grande parte dos cultivadores está com as hortas a mais de três anos, dependendo de quanto tempo de existência tem a horta que eles participam. A maioria dos que plantam na horta Santa Rita IV, a mais recente, está desde a sua implantação em 2011. Os cultivadores das hortas antigas, que existem a mais de dez anos, variam entre três e sete anos plantando. Mas há pessoas que estão plantando há mais de vinte anos, muito antes da prefeitura iniciar o Programa.

Sobre o motivo que os levaram a querer a horta¹⁴, o que prevalece é o apego à terra e a prática de plantar seu alimento. Quarenta e sete pessoas apontaram esse motivo em suas respostas, ou seja, metade dos cultivadores entrevistados. A seguir apresento algumas das respostas:

“Eu quis a horta porque gosto de mexer com a terra, as plantas acalmam a gente”.

“Eu quis a horta porque acho bom plantar... Mais agora como estou com problema no coração e meu marido está desempregado é ele que cuida, mais eu ainda venho, nem que seja só para ficar olhando”.

“Eu morava na roça e sempre quis ter uma horta na cidade, só não tinha espaço, quando vi isso aqui, quis na hora”.

“Eu quis porque está no sangue... Quem trabalhou com roça quer plantar”.

Nessas falas fica clara a relação que eles ainda mantêm com o campo, com suas origens e com a atividade da agricultura. Essa relação decorre porque a maioria deles veio do campo, sobretudo do norte do Paraná. Entretanto, a relação com a terra não se dá apenas com originados do campo, há casos de pessoas mais jovens que nunca haviam plantado, que aprenderam a criar essa aproximação nas hortas, e ainda assim destacam como principal motivo a relação com a terra.

“Eu sempre quis plantar, queria morar num sitio... então quando vi isso aqui, eu quis. Gosto de mexer com a terra, aqui tem verdura, tem milho... Minha horta é linda e eu já estou comendo o feijão que plantei”.

Aqui fica nítido que não são apenas pessoas que vieram do campo que plantam e, portanto, a AU se mostra como experiência urbana e não apenas como uma atividade de resgate ao passado.

O segundo ponto mais destacado pelos cultivadores em relação ao motivo que os fazem querer as hortas é ter mais alimentos em casa. Alguns citam apenas isso, ou seja, ter mais alimento (acesso) e com isso economizar com as compras em supermercados (vinte e três cultivadores), outros destacam a questão do alimento saudável, dando muita ênfase ao fato de serem orgânicos (dezessete cultivadores). A seguir as falas que elucidam essa questão:

“Eu me interessei em ter a horta para ter economia com gastos na alimentação”.

“Eu quis a horta porque preciso para ter mais o que comer”.

“Eu quis para ter mais alimentos. É muita gente na minha família, treze na mesma casa”.

¹⁴ Alguns cultivadores citaram mais de um motivo, já que não foi aplicado um questionário com múltipla escolha e sim um roteiro de perguntas abertas.

“Eu me interessei por causa da verdura ser melhor, essa aqui é sem veneno. O gosto é tão diferente minha filha...Fora que no mercado não tem muita variedade”.

“Eu gosto de comer esse tal de sem veneno. Essa é minha principal razão. Em casa tem pomar, todo espaço é aproveitado lá para plantar. Planto frutas e crio galinha em casa e olha que eu nasci na cidade, em São Paulo”.

“Para mim foi por causa das verduras, pelo preço no mercado. E no mercado não é a mesma qualidade. Eu gastava muito com verduras e vegetais porque meu menino de quatro anos tem uma doença chamada finilcetonúria, onde a base da alimentação tem que ser de frutas, verduras e vegetais e por isso eu gastava mais de R\$150,00 por mês. A doença dele não tem cura, mais com certeza ter tudo fresquinho aqui à mão é bem melhor para ele. É legal que ele mesmo vai lá e escolhe o que ele quer comer, incentiva sabe.... Os sobrinhos também gostam de vir, as vezes até ajudam a carpir, eles adoram”.

Nas falas destacadas, podemos notar que a questão do acesso é muito presente e, portanto, o autoconsumo como ferramenta de abastecimento se faz muito importante. Esse fator é marcante principalmente para os cultivadores mais novos, que ao contrário dos mais idosos não possuem uma forte relação com a terra, prevalecendo para eles a questão do acesso. A produção da horta abastece a casa do próprio cultivador e também de seus filhos e vizinhos, através das doações. Em média, a horta de um cultivador gera alimentos para dez, até doze pessoas.

Outro ponto bastante destacado é o fato dos produtos serem orgânicos, ou seja, não há nenhum tipo de insumo químico na produção. Podemos observar nos relatos que o discurso do alimento orgânico está muito presente, talvez por ter sido colocado como tema forte pela prefeitura, resultando em sua apropriação por parte dos cultivadores.

O terceiro ponto mais destacado pelos cultivadores sobre os motivos que os levam a querer a horta é ter uma atividade. Esta pode ter caráter físico, já que muitos alegam não quererem estagnação doméstica, e também ter caráter emocional já que muitos dizem que ter essa atividade os relaxa e acalma, não raro sendo utilizada a palavra “terapia”. Outros ainda vêem essa atividade como uma opção de lazer, ou seja, a horta como um espaço onde podem fazer amigos e conversar. Dessa forma, pode-se destacar que, sendo a maioria dos cultivadores aposentados, os trabalhos na horta os fazem, por fim, se sentir “úteis”. Abaixo algumas das respostas que eu destaco para elucidar essa questão:

“Quis a horta para ter alguma coisa para fazer, isso é uma terapia para mim”.

“Eu quis porque gosto de plantar e para não ficar parado, não gosto de ficar parado, trabalho desde criança”.

“Para mim o principal motivo foi para o stress, a horta descansa a mente e também para bater papo, fazer amizade”.

“Eu quis para ter alguma coisa para fazer, isso é terapia para minha cabeça, venho aqui para não matar meu marido”.

“Porque a maioria aqui é de idade, então a gente vem aqui papear. Ah, pelo alimento fresco também, claro”.

O quarto motivo mais citado pelos cultivadores, sobre o porquê deles quererem as hortas, é a questão da saúde. Alguns, inclusive, mencionam que, com o trabalho nas hortas e com a ingestão de mais verduras, os medicamentos foram diminuídos. Abaixo algumas das respostas que eu destaco para elucidar essa questão:

“Me interessei porque é construtivo, é muito bom para minha mulher que faz tratamento psiquiátrico”.

“Eu quis porque tenho problema de saúde e quero viver mais. Isso é terapia, faço exercício vindo aqui. Eu tenho mal de Parkinson e me exercitando, melhora”.

“Eu trabalhava, daí fiquei doente e a Ivonete que ajudou abrir tudo aqui, me chamou para ajudar ela até eu conseguir um espaçinho para mim. Eu estava com depressão e a horta até diminuiu minha medicação”.

“Depois que comecei comer essas verduras aqui, curei até do câncer. É verdade!”.

Outra pergunta do roteiro que pode ser associada à questão da saúde era: “você mudou seus hábitos alimentares depois da horta?” Muito embora alguns cultivadores tenham respondido que não, pois sempre comeram muita verdura, alguns deles, reconheceram que agora a alimentação estava melhor pelo fato de estarem ingerindo produtos orgânicos ou por estarem fazendo uma dieta mais diversificada.

“Minha alimentação não mudou muito não, eu já comia muita verdura, sempre gostei. Se não tiver carne nem ligo. Mas agora passei a comer mais espécies e é tudo sem veneno”.

“Não mudou não, sempre comi muita verdura, só que agora está mais acessível e tem mais variedades. Tem verdura aqui que a gente nem acha no mercado. Lá só tem alface, repolho. Aqui tem almeirão, escarola, abobrinha, até moranguinho plantamos”.

Outro ponto importante diz respeito aos hábitos de alguns que, embora não tenha mudado, reconhecem que para os familiares mudaram, inclusive para as crianças:

“A minha alimentação continua a mesma, mas para o resto da família mudou sim. Eles comiam pouca verdura e, quando comiam, era só alface, agora tem opções”.

“O meu mudou um pouco porque é sem veneno e para as crianças isso é um incentivo para elas comerem mais”.

“Mudou principalmente para as crianças que não comiam um monte de coisa, eu comprava só o básico mesmo”.

No entanto, a grande maioria respondeu que a horta mudou seus hábitos alimentares, interferindo inclusive na melhoria da saúde. Abaixo algumas respostas que elucidam isso:

“Mudou muito, para meu marido que era ressecado, melhorou muito, minha pressão ficou mais regulada, tomava dois comprimidos para pressão alta e agora tomo só um. Como muito mais verdura depois da horta porque o gosto é diferente”.

“Sim mudou e o intestino melhorou muito, acho que é porque não tem veneno”.

“Mudou sim, agora como orgânico e minha pressão controlou”.

Outro ponto de destaque é que a inclusão das verduras na dieta, fez com que deixassem ou diminuíssem o consumo de carne, ou ainda como agora o consumo de verduras se dá em grande quantidade, eles passaram a considerá-las como comida o que não faziam antes, quando era restrito a uma ou duas espécies.

“Sim, muito bastante. Agora como muito mais verdura, às vezes nem como comida, só verdura. Escarola mesmo, eu como uma bacia. Agora é almoço e jantar salada, e antes eu comia bem pouca. Agora faço salada americana, misturo tudo, todas as folhas”.

“Como mais e também estudo sobre os alimentos. Tem alguns que eu não comia e agora que eu sei que faz bem e para o que ele é bom, eu como”.

“Sim mudou, não consigo mais comer sem verdura. Nem faço mais questão da carne. Antes era só alface e por isso tinha que ter carne”

“Muito. Antes não comia verdura, não gostava, o sabor era outro. Depois da horta, até fruta que não tem aqui eu passei a comer mais”.

“Muito, como muito mais salada, antes comia só alface. Agora faço bolo de cenoura, lasanha de abobrinha, suco de couve”.

Uma das perguntas do roteiro era: “você gosta de trabalhar na horta? por quê?”. Aqui, a grande maioria dos cultivadores citaram novamente a palavra “terapia”:

“Gosto sim, é uma terapia e a gente come melhor. Para mim nem é tanto pela economia é mais pela distração mesmo”.

“ah, é uma terapia para mim, se estou nervosa vou para a horta e converso com os amigos, dou risada, lá você sente uma paz, sabe?”

“Gosto porque é fisioterapia e terapia também...Entretém a gente. Eu não vejo a hora de dar cinco horas para eu ir na horta. Se meus filhos vão em casa e eu não estou lá, eles já sabem que eu estou na horta”.

Outra questão importante de apontar, é que, muito embora alguns tenham se interessado em ter a horta por indicação médica, quando questionado se gostam da atividade, eles afirmam que sim e complementam com algo mais, como ter acesso ao alimento, por exemplo.

“Agora acostumei e gosto de vir, ver o alimento crescer. É lindo”.

“Me distrai e ainda como verdura fresquinha”

“Gosto de tudo. Ajudei abrir valeta e tudo. Gosto de ajudar, me sentir parte, eu me envolvo mesmo e assim me sinto dona de fato. Eu estou sempre envolvida, ajudo a coordenadora no que precisa. É comunitária, né!! então acho que todos devem cuidar e ajudar também, não ficar só na mão dela. Eu doo bastante para a creche as mudas que sobram. Antes eu dava as verduras, agora dou as mudas para que eles mesmos plantem com os alunos, porque tem espaço na escola para isso”.

Como última questão do roteiro foi perguntando aos cultivadores se a horta havia mudado algo em suas vidas para além do que já haviam dito. As respostas mais marcantes foram:

“Mudou toda a minha vida. Se eu tivesse parado estava morto já. Eu vivia doente e hoje não tenho dor, não tomo remédio e até ando de bicicleta”.

“Melhorou muito minha saúde com certeza, antes eu comia alface e arrotava veneno”.

“É bom para depressão. Às vezes tem mato e meus sobrinhos e marido querem carpir e não deixo, eu falo assim: “deixa que a horta eu cuido, me faz bem”. Eu tomo medicamento e depois da horta diminuiu a dose. Mexer na terra faz bem, as vezes eu vou lá, choro, choro, choro e saio de lá calma, aliviada. Dá mais ânimo para a gente. Eu tomava medicação para dormir e medicação para ficar acordada, quatro remédios diferentes por dia, já tirei três depois da horta. Ela me ajuda mesmo. Agora também tenho mais contato com os vizinhos, fiz bastante amizade”.

“Agora parece que tenho mais ânimo e saúde. Ainda mais depois da operação do útero, muita gente me ajudou, fiz muita amizade. O povo aqui é muito unido, é bonito, sabe.... A família também fica orgulhosa da gente em ver a horta tão bonita. Eu estou até famosa no tal do face...Tem foto minha lá com meus repolhos”.

“Estou mais calmo, mais tranquilo. Sempre fui muito fechado e agora estou aprendendo a me comunicar mais”.

Ao analisar essas respostas, fica claro as várias potencialidades da AU e seus múltiplos sentidos, já que a horta tem diferentes significados e propósitos para cada cultivador.

Além das questões tratadas até aqui e que dialogam com o referencial teórico trabalhado no capítulo três, outras questões trazidas pelos cultivadores durante nossas conversas merecem destaque. Uma delas é sobre as vendas e doações que eles fazem dos alimentos.

A grande maioria dos cultivadores não vende os alimentos que produzem e, entre aqueles que vendem, o fazem geralmente no portão da horta quando aparece interessado “*se alguém aparece querendo comprar eu vendo, mas nem preço eu coloco, aceito o que derem*”. Entre eles parece existir algo contrário à venda, pois todas as vezes que eu perguntava sobre venda, eles mudavam a expressão do rosto e eram incisivos em dizer que não vendiam, enaltecedo a doação “*Não vendo nada, nunca, só dô*” e entre os que vendem parece existir um sentimento de culpa “*ah...eu vendo sim, mas só um pouquinho*”. Muitos dizem não vender porque os comerciantes querem os mesmos preços praticados pelo CEASA e, por ser um valor tão baixo, preferem a doação.

O fato dos cultivadores não venderem os alimentos é curioso se pensarmos nos dias atuais, onde a sociedade de consumo “que tudo vende e tudo compra” pode ter ainda outras formas de relação. Nas hortas e entre os cultivadores, prevalece a doação e a troca, e esse sistema de doações não acontece só de dentro para fora da horta, mas de dentro para dentro também. Eles trocam alimentos e trabalhos entre eles, em uma relação de reciprocidade que nos remete a situações distantes e tão bem tratadas como em *Os parceiros do Rio Bonito* de Antonio Cândido, publicado em 1979, e também a experiência das comunidades na Polinésia relatadas por Marcel Mauss em *Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado em 1925.

Observando essa prática entre eles, retoma-se um trecho de Simmel (1902) destacado por Coutinho (2010): “(...)*o dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto*”. Mas pode-se dizer que nem toda troca está pautada na economia do dinheiro.

Há certamente uma tendência à mercantilização das trocas, baseada no egoísmo econômico, referenciadas por Simmel. No entanto, tal tendência não fez desaparecer outras formas de trocas econômicas que não monetária, mas de serventia e confiança que no espaço estudado estimula a refletir sobre novos valores econômicos, sociais, ambientais e políticos a partir da prática da AU.

CONCLUINDO

Como dito anteriormente, as ações de AU promovidas pelo poder público, se iniciaram na cidade de Curitiba-PR na implantação da SMAB, em 1986, quando setores de abastecimento alimentar começaram a ser pensados em Estados e Municípios brasileiros.

Em sua criação, o Programa Lavoura foi pensando como uma estratégia de abastecimento alimentar na cidade, através da produção para o autoconsumo e da venda do excedente. Mesmo que hoje a SMAB não enxergue dessa maneira prioritariamente, é fato que a produção alcançada com as hortas é significativa para o abastecimento das pessoas ali envolvidas, assim como de seus familiares e vizinhos, mesmo que esta produção, que já alcançou números muitos maiores, tenha diminuído em virtude da expansão da cidade e da especulação imobiliária.

Um fator importante é a existência do FAAC, que garante as ações do Programa Lavoura, assim como de alguns outros programas da SMAB. Com isso o Programa ganha autonomia, não dependendo da liberação de orçamento anual.

Retomando os objetivos do Programa destacados na página 95 e com base nas entrevistas realizadas e documentos levantados, pode-se concluir que:

- *Facilitar o acesso ao alimento e reduzir custos com alimentação* – O Programa de fato consegue promover o acesso aos alimentos para os moradores dos bairros, seja através do autoconsumo, das doações ou das vendas locais através de circuito curto de produção-consumo. Além disso, conforme destacado pelos cultivadores, os custos com alimentação teve uma redução significativa, decorrência da venda dos produtos ou da economia gerada produzindo parte dos seus alimentos;
- *Promover a educação alimentar através do consumo de hortaliças e frutas sem uso de agrotóxicos* - Através das hortas, o consumo de hortaliças e vegetais aumentou em relação à diversidade e os cultivadores passaram a dar mais importância para alimentos sem agrotóxicos, deixando esse elemento bastante evidente em suas falas;
- *Servir como atividade física e terapêutica* - Os cultivadores, além de praticarem atividade física na horta, fortalecem os laços de amizade e o convívio social. A atividade é considerada por muitos cultivadores como uma ação terapêutica, alegando inclusive melhora em casos de depressão e ansiedade;
- *Servir como ferramenta pedagógica nas unidades educacionais* - Muito embora a Unidade de AU da prefeitura, afirme realizar atividades educacionais nas hortas, durante as semanas que estive nos bairros, nenhuma atividade educacional aconteceu;
- *Gerar renda com a comercialização da produção* - Mesmo que em uma pequena escala e não sendo o objetivo principal, a venda do excedente gera renda aos cultivadores;
- *Conscientizar as pessoas para a preservação ambiental das áreas urbanas com recuperação de áreas degradadas* - Os vizinhos e moradores do bairro, valorizam muito a produção de alimentos nesses espaços que eram em sua maioria depósito de lixo;
- *Proteção ambiental com a redução da impermeabilização do solo urbano* - A impermeabilização do solo acontece quando ele é usado para produção agrícola;
- *Estimular ações comunitárias e de inclusão social* - O convívio nas hortas é uma ação comunitária e de inclusão social, fortalecendo laços de amizade e de família;
- *Resgate da cultura rural no espaço urbano, aproveitando a experiência agrícola dos moradores locais* - Muitos dos cultivadores eram antigos moradores do campo, com um modo de vida rural que se adaptou ao modo de vida urbano, inclusive adaptando seus conhecimentos agrícolas. Com o Programa a dicotomia campo-cidade fica cada vez menos marcante nos espaços da cidade.

Com base nesses objetivos e nas entrevistas realizadas com os gestores e com os cultivadores fica claro que o Programa mostra forte potencial para a intersetorialidade no plano da gestão local, no entanto, nenhuma ação específica intersetorial foi destacada ou observada durante a pesquisa de campo.

Outro ponto a ser destacado é o fato da prefeitura não fazer mais a entrega dos insumos (sementes e mudas) pessoalmente, resultando no afastamento entre poder público e cultivadores, o que é avaliado como algo ruim pelos últimos. Além dos insumos, os

cultivadores avaliam como ruim o atraso na entrega dos adubos, o que segundo eles, pode resultar no uso de adubos químicos, comprometendo com isso a qualidade dos alimentos produzidos.

Em um diálogo com os temas tratados no segundo e no terceiro capítulo e com base nas entrevistas realizadas com os cultivadores, pode-se dizer que o acesso à alimentação inclui diferentes tipos de recursos, que não são apenas monetários. A AU, aliada, a outros programas de SAN, é também uma ação que favorece o acesso através do autoconsumo.

Destacando os argumentos de Zimmerman (2006), após a pesquisa de campo, pode-se afirmar que o autoconsumo é parte importante do abastecimento local, onde os cultivadores são ao mesmo tempo o consumidor, o produtor, e também fonte de abastecimento local através da venda e das doações realizadas.

Além disso, a pesquisa mostrou que a AU praticada nesses bairros, é possível de ser enquadrada como um circuito curto de produção-consumo, onde os alimentos muitas vezes nem saem do local de produção para ser comercializado. Também podemos considerá-la uma *civic agriculture* já que trata-se de um sistema alimentar alternativo (mesmo que em uma escala micro), centrado em diferentes práticas agrícolas, no estabelecimento de laços comunitários e que (re)conecta o lugar às pessoas, podendo inclusive ser considerada um projeto de resistência ao sistema dominante.

Isso é muito importante visto que a demanda por certo tipo de alimento esta cada vez mais pautada pela mídia, influenciando inclusive os rumos da produção e do abastecimento (mesmos produtos, comercializados nas mesmas redes de distribuição). A AU caminha em outra lógica, já que nela são produzidos alimentos diversos, que são comercializados localmente ou distribuídos em pequenos estabelecimentos.

Em relação a SAN e saúde, um dos elementos importantes diz respeito à regularidade, mas não a qualquer alimento. A AU que vem sendo praticada em Curitiba se mostra uma ação que garante além da regularidade (de pelo menos parte dos alimentos) a qualidade, pois em sua produção não são utilizados nenhum tipo de fertilizante ou adubo químico.

Além disso, os alimentos são consumidos localmente, não passando por um caminho longo de distribuição, o que compromete sua qualidade. Além de que, estamos tratando de uma diversidade que antes da implantação das hortas não era consumida pelos cultivadores, seus familiares e vizinhos. Como mencionado, são dezoito espécies diferentes que são produzidas e consumidas por essas pessoas, sendo que muitas delas nem eram conhecidas anteriormente pelos cultivadores. Essa diversidade de alimentos resulta na mudança dos hábitos alimentares (consumo diversificado de hortaliças e vegetais, diminuição da ingestão de carnes e a inclusão de frutas na dieta), como foi destacado por vários cultivadores durante as entrevistas, comprovando com isso os dados da FAO de que as pessoas que se dedicam a AU ingerem maiores quantidades de alimentos através de uma dieta mais diversificada.

Com toda essa mudança na alimentação, aliado a outros aspectos da saúde mental ou emocional (convívio, resgate as tradições, aproximação da família e vizinhos), entendendo o alimento para além da sua dimensão biológica, nota-se com as entrevistas uma significativa melhora da saúde.

Os hábitos alimentares mudam no decorrer dos anos, muitas vezes influenciado pela mídia, que por sua vez é conduzida pelas grandes indústrias alimentícias. Hoje, o consumo de alimentos industrializados e pré-processados é muito grande, o que resulta em prejuízos à saúde. Por isso, ações como esta que vem ocorrendo em Curitiba, que trabalham em outra lógica de abastecimento e consumo, só pode resultar em benefícios para a população, pois insere em sua alimentação produtos frescos e de qualidade, influenciando em seus antigos hábitos alimentares. Além disso, essas ações aproximam a pessoa do alimento, seja pela própria produção ou pela compra direta nos locais de produção ou próximas dele, fazendo com que esse tipo de ação seja interessante para qualquer cidade.

Em relação ao planejamento urbano, como vimos no capítulo três, a fase industrial foi ultrapassada por um período de crescimento econômico que veio a ditar a expansão do setor terciário e o enfraquecimento do ramo industrial, transferindo as indústrias que antes localizavam-se em regiões centrais para a periferia que em muitos casos ainda eram zonas rurais. Foi assim que aconteceu em Curitiba, mais especificamente com os bairros onde se localizam as hortas.

Mesmo com esses bairros recebendo as indústrias e estas ocupando as terras onde antes eram produzidos alimentos, os novos moradores, ao chegarem a algumas partes desses bairros e vendo muita terra desocupada, começaram a plantar alimentos, em uma ação de combate a violência, de resgate às tradições, de acesso a alimentos de qualidade; devolvendo a terra seu uso social e exercendo o direito a cidade.

Pode-se dizer que essa ocupação das terras para produção de alimentos se caracterize como destacado por Ortner (2007) e Bhabha (2001), como uma brecha no sistema dominante e assim, os cultivadores enquanto agentes tornaram viável um projeto de resistência, mudando o cenário e a vida de muitos cidadãos que ali viviam ou vivem.

Outro ponto interessante é que esse espaço nos bairros onde é praticada a AU, contém o rural e o urbano simultaneamente, tornando-se espaços urbano-rurais e contribuindo para a ideia de que a agricultura pode e deve ser realizada em qualquer espaço, ou seja, na cidade ou no campo.

A pesquisa comprovou também que não apenas a cidade que influencia o campo, mas o inverso também acontece. Muitos cultivadores trouxeram hábitos e práticas do campo para a cidade, incluindo a produção de alimentos. Mas importante destacar que não são apenas ex-agricultores rurais que plantam em Curitiba, já que muitos dos cultivadores nasceram na cidade e nunca haviam plantado antes de terem suas hortas no Programa.

Em relação ao fato da maioria dos cultivadores não venderem sua produção, retomo o argumento destacado no capítulo três que diz que a pessoa que produz para o autoconsumo identifica-se com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentando sentimentos subjetivos de apego a terra, de liberdade e de autonomia. Aqui é observada uma diferença, uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, à medida que produzem visando atingir necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital, levando ao equilíbrio entre produção e consumo.

Observar o lugar de produção e conversar com os cultivadores, tal como foi feito, permitiu concluir que essa é uma proposta que criou condições favoráveis ao envolvimento da vizinhança. Esta se apropriou do espaço de tal forma que não ouve mais incidência de vandalismo após a implantação das hortas. As pessoas melhoraram sua dieta alimentar (em quantidade, diversidade e qualidade) devido ao autoconsumo, compra direta ou recebendo doações. Os cultivadores melhoraram suas relações e amizades, puderam ter a alegria de fazer algo que eles abandonaram no passado, resgatando memórias e sentimentos. Para os que nunca haviam plantado, tiveram a oportunidade de praticar algo novo, mas cheio de novos significados em suas vidas.

Segundo observações realizadas no campo e entrevistas realizadas com os cultivadores, é notável constatar que o Programa possui várias potencialidades de integração com outras políticas públicas (mesmo isso não acontecendo atualmente), pois além de promover o abastecimento alimentar, promove a saúde física e mental através de uma alimentação saudável, da prática de exercícios físicos e do convívio social. O programa favorece ainda, a criação de espaços verdes na cidade, contribuindo para ações de meio ambiente e tem potencial para propiciar ações de educação no espaço das hortas, além de levar a tona a questão dos usos do espaço urbano e, portanto, do direito a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando as áreas de estudo, a saber, os espaços onde se localizam as hortas, percebe-se que elas mantêm as mesmas características do período de desenvolvimento da província do Paraná, mesmo depois de todas as transformações ocorridas no território, ou seja, a produção nas hortas urbanas está intimamente articulada com o universo da pequena produção e a família se institui a unidade de produção, sendo em sua maioria para o autoconsumo, destinando em alguns casos, apenas o excedente para a venda. Não é fundamental a propriedade, mas a posse da terra.

A preocupação com o abastecimento alimentar do município vem desde a criação do Plano Agache, quando incorpora na seção III – “*Centros de abastecimento*”, prevendo a construção de um mercado central para facilitar o acesso aos alimentos e a criação de entrepostos, pequenos centros de abastecimentos das populações dos bairros. O Mercado Central existe até os dias de hoje, sendo bastante utilizado pela população, assim como uma rede de equipamentos (sacolões, armazém da família, feiras livres) que pode ser considerada como os entrepostos propostos no Plano. O Plano previa ainda lavouras na cidade que servissem para abastecer os entrepostos dos bairros.

O Plano Agache nunca chegou a ser implantado na integra, mas deu subsídios à criação do Plano Diretor de 1966. Como um dos pilares de sustentação do Plano Diretor, o uso do solo é um dos instrumentos utilizados para monitorar o crescimento da cidade. A lei de zoneamento tem, por isso, uma importância fundamental na gestão urbana e, dessa forma, passa por revisões periódicas e desde 1998 prevê intervenções nos bairros cortados pela BR 116 (onde estão localizadas as hortas), o que merece bastante atenção por parte do poder público e dos moradores locais. No entanto, na ocasião dessa pesquisa, os moradores desses bairros não estavam participando da elaboração do novo plano diretor de Curitiba, segundo informações coletadas com o IPPUC, em novembro de 2014.

No início de 2009, a SMAB realizou um censo agrícola, com o objetivo de identificar e mapear os remanescentes da população que possuía atividade agrícola e pecuária no município, o que resultou no levantamento de 275 imóveis particulares desenvolvendo essa atividade. Não foram incluídas no censo as áreas objeto desse estudo. Entende-se, portanto, que embora o município seja administrativamente considerado 100% urbano, atividades agrícolas continuam existindo dentro da cidade, merecendo um olhar do poder público.

Vale lembrar que de acordo com o histórico, as áreas de estudo até aproximadamente os anos 80 ainda eram predominantemente agrícolas, sendo o Campo de Santana até os anos 2000, preservando ainda muitas áreas com esse perfil.

Foi apresentado ainda o cenário internacional e o brasileiro referente à AU, ou seja, como ela foi ganhando notoriedade e força para as políticas públicas, resultando inclusive num Programa de nível nacional, dentro das ações que compõem a Política Nacional de SAN. Mesmo que o Programa não conte mais com orçamento conclui-se que a AU é uma estratégia de promoção da SAN para as cidades, reconhecida pelo Governo Federal.

Foi destacado que um dos elementos mais citados e também mais controversos a respeito da AU é em relação a sua delimitação espacial. Poucos estudos realizam uma boa diferenciação entre os locais intraurbanos e os periurbanos, ou, se o fazem, usam critérios muito variados que são de difícil extração para outros contextos. O fato é que as práticas agrícolas dentro das cidades trazem novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam desconstruir as dicotomias modernas entre campo e cidade, urbano e rural, agricultura e indústria que afetam a dinâmica territorial.

Como vimos, a expressão AU pode parecer um paradoxo já que a agricultura nos remete ao espaço do campo, enquanto a imagem do urbano leva às cidades e metrópoles. Mas essas imagens não condizem mais com a complexidade das relações que formam o meio

urbano ou o meio rural nos dias de hoje, assim como temos novas ruralidades, temos novas urbanidades sendo construídas. Entende-se que a cidade, não é apenas o lugar da indústria e nem o campo apenas o lugar da agricultura. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações sócio-espaciais entre esses elementos possam ser compreendidas.

Além da problemática em relação à área outro ponto de debate é em relação à identidade das pessoas que estão plantando na cidade. Alguns são imigrantes recentes, mas a maior parte deles já vive nas cidades há muito tempo, como demonstrou essa pesquisa, fazendo da agricultura urbana uma prática também das cidades e não uma prática de resgate ao passado ou de resgate ao campo (mesmo que isso também ocorra).

Por isso, acredito que devemos refletir sobre o uso da nomenclatura “AU”, já que a agricultura é uma atividade que pode ser praticada tanto no campo como na cidade. Ao dizer “agricultura urbana”, estamos afirmando que ela é rural, ou seja, o termo *urbana* vem para demarcar um espaço que não é tido como dela habitualmente. No entanto, entendo que seu uso seja importante para fortalecer essa prática também como uma atividade urbana.

Para que a prática agrícola seja fortalecida nas cidades, ela precisa vencer o importante desafio de ser reconhecida como um contribuinte significativo para a SAN da cidade e para o desenvolvimento urbano sustentável. Geralmente a atividade não é levada em consideração no processo de planejamento urbano. A formulação de programas de AU deve orientar-se pelos instrumentos de políticas urbanas vinculados aos princípios de direito à cidade, função social da propriedade e democratização de espaços públicos. Como vimos, a AU ainda encontra-se marginalizada no planejamento urbano e por isso traçar estratégias intersetoriais torna-se fundamental para comprovar seus benefícios para as cidades.

A AU pode ter vários objetivos, não excludentes entre si, e que coexistem em uma variedade de combinações. Por exemplo, para os cultivadores, a AU pode significar acesso aos alimentos, oportunidade de lazer, resgate às tradições e um espaço de convívio social. Ao mesmo tempo, para alguns órgãos de governo pode significar possibilidade de melhora na saúde, ação de assistência social, possibilidade de espaços verdes na cidade, entre outros. A diversidade da AU é um dos seus principais atributos, que pode contribuir para a sua importância dentro de uma ampla gama de situações urbanas.

No contexto apresentado, os argumentos de legitimação criaram condições favoráveis de que a AU é uma área de intervenção pública, que apresenta benefícios potenciais e que pode ser realizada através do uso de uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais.

Tratando-se de planejamento urbano, uma pergunta que ainda paira, é: se a produção de alimentos em Curitiba fosse realizada em outra área pública que não em baixo da fiação de transmissão de energia, ela teria o mesmo sucesso? Ou seja, o fato de estar em uma área com pouca especulação imobiliária facilita o sucesso dessa ação no município? Se sim, seria este um lugar interessante de promoção da AU em outros municípios?

Vimos ainda que a questão do acesso ao alimento é primordial quando se fala de ações de SAN e abastecimento. Visto que o acesso se dá, na grande maioria das vezes pela renda e considerando que muitas pessoas possuem baixa renda, criar formas alternativas de acesso aos alimentos, como a produção para o autoconsumo torna-se uma iniciativa além de interessante ou importante, necessária.

Considera-se o fato de não estarmos falando apenas de Segurança Alimentar, e sim de Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, o adjetivo *nutricional* incorporado a essa ação, vem no sentido de promover além das necessidades essenciais a existência humana, a promoção da saúde, através do acesso a uma alimentação regular, mas também de qualidade.

A experiência de AU da prefeitura de Curitiba desperta interesse, pois se caracteriza como uma iniciativa que tem apontado o autoconsumo como um caminho interessante de abastecimento alimentar, promovendo SAN e saúde em nível local.

É nesse contexto que a importância da renda não monetária, garantida pela produção de alimentos para autoconsumo, assume uma importância essencial para a garantia da reprodução material, biológica e social das famílias.

Ocorre por um lado uma economia da renda em função do autoconsumo e, por outra perspectiva, há o aumento de renda em função das vendas, resultando geralmente na compra de outros itens alimentícios. Com mais alimento na mesa, a compra de alimentos industrializados é reduzida, impactando na qualidade da alimentação consumida pelas famílias. Considerando o que é plantado e o que as famílias passam a consumir com as hortas, confirma-se o papel importantíssimo que a produção para o autoconsumo adquire no padrão alimentar dessas pessoas.

Deve ser lembrado aqui que diversos cultivadores afirmaram ter verificado mudanças positivas na saúde depois da sua inserção no programa, que pode estar associada ao convívio com a natureza, à prática de atividade física, à integração social e à melhora na alimentação.

Considerando ainda, que uma parcela, mesmo que diminuta dessa produção seja comercializada nos mercados locais ou diretamente aos consumidores, a AU se apresenta como alternativa de abastecimento dentro da proposta de circuito curto de produção-distribuição-consumo e também de *civic agriculture*, já que é uma ação que estabelece laços comunitários, conectando as pessoas aos lugares e aproximando produtor e consumidor.

É fato que a produção de alimentos realizada na cidade não supre as necessidades colocadas, e dificilmente terá potencial de suprir parcela significativa das necessidades nutricionais dos moradores de uma maneira geral. No entanto, a produção alimentar urbana é uma forma de acesso aos alimentos distinta dos mecanismos de mercado ou assistencialistas, comuns ao contexto urbano, o que coloca uma perspectiva de maior autonomia das populações.

Por fim, essa pesquisa buscou dar visibilidade ao fenômeno da AU ao articulá-la a um quadro mais geral, o que permite identificar as potencialidades dessa prática. O tema é novo, mas a prática é antiga e fortalecê-la em ambientes acadêmicos pode resultar no seu reconhecimento por parte principalmente do poder público. Buscou-se mostrar como essa atividade é realizada no dia a dia e o que isso significa para as pessoas que a praticam ou convivem com os espaços onde ela é realizada, ou seja, os conflitos, as relações, o simbólico, mostram como esta atividade realmente é múltipla na vida das pessoas.

Dessa forma acredita-se que os objetivos propostos na introdução foram atingidos, assim como as mudanças no foco da pesquisa e metodologia foram essenciais para sua conclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, M.G.** Definitions and boundaries of the periurban interface – patterns in the patchwork. Paper presented at IBSRAM International Workshop on Urban and Periurban Agriculture, Accra, 1999.
- ARRUDA, Juliana.** Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sustentabilidade e Repercussões na Reprodução das Famílias. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, 2011.
- BHABHA, H. K.** O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da Agência. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. pp.239-273.
- BRAND, P. MUÑOZ, E.** “Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política”. en: *Cadernos IPPUR/UFRJ*. v. XXI, n.1. Rio de Janeiro. pp. 47-70. 2007
- BURLANDY, Luciene:** “Segurança Alimentar e Nutricional: intersetorialidade e as ações de nutrição”. *Saúde em Revista* n.6, pp. 9-15, 2004.
- BURLANDY, Luciane:** “Transferência Condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional” In: *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 12 pp. 1441-1451, 2007.
- BURLANDY, Luciene:** “Segurança alimentar e nutricional e saúde pública” In: *Cad. Saúde Pública* n. 24, pp 1464-1465, 2008.
- BURLANDY, Luciene:** “A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo” In: *Ciência e Saúde Coletiva*, n.14, pp. 851-860, 2009.
- CANÇADO, Airton Cardoso et al. (Coord.).** *Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: resultados da atuação do NESol/UFT no Bico do Papagaio/TO*. Goiânia: Graf set Gráfica e Editora Ltda, 2009.
- CANDIDO, A.** Os parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulistae a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977
- CARDOSO, Adauto Lúcio.** “Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente”. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, 1997.
- CARVALHO, Sonia e KNAUSS, Paulo (Org.).** *Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.
- CARNEIRO, Maria José.** “Sobre ‘lugar’, ‘território’ e ‘globalização’” In: *Revista Desenvolvimento Social*, n 2, pp. 69-75. Montes Claros, 2008. (a)
- CARNEIRO, Maria José.** “‘Rural’ como categoria de pensamento”. *Revista Ruris*, vol. 2, número1, pp. 9-38, 2008. (b)

- CAZELLA**, A. A. e **MUSSOI**, E.M. *Serviços Rurais, Seguro e Assistência Técnica Estudos Prospectivos setoriais – Módulo 3: Base produtiva rural e infra-estrutura hídrica- Nota Técnica*. Brasília: CGEE, 2006.
- CAZELLA**, et all. *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Mauad X. Rio de Janeiro, 2009.
- CASTRO**, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CLAVAL**, P. *Geografia Cultural* Florianópolis: UFSC, 1999
- COAG/FAO**. *Urban and periurban agriculture*. COAG/99/10. Presented at 15th Session of The COAG, FAO, Rome, p. 25-29, Jan. 1999.
- CONSEA**. *II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional*. Relatório Final. 2004.
- CONSEA**. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar Nutricional*. Relatório Final. 2007.
- COUTINHO**, Maura. *Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção m políticas públicas*. Belo Horizonte. Instituto de Geociências/UFMG, 2010.
- DE PAULA**, Silvana. “Quando o campo se torna uma experiência urbana” In: *Estudos sociedade e agricultura*, n. 17, pp. 33-53, 2001.
- DUBBELING**, M.; **CAMPBELL**, M. G.; **HOEKSTRA**, F.; **VEENHUIZEN**, R. *Building resilient cities. Urban Agriculture Magazine: building resilient cities*, Leusden, n.22, pp. 3-11, 2009
- FAO**. *Issues in urban agriculture - Studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involved in farming*. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/magazine/9901sp2.htm>> Acesso em: 23 de out de 2011.
- FAO** (2010). Fighting Poverty and Hunger. What Role for Urban Agriculture? PolicyBrief 10. Economicand Social Perspectives. Rome .
- FERNANDES**, Edésio. *Direito urbanístico e política no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FRIEDMAN**, H. *The political economy of food: a global crisis*. New Left Review.1993
- FRIEDMAN**, H &**McMICHAEL**, P. *Agriculture and the state system*. *Sociologia Rurales*, 1989.
- FRICKE**, G. T.; **PARISI**, R. S. B. *A Gestão Urbana e o Desenvolvimento Regional Sustentável: A Rota Tecnológica 459 e a Região Metropolitana de Campinas*. Disponível em: [ww.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf)> Acesso em: 06 de março de 2015.

GOITIA, F. Breve história do urbanismo. Editorial Presença. Rio de Janeiro.2003

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *CensoDemográfico* 2010.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LINHARES, Maria e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. História política do abastecimento (1918-1974). Ministério da Agricultura. Brasília. 1979.

LOVO, Ivana Cristina. *Agricultura Urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania*. Tese dedoutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2011.

LOSADA, H.; MARTINEZ, H.; VIEYRA, J.; PEALING, R.; CORTÉS, J. Urban agricultura in the metropolitan zone of Mexico: changes over time in urban, sub-urban and peri-urban areas. Environmentand Urbanization, v. 10, n.2, pp. 37-54, 1998.

LYSON, T. *Civic Agriculture – Reconnecting Farm, Food and Community*. Massachusetts: University Press of New England, Hanover and London, 2004.

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME).
Informações sobre agricultura urbana, 2009. Acesso em 02.05.2013. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/noticias/informacoes-sobre-agricultura-urbana-estao-disponiveis_noportal-mds>

MALUF, Renato, MENEZES, Francisco e VALENTE, Flavio L. “Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil” In: *Revista Cadernos de Debate* (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação/Unicamp), vol. IV, pp. 66-88, 1996.

MALUF, R e COSTA, C. “Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional”. en: Revista Pólis, pp. 17-53. 1999.

MALUF, Renato. Políticas Agrícolas e de desenvolvimento rural e segurança alimentar. In: Políticas públicas e agricultura no Brasil. Ed. da UFRGS. Porto Alegre. 2001

MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional. Coleção Conceitos Fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2007

MALUF, Renato e REIS, Marcio Carneiro. “Conceito e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional” In: *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. pp. 15-42. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2013.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo. Cosac Naify.2003.

MBIBA, B e VEENHUIZEN, R Van. L'integration de l'agriculture urbaine et periurbaine dans l'urbanisme. Editorial Mag Agriculture Urbaine 4. 1-6. 2001

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. “Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental” In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.).*Território: globalização e fragmentação*.pp. 169-181. São Paulo: HUCITEC/Anpur, 1994.

MOREIRA, Crispim. "Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana". In: *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. pp.243-281. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008

MOUGEOT, L. J. A. "Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks" In: *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda – a reader on urban agriculture*. Feldafing (Germany):Zentralstelle für Ernährung und Landwirtschaft (ZEL); Food and Agriculture Development Center, pp. 1-42, 2000.

MOUGEOT, Luc J. A. "Prefácio" In: *Cultivando mejores ciudades*, 2006. Documento em hipertexto, disponível em: <http://www.idrc.ca/es/ev-95304-201-1-DO_TOPIC.html>.acesso em 22.05.2012

MOUGEOT, L. J. A. (ed.) *Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture*. Earthscan/IDRC, 2005.

ORTNER, S. Uma atualização da teoria da prática. In: *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas* . Blumenau, Nova Letra, pp.19-43, 2007

PEARSON, L. J.; **PEARSON**, L.; **PEARSON**, C. J. Guest editorial: challenging, multidimensional agriculture in cities. In: *International Journal of Agriculture Sustainability: urban agriculture: diverse acitivities and benefits for city society*, London, v.8, n.1 e 2, pp.7-19, 2010.

PINHEIRO, Maristela e **FERRARETO**, Luciane. "Política Nacional de Agricultura Urbana: estratégia para o combate a fome e promoção da segurança alimentar". *Coleção Fome Zero – Uma história brasileira*. Ministério Desenvolvimento Social, pp. 253-264, 2011.

PRADO, Bruno Azevedo. A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: agricultores do Maciço da Pedra Branca. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, 2012.

RIGON, Silvia. Alimentação como forma de mediação da relação sociedade natureza: um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo-PR. Curitiba. UFPR.2005

ROCHA, Cecília. ``A Contribuição da economia para a análise de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional``. In. Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. pp. 69-88. Rio de Janeiro, Fiocruz 2013

RUA, J. "A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica". In: *Revista da Ampege*. Vol. ilustrado histórico, n.2, pp. 45-65. Fortaleza, 2005.

SANTANDREU, Alain; **LOVO**, Ivana. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*. Relatório MDS, Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo. EDUSP. 2008 [1985]

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo. EDUSP. 2008 [1993].

SILVA, C. A. “Desiderato e desencanto na construção do Brasil urbano moderno nos anos 1990: projetos e processos de qualificação profissional” In: *X Colóquio Internacional de Geocrítica, 2008*. Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/242.htm>>. Acesso em 23.06.2013.

SILVA, Clecio Azevedo. “A configuração dos circuitos curtos em sistemas alimentares: tendências evolutivas”. *Doc. Anual de geografia*. Vol.54. pp.11-32, 2009.

SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

SMIT, J.; **RATTA**, A.; **NASR**, J. Cities feedingpeople: report 18 – Urban agriculture, Progress and prospect: 1975 - 2005. PNUD, Habitat II Série. Ottawa: International Development Research Centre, 2005.

SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

TELLES, G. (1994). Paisagem Global. In: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 31-45. 1994

VILJOEN, A., e **BOHN**, K. Continuous Productive Urban Lands capes: Urban agriculture as an essential infrastructure. *Revista de Agricultura Urbana* n.º15, 34-36. 2007.

ZEEUW, H.; **GÜNDEL**, S.; **WAIBEL**, H. “A integração da Agricultura nas Políticas Urbanas”. In : *Revista Agricultura Urbana*, Leusden, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.ipes.org/au/recursos/raup/contenido1.html>> acesso em 23.06.2012

ZIMMERMMAN, Silvia. *Políticas de abastecimento alimentar na perspectiva da segurança alimentar: o programa de abastecimento alimentar de Caxias do Sul, RS*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ Rio de Janeiro.2006

PESQUISA HISTÓRICA

FENIANOS, Eduardo Emílio. *Umbará, Campo de Santana, Ganchinho, Tatuquara e Caximba*. Curitiba: UniverCidade, 1999.

FENIANOS, Eduardo Emílio. *Cidade Industrial – trabalho e lazer*. Curitiba: UniverCidade, 2001.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Biblioteca IPPUC. Curitiba, 1983.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Abastecimento Alimentar básico: formas e fontes de suprimento, resultados finais*. Curitiba. 1985.

IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). *Tatuquara: Nossa bairro – dois anos de Curitiba participativa*, Curitiba, 1980.

PLANO AGACHE – Publicação da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR. 1943

SANTOS, Carlos Roberto A. *História da Alimentação no Paraná*. Fundação Cultural. Curitiba, 1945.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. *Histórico do Tatuquara*. Boletim de 1997.

Matérias em Jornais de Curitiba:

GAZETA DO POVO. *O problema de Tatuquara*. Edição de 07/12/1978,

GAZETA DO POVO. *Loteamento Tatuquara é esclarecido*. Edição de 08/12/1978

GAZETA DO POVO. *Prefeitura esclarece sobre situação na Vila Tatuquara*. Edição de 24/05/1981

GAZETA DO POVO. Projeto Lavoura beneficia mais de 800 famílias carentes em Curitiba. Edição de 06/07/1993

GAZETA DO POVO. *Tem início o plantio nas áreas do Projeto Lavoura*. Edição de 20/10/1993

GAZETA DO POVO. *Tatuquara quadruplicou em dez anos*. Edição de 03/07/2000

GAZETA DO POVO. *População do Tatuquara aguarda decisão do MP*. Edição de 12/07/2000

CORREIO DE NOTÍCIAS. *Desapropriação do Tatuquara*. Edição de 30/04/1980.

TRIBUNA DO PARANÁ. *Prefeitura vai atender famílias no Tatuquara*. Edição de 20/02/1998.

O ESTADO DO PARANÁ. Projeto Lavoura negocia recursos para cultivar 311 hectares. Edição de 10/09/1986.

ANEXO 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Perguntas norteadoras para prefeitura:

- 1 – Como surge o programa? Por quê? Porque na secretaria de abastecimento?
- 2 – Foi uma demanda da comunidade ou da prefeitura?
- 3 – Onde está alocado o programa? Qual o orçamento?
- 4 – Qual o volume de produção de alimentos realizado nas áreas urbanas?
- 5 – Qual o tamanho do total das áreas produzidas?
- 6 – A produção é orgânica?
- 7 – Qual o destino dos produtos? Tudo é destinado ao autoconsumo ou os cultivadores vendem parte do que produzem?
- 8 – Qual a relevância do autoconsumo para a secretaria de abastecimento? Há uma estimativa de quanto a família economiza produzindo parte dos seus alimentos?
- 9 – O alimento que não vem das hortas urbanas é comprado onde pelas famílias participantes do programa?
- 10 – Há articulação, atividades em parceria, com outras secretárias da prefeitura?
- 11 – Qual o diálogo com as políticas urbanas? E com as de SAN?
- 12 – Como se dá a assistência técnica?
- 13 – Quais os conflitos recorrentes?
- 14 – O programa existe a mais de 20 anos, qual o motivo do sucesso?
- 15 – Quais as principais dificuldades e os principais avanços?
- 16 – Qualquer pessoa pode participar do programa? Tem seleção?
- 17 – Como se deu a parceria com a Eletrosul?

Perguntas norteadoras o para os cultivadores:

- 1 – A quanto tempo você trabalha na horta?
- 2 – Porque quis trabalhar com a horta?
- 3 – Você era agricultor antes?
- 4 – O que você produz na sua área?
- 5 – Gosta dessa atividade? Por quê?
- 6 – Você vende ou é apenas para o autoconsumo?

- 7 – Quantas pessoas se alimentam dos produtos da sua horta?
- 8 – Quantas pessoas da sua família trabalham na horta?
- 9 – Com a venda ou mesmo com o autoconsumo, você acaba economizando com supermercado ou feira? Quanto por mês?
- 10 – Você mudou seus hábitos alimentares por causa da horta? Está comendo mais e de maneira mais diversificada ou já comia assim antes?
- 11 – Mudou algo em sua vida com o trabalho na horta? O quê?
- 12 – Qual a principal dificuldade do trabalho na horta?
- 13 – E sobre a assistência técnica da prefeitura, qual a sua avaliação?
- 14 – Você utiliza o restaurante popular ou o armazém da família?
- 15 – Você tem bolsa família?
- 16 – Você acha que a produção da horta é importante para o bairro? Por quê?
- 17 – Você participa de alguma ONG ou associação de bairro ou outro espaço de organização popular?

Perguntas norteadoras para a Eletrosul:

- 1 – Porque a empresa apóia as ações de AU em Curitiba?
- 2 – A produção de alimentos embaixo da fiação de alta tensão apresenta algum risco para o cultivador ou para o alimento?
- 3 – Como a empresa participa do programa hoje?

ANEXO II

**MAPAS DOS BAIRROS COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DESTINADAS
À AGRICULTURA URBANA**



IMAGEM DE SATÉLITE - 2009

DADOS TÉCNICOS:

Imagen de Satélite:
Sensor: GEOEYE
Data: novembro/2009
Contratante: SMMA-PMC

Fonte:
Imagen: Acervo IPPUC

Data: novembro - 2014

Escala: 1:7500

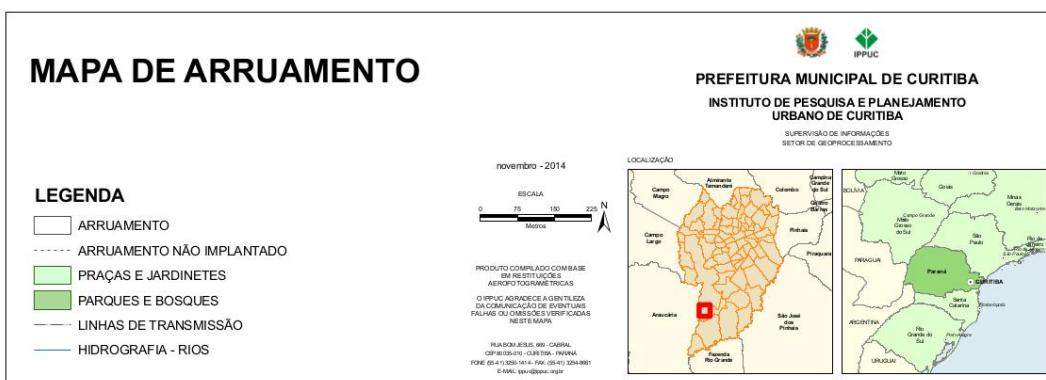
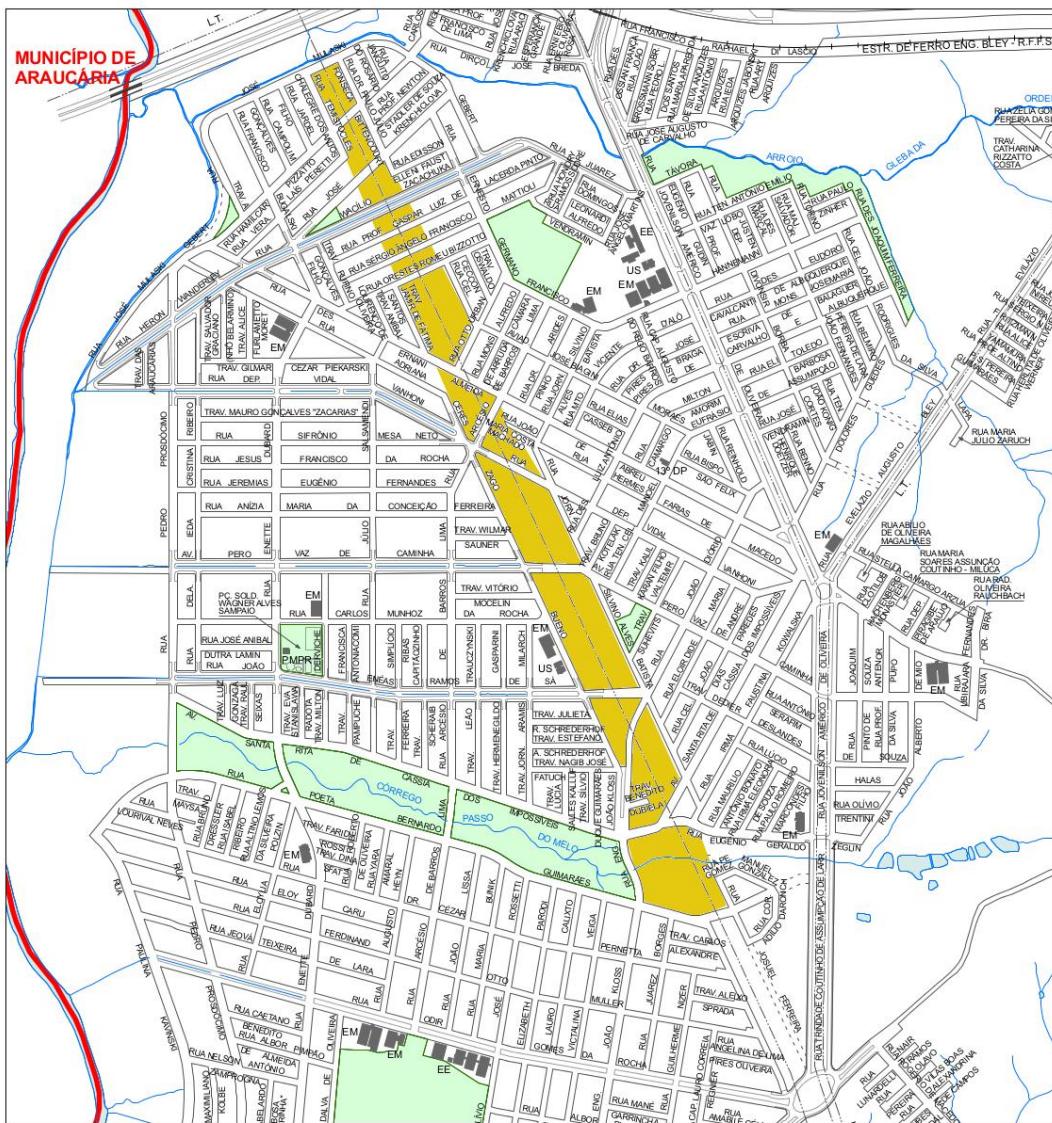
037.575 150 225 300

N

Metros

IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
IPPUC

Figura 15: Mapa do Bairro Tatuquara



Áreas destinadas para Agricultura Urbana

Figura 16: Mapa do Bairro Tatuquara



IMAGEM DE SATÉLITE - 2009

DADOS TÉCNICOS:

Imagen de Satélite:

Sensor: GEOEYE
Data: novembro/2009
Contratante: SMMA-PMC

Fonte:
Imagen: Acervo IPPUC

Data: novembro - 2014

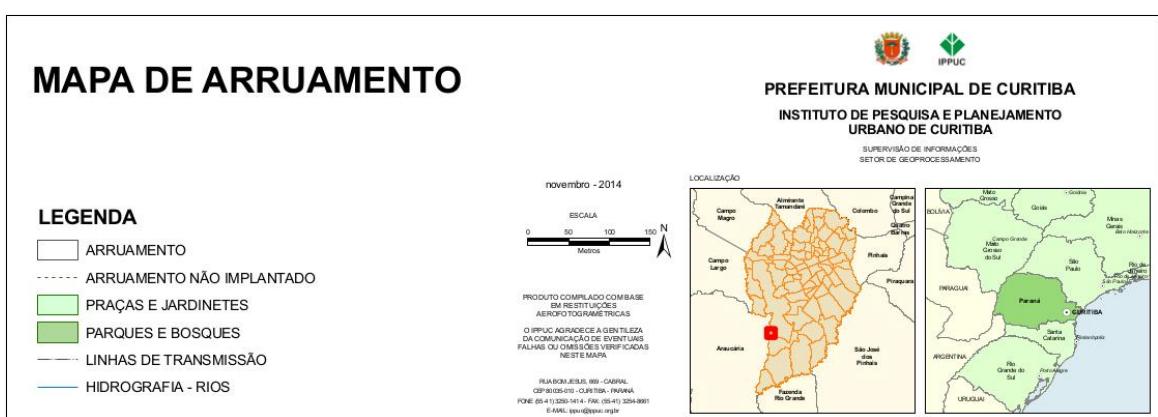
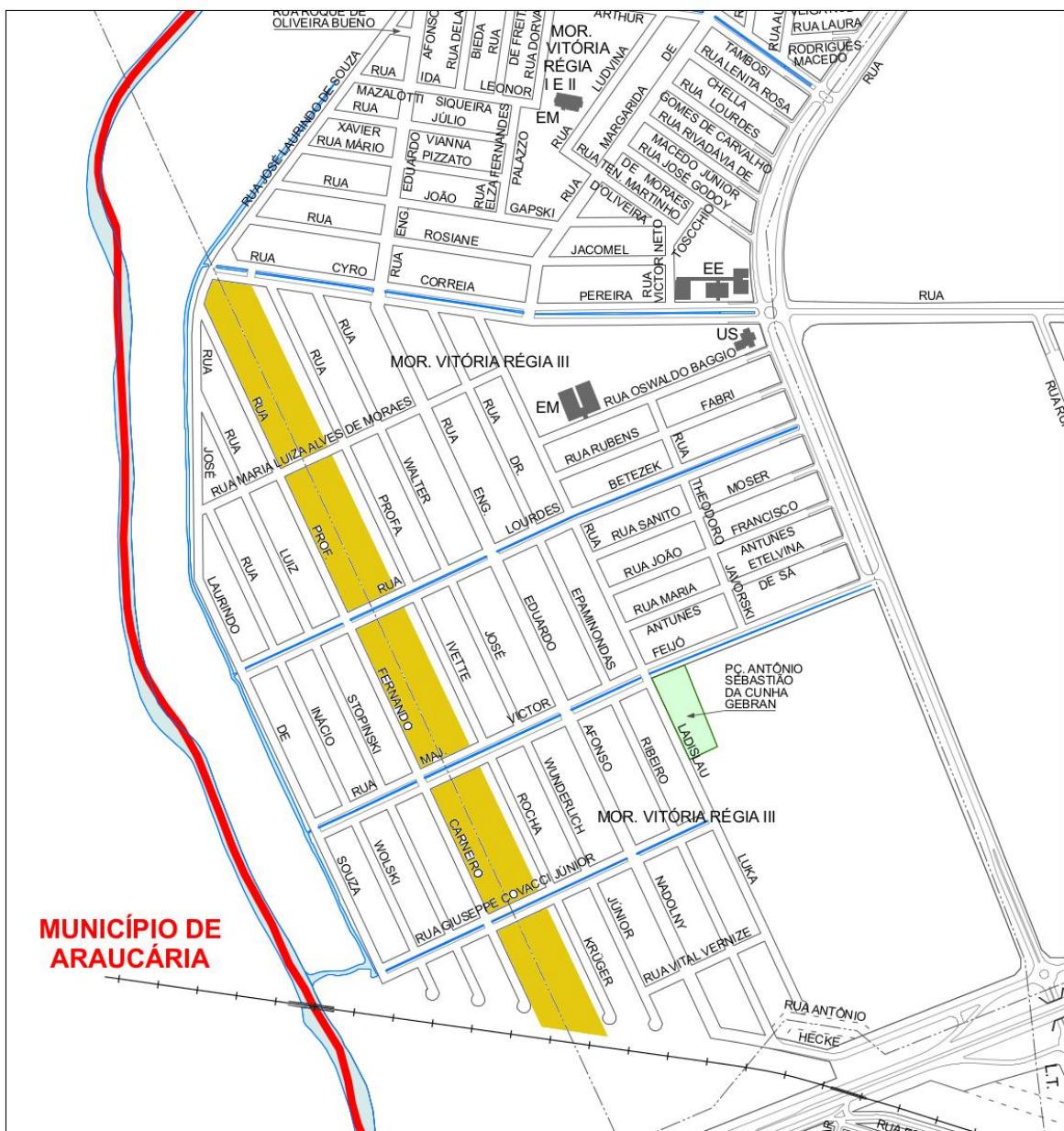
Escala: 1:5000

0 25 50 100 150 200
Metros



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
IPPUC Rue Bom Jesus, 669 - Cebolão - Curitiba - Paraná - CEP 80.030-010 - Fone: (55 41) 3250-1414 - Fax (55 41) 3254-8881

Figura 17: Mapa do Loteamento Vitória Régia no Bairro CIC



Áreas destinadas para Agricultura Urbana

Figura 18: Mapa do Loteamento Vitória Régia do Bairro CIC



IMAGEM DE SATELITE - 2009

EFICACIA ESTÉTICA:

Fonte: [Imagem/Acervo/PPUC](#)

Imagem de satélite:

第二章 中国古典文学名著与现代传播

Image: Google Earth
Sensor: GEOSYE
Data: November/2009

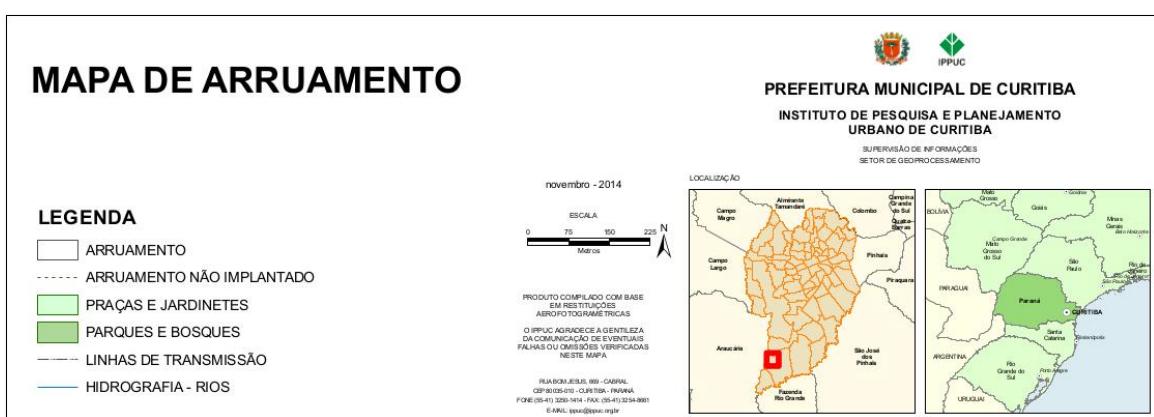
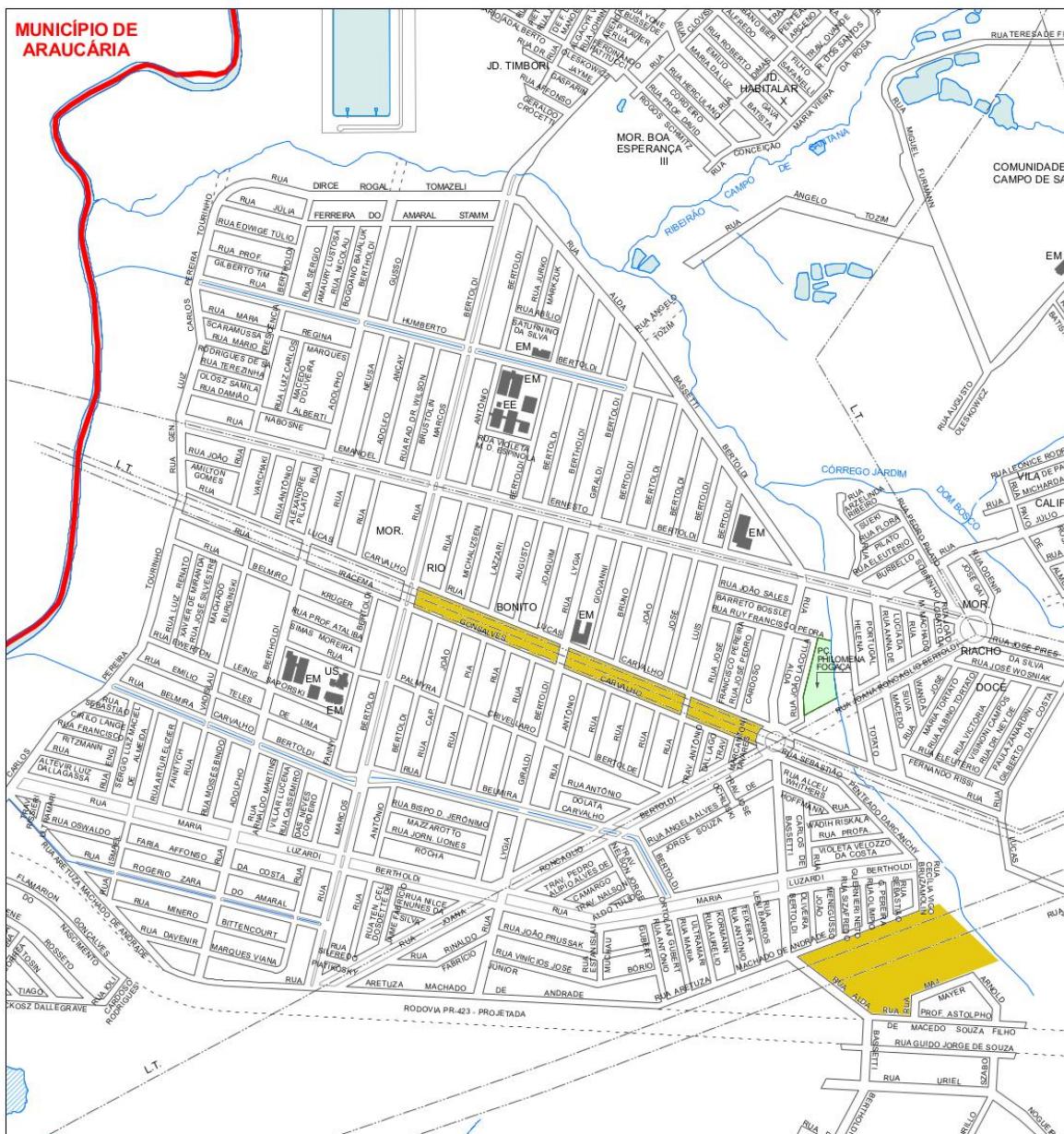
ESabot 17500

033575 1150 335 100

03/15/15 11:30 225

Metro

Figura 19: Mapa do Loteamento Rio Bonito no Bairro Campo de Santana



Áreas destinadas para Agricultura Urbana

Figura 20: Mapa do Loteamento Rio Bonito no Bairro Campo de Santana



IMAGEM DE SATÉLITE - 2009

DADOS TÉCNICOS:

Imagen de Satélite:
 Sensor: GEOEYE
 Data: novembro/2009
 Contratante: SMMA-PMC



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
 IPPUC

Fonte:

Imagen: Acervo IPPUC

Data: maio - 2015

Escala: 1:6500

032.565 130 195 260
 Metros



Figura 21: Mapa do Loteamento Vila Verde no Bairro CIC